

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Campinas

ANO XIX

Nº 127

p. 189 - 272

julho/setembro/87

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

GRÃO-CHANCELER

D. Gilberto Pereira Lopes

MAGNÍFICO REITOR

Prof. Eduardo José Pereira Coelho

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ACADÊMICOS

Prof. Paulo de Tarso Barbosa Duarte

VICE-REITOR PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio José de Pinho

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS

Prof. Ruy Rodrigues Machado

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Prof. Paulo Cosiuc

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia

Universidade Católica de Campinas

ANO XIX – Nº 127

ISSN-0101-4919

JULHO/SETEMBRO/1987

SUMÁRIO

Artigos

- Centenário de um livro curioso 191
Odilon Nogueira de Matos
- A Ilha de Santa Catarina na visão de um navegador inglês do século
XIX 197
Maria Regina Boppré
- Cinquenta anos depois da Guerra Civil Espanhola 202
Maria Guadalupe Pedrero
- A vida cultural em Campinas no Segundo Reinado 211
Dúflio Battistoni Filho
- Elementos para a história do nazismo no Brasil 216
João Ribeiro Júnior
- A Revolução Constitucionalista no romance histórico paulista 219
Antonio Barreto do Amaral

As missões jesuíticas na literatura brasileira	227
Hernâni Donato	
Registro Bibliográfico	242
Periódicos	246
Noticiário	
Assis Cintra	250
Um pouco de Música	
Uma ópera sobre Palestrina	251
Memória Campineira	
Campinas num guia francês de 1888	253
Textos	
A dissolução da Constituinte e a Constituição de 1824	255
Barão Homem de Melo	
A situação religiosa da França no século XVI	257
M. T. Alves Nogueira	
Vultos da Historiografia Brasileira: Arrison de Souza Ferraz	259
Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci	
Seleta	
Rafael Tobias de Aguiar, presidente de São Paulo	262
Arrison de Souza Ferraz	
Rabiscos de um escrevinhador	
Arouche	266
Montoya e o universo missioneiro	267
Barão da Vila da Barra	268
Gilberto Freyre	269
Memórias de Missionários	270
"Ágora"	271
Odilon Nogueira de Matos	

CENTENÁRIO DE UM LIVRO CURIOSO

Odilon Nogueira de Matos

Em 1887, portanto há cem anos, aparecia em Leipzig, Alemanha, editado pela famosa Brockhaus, um livro curioso: escrito e publicado em alemão, por um autor brasileiro e tratando da vida de um francês, embora ligado também à história de nosso País: Villegagnon, o fundador da “França Antártica”, tentativa de ocupação francesa no Brasil, em meados do século XVI. Seu autor, Manuel Tomás Alves Nogueira, ou apenas M.T. Alves Nogueira (como ele mais freqüentemente assinava), nasceu no Rio de Janeiro em 1840 (ou 41, segundo algumas fontes). Adquiriu sólida formação humanística em universidade alemã, o que lhe permitiu falar e escrever corrente e corretamente diversas línguas vivas e mortas. Retornando ao Brasil, prestou concurso para a cadeira de Grego do Colégio Pedro II, escrevendo sua tese inteiramente em língua grega, o que deve ter causado situação não muito cômoda aos seus próprios examinadores, provavelmente nenhum deles em condições de ler com desembaraço algo totalmente escrito em grego. Mas, não esquentou o lugar, pouco permanecendo no cargo. Possuindo rendimento que lhe possibilitava viver na Europa, para lá se transferiu com a família, fixando residência em Franckfort-sobre-o-Meno. Parece que voltou ao Brasil apenas uma vez, a passeio. Andou por diversos países europeus, vindo a falecer nos arredores de Gênova, em 1913.

Manuel Tomás Alves Nogueira deixou treze trabalhos originais, além de quatro traduções. Dos originais, um foi escrito em grego (a tese de concurso, Rio, 1864), outro em latim (*De americanarum gentium origine illustranda commentarium*, Rio 1865), dois em alemão (*Bemerkungen über die letzten Ereignisse in den La-Plata Staten*, Rio, 1865; em português: *Considerações sobre os últimos acontecimentos dos Estados platinos*) e os demais em nossa língua e que adiante serão mencionados.

Traduziu para o alemão as *Noções de corografia do Brasil*, de Joaquim Manuel de Macedo, tradução esta publicada em Leipzig, em 1873 com o título *Geographische Beschreibung Brasiliens*; nesta tarefa, contou Alves Nogueira com a colaboração de Guilherme Henrique Teodoro Schieffler, seu colega do Colégio Pedro II.

Passou do alemão para o português três clássicos de nossa historiografia militar, a saber:

1. **Reminiscências da Campanha de 1827 contra Buenos Aires**, pelo Coronel Anton Adolf Friedrich von Seweloh, obra datada do Passo de São Lourenço, 2 de junho de 1827. Não chegou a ser publicada na língua original. Informa José Maria da Silva Paranhos, futuro Barão do Rio Branco que “o manuscrito foi traduzido por ordem do Ministro de Guerra, Conselheiro Junqueira, a quem o confiei, sendo o Bacharel Tomás Alves Nogueira o tradutor”. Informa Abeillard Barreto que este manuscrito de Seweloh é um dos muitos cimélios do Itamarati (**Bibliografia sul-riograndense**, II, 1271). A tradução de Alves Nogueira apareceu em 1874, inserta no tomo 37, parte 1ª, da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Todavia, a tradução não é completa. A tradução completa deste precioso clássico de nossa historiografia militar (e da literatura de mercenários) só apareceria em 1936. Devêmo-la ao General Bertholdo Klinger e foi publicada originalmente na “Revista Militar Brasileira”, tendo sido tirada em separata naquele mesmo ano. Esta nova tradução (hoje bastante rara) vem precedida de um estudo sobre o autor, pelo então Tenente-Coronel Francisco de Paula Cidade, a quem pertencem também algumas notas apostas ao texto de Seweloh, bem como uma advertência sobre a origem desta publicação e um resumo da Guerra Cisplatina.

2. **A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai**, em dois volumes, de Louis Schneider. A obra original, **Der Krieg der Triple-Allianz** apareceu em Berlim, em 1872-1875 e constava de três volumes; a tradução de Alves Nogueira (incompleta, ao que informa Abeillard Barreto), surgiu no Rio de Janeiro em 1875/76, anotada pelo futuro Barão do Rio Branco. Diversos excertos desta obra foram publicados em diferentes lugares. A obra de Schneider mereceu duas reedições: a primeira em 1902 (Rio de Janeiro, Garnier) e a segunda em 1945 (São Paulo, Edições Cultura, integrando a série “Brasilica”). Não existindo edições modernas, todas as mencionadas são cotadas por altos preços nos alfarrabistas.

3. **História da Guerra do Paraguai e episódios da viagem na América do Sul**, de Max von Versen, anotada pelo General Ernesto Augusto da Cunha Matos, integrando o tomo 76 da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”, de 1913, com prefácio de Ramiz Galvão. Há pouco mais de dez anos (1976) foi a obra de von Versen pela primeira vez publicada em livro, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, integrando a preciosa coleção “Reconquista do Brasil” (volume 31). Esta edição mineira reproduz a do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tendo a mais uma apresentação do Professor Mário Guimarães Ferri, na época diretor da coleção em que foi divulgada. A edição original da obra de von Versen — **Reise in Amerika und der südamerikanische Krieg** apareceu em Breslau, em 1872.

A produção de Tomás Antônio Alves Nogueira em vernáculo abrange os mais diversos assuntos: geografia, história, economia, política, direito, educação, biografias, compreendendo pelo menos nove títulos:

1. **Conspiração do Tiradentes: episódio da moderna história brasileira** (Rio, 1867). Segundo Sacramento Blake, este trabalho foi publicado também em alemão;
2. **Compêndio de História Moderna** (Rio, 1868);
3. **Grécia-Alemanha: Homero**. “Missiva literária endereçada ao ilustre latinista brasileiro dr. Lucindo Pereira Passos” (Rio, 1871);
4. **O governo e o povo: fatos econômicos da atualidade** (Rio, 1877), com o pseudônimo de Boisguillebert;
5. **A lei do orçamento: estudo de direito financeiro** (Rio, 1878), também com o pseudônimo de Boisguillebert;
6. **Organização do ensino secundário para o sexo feminino**, no volume “Notas e pareceres do Congresso de Instrução” (Rio, 1884);
7. **Compêndio de geografia e corografia do Brasil** (leipzig, 1889);
8. **Evoluções da civilização em Portugal: ensaios históricos** (datado de Paris, 1893, mas impresso em Leipzig no mesmo ano);
9. **O Príncipe de Nassau, governador do Brasil neerlandês** (Altenburg, 1900); publicado apenas com as iniciais M.T.A.N.

O livro de Manuel Tomás Alves Nogueira, que provocou-nos esta nota e cujo centenário no corrente ano se comemora, intitula-se **Der Mönchsritter Nikolaus Durand von Villegagnon** (O monge cavaleiro Nicolau Durand de Villegagnon) e traz como subtítulo **Ein Beitrag zur Kenntniss französich-brasilianischer Verhältnisse in XVI Jahrhundert**, ou seja, “Contribuição para o conhecimento das relações franco-brasileiras no século XVI. Dedicando-o a D. Pedro II, Alves Nogueira considerou seu livro “reminiscências patrióticas”.

Nele, traça o autor excelente painel da história da Europa no século XVI, como que preparando o cenário para introduzir seu biografado, que é, depois, estudado nas várias funções que desempenhou na França e, finalmente, no Brasil à frente da ocupação francesa de 1555. O prefácio, datado de Wiesbaden, 20 de julho de 1887, é bastante significativo e não nos furtamos ao prazer de transcrevê-lo:

“O século XVI é uma das épocas mais notáveis da humanidade. Além dos grandes descobrimentos marítimos que subverteram todas as relações políticas e econômicas, processou-se, como decorrência natural da renascente cultura greco-romana, o movimento religioso, na verdade acompanhado de sangrentas lutas, mas, como demonstraram os resultados, possivelmente a mais brilhante criação do espírito

germânico. Desde então os antagonismos religiosos não influíram menos nas relações entre os povos que a vida inteira de cada Estado. Considerando mais particularmente semelhante capítulo da História Universal, em que, tanto na Europa quanto em quase todas as terras do mundo então conhecido, se fez sentir profundamente o espírito dominador de Coligny, esperamos que seu retrato encha de contentamento os admiradores da autêntica grandeza de alma e sirva de ornamento à nossa obra.

Na época da Reforma, nesse período tempestuoso de paixões políticas e implacáveis desavenças confessionais, tem lugar a atividade guerreira e literária de Villegagnon. Não quis a adversidade que seus trabalhos, com exceção talvez de seus escritos militares, encontrassem em parte alguma eco favorável. Nem junto a seus correligionários, ibéricos, porque ele se lhes antepunha como conquistador, nem junto a seus conterrâneos católicos, que o tomaram como instrumento do admirante huguenote: Coligny, ainda menos junto aos protestantes de todas as nações, os quais o deviam considerar como o defensor encarnado do poder papal. E no entanto ele foi um notável guerreiro, um excelente escritor militar, um lutador atilado e incansável no terreno das controvérsias religiosas. Contudo, não lhe coube em setor alguma posição de relevo, pois viveu em uma época rica em grandes personalidades, na qual, por exemplo, Guise e Condé ofuscavam facilmente seus feitos militares, e Calvino e Richer malogravam suas pretensões teológicas. Mesmo assim, seu nome está intimamente ligado a importantes acontecimentos políticos da França e ainda hoje lembra uma fortaleza da majestosa baía da capital brasileira sua atividade de vários anos nas águas sulamericanas.

Foram vãos esses esforços, em boa parte devidos a acontecimentos de que não tem culpa a superioridade de meios dos seus inimigos.

Seguindo o exemplo do benemérito pesquisador Schulze, salientamos o papel que dois alemães, Hans Staden e Heliodorus Eoban, tiveram nos primórdios da história do Brasil. Sem o livro de Hans Staden, nossos conhecimentos da população aborígine seriam ainda mais modestos; o grande poeta e historiador inglês Robert Southey foi o primeiro a aproveitar-se da contribuição etnográfica de Hans Staden, o que todos os demais cultores da história do Brasil se limitaram a copiar literalmente, excetuando-se Léry, que, por motivos religiosos, escreveu um interessante livrinho sobre o Brasil, a expedição francesa foi um acontecimento estéril para a ciência; o que, porém, escapou à observação de tantos franceses ilustrados, com referência aos seus vassalos e aliados indígenas, o pobre filho de Hessen registrou acuradamente como simples prisioneiro dos selvagens. Outro natural de Hessen, foi Heliodorus Eoban, filho de um poeta, nome que os escritores da língua portuguesa pouco citam, o qual, porém como chefe de guerreiros indígenas, contribuiu bastante para que fosse abaixo o domínio francês na América do Sul."

As considerações acerca da obra de Hans Staden sugerem-nos alguns comentários. Ao tempo em que Alves Nogueira publicou seu estudo sobre Villegagnon, o livro do simpático artilheiro alemão ainda não havia sido traduzido para a nossa língua. É inconcebível que o primeiro

livro publicado sobre o Brasil (como reconhecidamente se sabe ser o de Hans Staden) levasse mais de trezentos anos para ser divulgado no país de que ele trata. Com efeito, foi só em 1892 que apareceu a primeira tradução brasileira, graças a Tristão de Alencar Araripe, que a inseriu em o tomo 55 da preciosa “Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. Tradução que teve tudo contra si, em nada contribuindo para tornar conhecido o famoso livro. Em primeiro lugar, o fato de não ter sido publicada em volume, mas nas páginas de uma revista de divulgação restrita e praticamente circunscrita aos sócios do Instituto; segundo; a ortografia esquisita adotada pelo tradutor, de difícil leitura; e, como se não bastasse, ainda o fato de tratar-se de uma tradução feita não diretamente do original alemão, mas de uma tradução francesa. Só em 1900 aparecerá, graças a Alberto Loefgren e a Teodoro Sampaio a primeira tradução direta do original de Marpurgo, mas, apenas da primeira parte da obra. Esta edição de Loefgren-Sampaio, editada primeiramente pelo Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, numa edição comemorativa do quarto centenário do descobrimento do Brasil, embora reconhecidamente incompleta, foi reeditada inúmeras vezes, inclusive pela própria Academia Brasileira. Só em 1942 aparecerá uma edição completa do importante texto, graças à Sociedade Hans Staden, de São Paulo.

É estranho que esta edição, completa e tanto quanto possível definitiva de Hans Staden tenha tido menos divulgação que a outra, reconhecidamente incompleta, conforme assinalamos. Por que? quem o poderá dizer? O fato é que, enquanto da edição incompleta há pelo menos meia dúzia de edições (Instituto Histórico de São Paulo, Academia Brasileira, Companhia Editora Nacional, Edições Progresso, Edições de Ouro...), a edição da Sociedade Hans Staden só uma vez foi reeditada, pela Editora Itatiaia, de Belo Horizonte, em 1974, volume 17 da preciosa e prestigiosa coleção “Reconquista do Brasil. Assinale-se, ainda, que à margem do livro de Hans Staden, numerosos trabalhos têm sido publicados e dele se fez até uma adaptação infantil (por Monteiro Lobato), o que mostra o interesse que as primeiras edições despertaram.

Quanto a Eoban, o outro cronista do século XVI lembrado por Alves Nogueira, hoje já dele se conhece bem mais que no tempo do autor de **Villegagnon**. Carlos Oberacker Jr., por exemplo, dedicou-lhe dois capítulos em seu utilíssimo livro **A contribuição teuta à formação da nação brasileira** (Rio de Janeiro, Editora Presença, 1968).

O estudo da vida de Villegagnon propiciou a Manuel Tomás Alves Nogueira uma apreciação das mais pertinentes sobre a vida européia da época em que viveu seu biografado. Não apenas nos seus aspectos políticos sociais e culturais, mas principalmente nos seus aspectos religiosos. O autor demonstra perceber com acuidade aquela “modernité du XVIe, siècle”, a que se referirá, anos mais tarde, o grande historiador Henri

Hauser, bem como a “crise da consciência européia”, a que, por sua vez, Paul Hazard se referirá em livro famoso. Talvez não haja em nenhum autor brasileiro páginas mais expressivas sobre o assunto do que as que nos foram deixadas pelo biógrafo de Villegagnon.¹

Só em 1944 foi o livro de Alves Nogueira traduzido para nossa língua (com o título simplificado para **Villegagnon**), publicação da antiga editora Epasa, do Rio de Janeiro, em tradução de Rodolfo Coutinho, com introdução e notas de Basílio de Magalhães. Integrava a coleção “Biblioteca Brasileira de Cultura”, dirigida por Basílio e Cândido Jucá (Filho). Muito valiosa, a introdução de Basílio de Magalhães, nela figurando a bibliografia completa de Alves Nogueira (corrigindo mesmo outras fontes), e dela nos utilizamos para esta nota. Não tenho sido reeditado, o volume da Epasa, que reproduz em fac-simile a página-de-rostro da edição original de Leipzig, de 1887, é hoje bastante raro, embora não tenha ainda meio século.

(1) Uma amostra do que escrevemos, o leitor encontrará na seção “Textos” do presente número (pág. 257), na qual é transcrita uma página de Manuel Tomás Alves Nogueira sobre a situação religiosa da França no século XVI.

A ILHA DE SANTA CATARINA NA VISÃO DE UM NAVEGADOR INGLÊS DO SÉCULO XIX

Maria Regina Boppré

Os relatos dos viajantes estrangeiros constituem preciosa fonte de informações, não obstante a finalidade, a ótica pessoal e estilo de tais registros. O fundamental é a divulgação e a análise, num contexto mais amplo, desta rara documentação. No caso da terra catarinense, merece ser destacado um fragmento que acreditamos desconhecido por nossa historiografia¹, de um navegador inglês do século XIX, o qual dentre os dados da saborosa descrição da ilha, destaca o acesso ao porto de Desterro, dá referências quanto à produção e preços, além de dados interessantes sobre a demografia e o modo bondoso de tratar os escravos.

O capitão José Andrews, comandante do "Windham", esteve em nossa ilha entre 1825-1826. Tinha chegado de Buenos Aires a 26 de março de 1825, motivado pela exploração de minérios do Famatina, em **La Rioja**, no norte do atual território argentino. Tinha passado por Córdoba, Tucumán e Salta, sempre no território argentino, antes de entrar no planalto boliviano e atingir Potosí, da qual continuou até a cidade de Arica, atualmente no Chile.

Retomando a Londres, o capitão Andrews publicou, em 1827, a sua obra **Viagem de Buenos Aires a Potosí e Arica, no ano de 1825-1826**, que foi traduzida e publicada em Buenos Aires, um século depois pelo historiador argentino Carlos A. Aldao, de cuja edição fizemos a presente tradução².

O autor narra, quase duas semanas antes de chegar a Santa Catarina, a navegação: "tínhamos agora mar de costado e alvorotado, do qual, porém, este elegante barco parecia rir, depois das usuais alternativas de calmas e brisas incidentais, nestas latitudes. A 2 de maio, começamos a

(1) Cf. **Ilha de Santa Catarina; relatos de viajantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**; compilado por Paulo Berger. Florianópolis, Assembléia Legislativa, Assessoria Cultural, 1979; Odilon Nogueira de Matos, "**Páginas Catarinenses**"; in: **Notícia Bibliográfica e Histórica**, Campinas, PUC, mar./abr., nº 80, 1977, e, ultimamente, por exemplo, os excelentes livros de Moema Parente Augel, **Ludwig Riedel — Viajante alemão no Brasil**. Salvador, Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1979; e **Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista**; prefácio de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Cultrix; (Brasília): INL, 1980.

(2) ANDREWS, Capitan (José) — Ex-Comandante do "Windhan", **Viaje de Buenos Aires a Potosí y Arica en los años 1825 y 1826**, con una introducción de Carlos A. Aldao. Buenos Aires, Ed. Vaccaro, "La Cultura Argentina", 1920, pp. 240-244.

procurar rota veloz para o Rio de Janeiro”. Poucos dias depois, cruzam-se, em alto mar, com o barco de S. M. “Paraguesis”, comandado, “segundo descobri, com a luneta, pelo meu velho amigo, cap. Welch”, que o almirante britânico, a quem supunha encontrá-lo em Montevidéu, estava no Rio de Janeiro, razão pela qual, ao avistar o Cabo de Santa Maria³, desvia o seu rumo para o Rio de Janeiro. Poucos dias depois, a nave faz a entrada na ilha de Santa Catarina, que o Capitão descreve assim: “No dia 14 avistamos a ilha de Santa Catarina e nos comunicamos com o bergantim “Mary”, procedente de Montevidéu. Perto das 10 a.m. rumamos ao porto, passamos a fortaleza de Santa Cruz e fundeamos em menos de cinco braças de água. Todos aqueles que não tinham nada a fazer, foram a terra, antes de comer; recreio agradável. Na manhã seguinte, fui à cidade de São Miguel com o comissário e depois de nos refrescarmos, tomamos uma canoa para o que se chama a ilha, por três duros, onde chegamos a tempo para o **lunch** e passeamos antes de comer.

Pouco depois de nossa chegada apareceram “sir” Murray e o general Rodil, convidando-nos a comer em sua companhia. Visitamos o capitão do porto, Dom José M. Pinto, que insistiu para nos refrescarmos e dormirmos em sua casa, que estava encantadoramente situada numa altura dominante da baía, boa vista da boca do porto, a distância de 18 milhas e, sem embargo, podia ver-se tudo o que entrava e o que saía. No outro dia almoçamos com Dom José, que nos acompanhou para fazer compras na cidade e voltamos com ele, a comer, depois de recorrer o povoado. Às 6 p.m. embarcamos de volta à fragata, que alcançamos às 10, e no dia seguinte zarpamos para o Rio.

Como não tenho visto em nenhuma obra a descrição de Santa Catarina, farei aqui um esboço. A baía, ou melhor o porto, é belíssimo e se entra por ele pelo passo do Norte, utilizando-se muito raramente, o do Sul, bem que este, esteja mais perto da parte da ilha em que se encontra a cidade. Passando algumas ilhotas e entrando em uma baía profunda (sítio onde os barcos se provêm de água) se dilata à medida que se adianta, descobrindo a bombordo o castelo de São José e, mais adiante, está o castelo de Santa Cruz, perto do qual se fundea e se manda bote a terra, para se comunicar com o governador.

As sondagens são regulares e ali parece haver profundidade suficiente para que grandes barcos subam à cidade. No porto, sem embargo, vi bergantins somente de umas duzentas toneladas de carga. Os barqueiros nos disseram que as fragatas portuguesas costumavam fundear ali.

O melhor fundeador para um barco que aporte somente para refrescar víveres, é trazer hasteada a bandeira sobre Santa Cruz para tomar

(3) O Cabo de Santa Maria, atualmente em território uruguaio, marca o limite entre o Rio da Prata e o Oceano Atlântico.

Nordeste por Norte. O castelo de São José, Leste meio Norte, ou 7 por Norte e a ilha (de) Rata⁴, Sul por Leste, cinco braças que é a profundidade geral das sondagens. Os barcos mercantes podem, naturalmente, acercar-se muito mais na costa. A água que se consegue é excelente e fácil de se obter num arroio, ao qual se pode chegar em bote. Este lugar é notável pelas ostras mais deliciosas do mundo (ao menos assim o crimos), que se encontram em grande abundância sobre as rochas; nem esquecerá jamais, o visitante, os seus passeios entre a folhagem deliciosa, fresca e quase impetrável, que cobre a face deste belo país.

Onde quer que a mão do homem se tenha aplicado parece decorrer a abundância. Se bem que as parcelas cultivadas demonstrem pouco cuidado, indústria em seu manejo, contudo, se produz o bastante para todos os propósitos dos habitantes e para poupar. Milho, arroz, café, açúcar e mandioca são os principais produtos e se encontram divididos em cada plantação, por pequena que seja.

Uma cadeia de cerros levanta-se desde a água, como árvores apinhadas e o aspecto é tão atraente que detém o viajante, parecendo impedi-lo de ir mais adiante. Pequenas sendas se entrecortam de casa a casa, tão envoltas em folhagens que não se distinguem claramente, até anunciar-se pelo latido de um cão, ou o encontro inesperado de algum dos seus moradores. Os habitantes parecem pacíficos e contentes, vivendo como em épocas primitivas, na terra imediata e alheios às necessidades sentidas fora dos limites de seu pequeno território.

A terra do continente traça uma baía magnífica, em cujo extremo direito há uma aldeola chamada São Miguel, a três milhas do fundeadouro. Ali se conseguem cavalos para montar, ou canoas para cruzar, do continente a Santa Catarina. O preço de um novillo é de dez a vinte duros. Um peru custa de meia coroa a cinco xelins. Galinhas e legumes são baratos, e são vendidos pelo primeiro preço que se pede aos passageiros dos barcos. No campo e para os habitantes estes artigos são infinitamente mais razoáveis.

Em São Miguel vi um moinho de arroz, situado numa calheta estreita deliciosa, a qual baixa borbotando uma catarata por suave declive, muito romântico, em cujo fundo lustrosas e azevichadas negras se viam banhando seus corpos flexíveis e troçando com os estranhos que passavam perto. A água sobre os volantes da roda do moinho, conduzida desde a parte de cima por um aqueduto de madeira, se apoiava em suportes de trinta pés de altura e equidistante entre si. Coberta de musgo e enredadeiras, é tão pitoresca como a paisagem circundante. Observei um tear numa cabana em que a família tecia sua roupa branca comum. Na mesma cabana moravam como de costume, toda a raça: desde a avó até o

(4) O autor alude a ilha de Ratonés.

último rebento do tronco. Um grupo de doze mulheres, entre os ramos menores; duas jovens recém-casadas, segundo seu aspecto me fez supor, e outras mulheres menores de dezoito anos, brincando no solo com seus filhos, contavam-se no número. Vimos somente um homem, o qual supusemos ser o cabeça da família.

A ilha de Santa Catarina é certamente a mais bela que jamais vi, com solo tão rico como é encantadora a face da natureza. O capitão do porto, Dom José M. Pinto, que tão bondoso foi para nós, disse que a ilha é de trinta milhas de comprimento por seis de largura, contendo 12.000 habitantes, dos quais 5.000 podem atribuir-se à cidade. As ruas se ajustam ao plano usual das colônias portuguesas e espanholas. As casas não eram notáveis pelo tamanho ou asseio e mostravam a habitual heterogeneidade de habitantes que se vê nas cidades do novo mundo, porém aqui, mais do que o acostumado, o aspecto de contentamento impresso em seus rostos. Pareciam possuir bastante para satisfazer seus moderados desejos, com referência a tudo o que o homem realmente necessita aqui abaixo, de riqueza e frutos de indústria.

Por ser domingo de Pentecostes, não cessou a pantomima de oferendas e práticas supersticiosas ante o Tabernáculo do Espírito Santo, ao qual parecia que todos os habitantes da ilha tivessem acudido, levando tudo o que podiam, principalmente artigos comestíveis, trajes e adornos. Apresentavam-se formalmente ao recebedor geral, sentado sob um dossel, com a coroa de prata na cabeça, e com ele, dois ou três dos mais preciosos meninos do lugar, representando anjinhos, à guisa de ouropel para adorná-los. Os presentes assim oferecidos logo se punham à venda, depois de receber algum atrativo adicional para aumentar o seu valor. As utilidades, dizem, se aplicam à liquidação do custo de velas de cera, mas da porção destinada a ele, meu informante, bom católico e homem digno de calçar botas, não entendia mais que um honrado John Bull⁵, acerca dos procedimentos de desembolso, na junta administrativa de sua paróquia.

A casa do senhor Pinto domina, como tenho dito, magnífica vista de terra e mar. A baixada da cidade é por uma avenida de ricas sempre-vivas, que dão idéia das mansões verdes descritas nas fábulas orientais. Não se pode possuir na ilha terra em abundância, pois está muito ocupada; por um sítio frente da casa do senhor Pinto, em que havia uma vivenda em ruínas, com cinco acres de terreno — umas oitenta jardas de frente e cento e sessenta ou cento e oitenta de fundo — pediam três mil e quinhentos duros, ou seja, cerca de seiscentas libras esterlinas.

(5) Lembremos que John Bull, personagem popular da Inglaterra, tem sua origem num livro de Arbuthnot (História de John Bull, 1712), espécie de panfleto satírico. É um personagem obeso e obstinado, com as virtudes e defeitos que se atribuem, de ordinário, aos britânicos.

A terra, é certo havia estado bem cultivada, porém agora era *The sport where many a garden flower grows wild*⁶.

A escravidão, de caráter muito moderado e suave, existe aqui, e há abundância de negros. É singular que Espanha e Portugal tão famosos pela dureza de sentimentos, animosidades civis tingidas com grande crueldade, e uma disposição que envolve a idéia de ferocidade dissimulada, usaram de seus escravos com maior bondade que quaisquer outros países setentrionais mais civilizados, como Holanda, Inglaterra e França. Sem embargo, assim é, efetivamente. O espanhol enquanto pisoteava no pó o índio nativo da América do Sul, tratava o negro como se tivesse consciência da felonía cometida ao roubá-lo de sua terra natal. Em Santa Catarina o trabalho escravo parece leviano e ainda resulta invejável, comparado com o de outros países escravocratas, e certamente sua tarefa não é comparável com a do lavrador inglês, residindo na aurora da liberdade.

Grandes quantidades de farinha, produzida no país, se exportam de Santa Catarina, com a qual se alimenta a população escrava do Brasil. Também se produz o linho em quantidades consideráveis nesta ilha. As mulheres fazem flores artificiais em coroas e ramos de porções da tribo alada e emplumada, que abundam na ilha. Também transformam as conchas em buquezinhos, de modo muito engenhoso, com grande fidelidade de imitação da natureza. Para quem deseje gozar o final da sua existência, longe do tumulto, ambição, vai-e-vem e cuidados do comércio, confusão e duros climas do norte, para quem deseje viver no seio da natureza e ser feliz em sua pequena propriedade, com tudo o que a terra proporciona, Santa Catarina é a morada; e em resumidas contas, quiçá, tal vida é a melhor. Para um protestante não há país católico tão agradável, pois a religião está aqui em sua forma menos objeável. Nenhum convento de frades ou monjas, nem monje, se vê no lugar.

O general Rodil deu a todos nós um banquete em terra; e quando pedimos a conta separada pelo refrigério, descobrimos que este espanhol generoso se nos havia antecipado ao pagamento. No momento de chegar o barco, deu à tripulação três novilhas e, aos barqueiros, uma onça de ouro. Do mesmo modo mandou um grande bote carregado com carne, legumes, galinhas e artigos similares”.

Pouco cabe agregar a esta simpática descrição, na qual a sobriedade britânica deixa transparecer o encanto pessoal do navegador frente à natureza subtropical, especialmente nos seus aspectos da flora natural e cultivada dos jardins, que mostram o gosto romântico do autor.

A historiografia catarinense pode incorporar, com proveito, este breve documento entre os mais prezados que já se têm compilado.

(6) Sítio onde muitas flores de jardim crescem selvagens. (Tradução de Carlos A. Aldao).

CINQUENTA ANOS DEPOIS DA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1936-1986)

Maria Guadalupe Pedrero
(Departamento de História:
UNESP-ASSIS)

Ao longo de cinquenta anos, a Guerra Civil por excelência para os espanhóis, deu origem a uma densa constelação de recriações e de símbolos culturais — literatura de todo gênero, artes plásticas, folclore, filmografia — com o substrato sempre, de certos posicionamentos ideológicos. Ainda hoje, a guerra civil continua sendo o “tema quente” para a historiografia sobre a Espanha do século XX.

Porém, este acontecimento está longe de ser um fato histórico bem conhecido. Somente poucos temas setoriais podem considerar-se suficientemente esclarecidos. Pouco se conhece do que seria necessário desvelar para compreendê-lo: qual e como era a sociedade espanhola onde se desencadeou tão decisivo conflito e porquê?

É preciso constatar que as primeiras contribuições para o estudo historiográfico da guerra espanhola, oferecidos em forma de testemunhos globais por protagonistas ou observadores diretos da mesma, quando era já um fato consumado, apresentam dificuldades metodológicas para explicá-la de maneira histórica, sem apelações nem anacronismos.

“Toda a literatura historiográfica sobre o tema e os correspondentes ensaios bibliográficos sobre o mesmo, manifestam uma incrível capacidade de envelhecimento”, segundo afirma o historiador Julio Arostégui¹.

Assim aconteceu com as publicações dos anos sessenta. Aparecem nessa década, estudo históricos que ainda hoje se consideram de vanguarda, talvez porque foram favorecidos pela propaganda da censura franquista. Entre estes se encontram obras como as de Thomas, Jackson, Jellinek, Ibarruri ou De la Cierva².

(1) AROSTEGUI, J. — “La guerra civil en España” em *História 16: Siglo XX História Universal*, nº 14, pág. 71.

(2) THOMAS, H. — *La Guerra Civil Española*. Madrid, Grijalbo, 1985 (1ª Ed. 1961).
JACKSON, G. — *La República Española y la Guerra Civil 1931-1939*. Madrid, Crítica, 1977.

IBARRURI, D. — *Guerra y Revolución en España*. Moscú, 1966.

Apareceram também grandes monografias militares, diplomáticas e políticas seguidas de uma segunda onda de memórias, entre as quais se situa a do próprio Gil Robles³.

Os esforços por objetivar, academizar e distanciar cientificamente o fato da guerra, que alguns autores transformaram no principal slogan da sua obra, manifestaram-se como estéreis e em alguns casos, simplesmente falsos.

O paradigma dos anos sessenta parece totalmente esgotado. A maioria dessas grandes sínteses, não se mantêm por razões de informação e por razões de método.

Hoje, a história da Guerra Civil entrou numa nova fase de estudo, porque se pode dispor de maiores fontes de informação, embora permaneçam ainda algumas reservas.

O melhor da produção histórica se encontra em certas monografias dos anos setenta que visualizam aspectos parciais sobre o tema, como os trabalhos de Ramón Salas, Alpert ou Viñas⁴.

Tuñón de Lara, a propósito dos 50 anos de decorrência da guerra, coordenou a publicação de "La Guerra Civil Española 50 años después", com a participação de diferentes historiadores. Esta obra foi lançada pela editora LABOR. Trata-se de uma obra de reflexão documentada, ultrapassando o esquema da simples narrativa e interessada em analisar as causas e as conseqüências da mesma⁵.

Na Espanha se assiste durante os primeiros anos do nosso século ao processo de decomposição do "Antigo Regime, manifestado pela derrocada da monarquia, passando pela ditadura de Primo de Rivera até a implantação da República em 1931.

O pano de fundo que acompanha a vida da República de 31 a 36 se caracteriza pelos contínuos conflitos trabalhistas, tanto nos centros industriais e urbanos como no campo, por problemas de autonomias nacionalistas, por uma mentalidade católica, que através de um certo moralismo tradicional reforça o imobilismo, por um conservadorismo patronal, cego diante do irreversível das transformações sociais do século XX, e finalmente, por um clima de revanchismo que predomina na sucessão dos partidos no poder.

(3) GIL ROBLES, J. M. — *No fué posible la paz*. Barcelona, 1978 (1ª ed. 1968). LIZARGA, M. — *Memorias de la Conspiración 1931-1936*. MADARIAGA, S. — *España ensayo de História Contemporanea*. Buenos Aires, 1964. SUNER, R. — *Memorias*. Barcelona, 1977.

(4) SALAS, R. — *Historia del Ejercito popular de la Republica*, Madrid, 1973, 4 vol. SALAS, J. — *Intervención extranjera en la guerra de España*. Madrid, Ed. Nacional, 1973.

ALPERT, M. — *El Ejercito republicano en la guerra civil*. Paris-Barcelona, Ruedo Iberico, 1977. VIÑAS, A. *El oro español en la guerra civil*. Madrid, 1976.

(5) TUÑÓN DE LARA, M. — *La guerra civil española 50 años después* Madrid, Labor, 1985.

Com a vitória da chamada “Frente Popular” nas eleições de 1936, Azaña preside um governo desbordado pela esquerda e incapaz de controlar a ordem pública, num clima de atentados produzidos por grupos para-militares de esquerda e de direita. Era o fantasma da guerra culminando o confronto entre “as duas Espanhas” tão sentido pelos intelectuais de “La Generación del 98” como um sintoma de doença grave.

A tese dos vencedores pode sintetizar-se da seguinte maneira: o “levante nacional” tornara-se inevitável e surgiu como razão suprema de um povo em risco de aniquilamento, antecipando-se à ditadura comunista que ameaçava de maneira evidente.

É difícil encontrar um mito menos próximo à verdade, que tenha constituído durante mais tempo doutrina oficial. Nem a guerra civil foi um levantamento nacional, nem era inevitável, nem existia o risco de aniquilamento, nem a ditadura comunista ameaçava de maneira evidente.

Não se trata tampouco, de remetermo-nos às teses dos vencidos que consideraram a guerra como a ação conjunta de militares e católicos implantando um regime fascista, junto com as classes ricas conservadoras e retrógradas.

O confronto armado está ligado às formas que na Espanha adquire a crise geral que percorre a Europa e o mundo de 1917 a 1939. Os processos espanhóis, não são exclusivos.

Neste sentido é insuficiente apresentar a questão nestes termos: a Guerra Civil é um conflito arquetípico da Espanha? ou, é o reflexo de uma situação internacional que teria aqui o primeiro ato do desfecho violento da segunda Grande Guerra?

Nenhum dos dois termos deste dilema se explica por si só, nem responde à complexa realidade histórica no seu conjunto.

A evolução espanhola não pode se desvincular dos acontecimentos do seu contexto. Para falar do caso espanhol é preciso se situar no marco geo-histórico que o abrange, e este é dos países europeus após a guerra mundial de 1914-1918.

A guerra de 14 favoreceu que na Espanha se consolidasse uma organização social capitalista. Produz o súbito enriquecimento de certas classes e o aumento de dificuldades vitais das maiorias, um extraordinário incremento dos conflitos sociais, que provoca a crise do sistema oligárquico de dominação consagrado desde a Monarquia restaurada com Alfonso XII (1816).

Por outro lado, a onda revolucionária que atravessa a Europa desde 1917 tem na Espanha o seu reflexo. Também a Alemanha, Hungria, França, Itália ou Turquia vêm-se afetadas por ela sob o paradigma da revolução russa, que sem dúvida é a mais grave comoção do mundo

capitalista, industrializado e liberal, chegando aos países menos evoluídos do leste e do sul da Europa.

É justamente em 1917 quando se produz a primeira ruptura importante e decisiva no sistema monárquico espanhol. Materializam-se nesse momento três rebeliões paralelas em confronto com a ordem estabelecida:

- a do Exército, com a constituição das “Juntas de defesa”;
- a das burguesias periféricas (Catalunha e Vasconia), não-oligárquicas, mas satélites da oligarquia no poder, e que se manifesta pela constituição da “Assembléia de Parlamentares”;
- a do proletariado, concretizada na greve geral de agosto.

A estas três manifestações revolucionárias se incorpora também de maneira irreversível uma quarta, a dos movimentos camponeses, principalmente na Andaluzia.

Estes grupos que provocaram revoluções diferentes, não coincidiram nos seus objetivos e, portanto, não somaram os seus esforços. Porém, o regime vigente, deixa de funcionar com os mecanismos políticos e sociais estabelecidos. Abre-se uma crise nas estruturas sociais espanholas que só se fechará, e isso provisoriamente, em 1939 com o fim da guerra.

Os anos que precedem à guerra, são a culminação da dramática busca de um novo sistema de relações sociais de dominação. A sucessão de regimes no poder é a constatação das mudanças que se estão operando nas estruturas básicas do país. Mudanças semelhantes, aliás, às ocorridas em muitos países europeus, embora em nenhum deles se chegue de forma estrita a um conflito armado.

As soluções encontram-se a nível internacional nas mesmas coordenadas: a consolidação da democracia burguesa, o fascismo ou o socialismo.

A República espanhola se apresenta como a tentativa mais decidida de substituir as velhas estruturas de dominação, de base agrária e coniventes com os núcleos capitalistas modernizados, que são liberais, não democráticos, e propõe a transformação de base liberal-capitalista-democrática. Encontramo-nos assim diante de uma proposta de transformação.

Uma primeira opção, não-revolucionária que conta com o apoio dos seguintes grupos:

- a média e baixa burguesia urbana e intelectual, não vinculada diretamente aos interesses agrários;
- um setor majoritário do socialismo e movimentos operários afins: PSOE e UGT. Trata-se de aliança conjuntural, o que explica as vacilações posteriores do socialismo;

— o comunismo antes da sua fragmentação, que deu origem ao Partido Operário Espanhol de Unificação Marxista (POUM) que passará a defender uma segunda opção, a revolucionária.

Uma segunda opção revolucionária e proposta por:

- o comunismo dissidente, POUM e CGT;
- o anarco-sindicalismo, com uma profunda penetração nas massas e que desde a organização da FAI (Federação Anarquista Ibérica) hegemoniza uma parte importante da classe operária;
- a tendência esquerdista do socialismo.

Em oposição a estas duas propostas de mudança, se encontram outros grupos, não situados da mesma maneira ao lado da oligarquia agrária, conservadora e ferrenhamente empenhada em manter o status quo, mas que conjunturalmente também, se unem para impulsionar uma terceira opção, que será assumida por:

- os latifundiários, base da oligarquia dominante, com grandes massas a eles subordinadas;
- o setor da burguesia de negócios que tinha prosperado durante o regime anterior;
- com sentido corporativo e institucional, o Exército e a Igreja.

Assim pois, nesta terceira opção, a antiga facção dominante, com certas acomodações de mimetismo fascista e algumas dissidências, termina por impor a própria solução: a permanência através da guerra civil.

A chegada ao poder da Frente Popular em fevereiro de 1936 e os cinco meses que precederam a guerra, estão marcados por um extraordinário desenvolvimento da violência política. Erroneamente tem-se qualificado esta violência como antecâmara da revolução e sobre ela baseia-se a teoria ideológica, desenvolvida posteriormente para justificar a sublevação. Porém, a conspiração anti-republicana não é consequência desta violência explícita, mas simultânea e ainda antepor à mesma. A ameaça real para modificar o status quo, era o programa da Frente Popular, não a revolução propriamente dita. O bloco de resistência intuiu o perigo de mudança nas relações de poder. Por isso lançou-se a impedi-la através da solução de força.

Depois de 1932, um ano após da implantação da República, podem ser detectadas conspirações de todos os signos contra a mesma e de inspiração ideológica diferente:

- monarquistas, alfonsinos e carlistas, buscando o apoio de Mussolini já em 1934;
- insurreições operárias vinculadas a sindicatos ou partidos, com o intuito de impedir o triunfo de partidos não republicanos;

- o anarquismo;
- o fascismo espanhol, representado pela Falange.

Grupos todos eles que pensam num levantamento de milícias armadas. A necessidade de contar com as forças armadas convencionais termina por se impor a todos. E, justamente, a conspiração definitiva tem como protagonista uma facção majoritária do exército. Trata-se com efeito de uma conspiração militar, mas, pelas suas conexões com grupos de pressão, partidos políticos e demais colaboradores civis, a convertem em um exemplo típico dos levantamentos militares na Espanha.

Entre os militares, desde o mês de janeiro se discutiam propostas de sublevação, e é o General Mola quem assume a coordenação do movimento, que fixa a data para o dia 17 de julho na África e para o dia 18 na península. No dia 14 do mês foi conhecido o assassinato do parlamentar Calvo Sotelo. A relação deste acontecimento com o início da guerra foi vinculado posteriormente, pois é conhecido que desde o dia 11, Franco tinha à sua disposição o avião que o levaria de Canárias a Marrocos onde iniciaria o conflito.

A Guerra Civil se prolonga por três anos, porque o golpe militar não teve o resultado esperado pelos sublevados, e o Governo não teve condições de controlá-lo. Uns e outros buscam afanosamente a solução pela força com medidas em parte similares e em parte contrapostas. Coincidem na petição de ajuda ao exterior e na mobilização de massas. Os sublevados contavam com as massas despolitizadas, às quais enquadram militarmente. A República dispunha de massas ideologicamente politizadas frente ao fascismo, com as quais formar umas milícias armadas para substituir um exército inexistente.

Independentemente do processo interno da guerra mesma, podemos perguntar-nos, como repercutiu, ou como foi interpretada no mundo e especialmente na Europa?

Analisa-se a guerra da Espanha à luz imediata dos grandes problemas do contexto internacional da década dos trinta. O que a posteriori foi interpretado como um primeiro ato do drama bélico continuado pouco depois à escala mundial, era entendido da mesma forma por muitos observadores da época e por amplos setores da opinião pública espanhola. Pretendia-se que na Espanha se confrontavam já, pelas armas, as mesmas forças que disputavam a hegemonia à escala mundial. Por um lado se projetava o futuro das democracias parlamentares diante do progresso de um fascismo em pleno apogeu expansionista. Por outro, se destacava a presença comunista à sombra da União Soviética.

A verdade é que com estas ideologias como pano de fundo das tensões generalizadas, as grandes potências, “para a desgraça da Espanha”,

no dizer de alguns comentaristas, preocupam-se muito mais em isolar o conflito, evitando o perigo de expansão, que por orientar a questão espanhola de maneira livre e democrática. Neste sentido, o medo das potências fascistas e o receio diante da expansão do bolchevismo canalizam as claudicações do mundo democrático com relação à Espanha, para a política chamada de “não intervenção”.

As diferentes potências manejam as cartas dos seus interesses imediatos e não a defesa de qualquer princípio político ou jurídico. A questão espanhola pouco acrescentava às tensões existentes, o expansionismo hitleriano ia ocupando o primeiro lugar, porém, contribuiu para aprofundar as diferenças ideológicas na Europa do seu tempo.

O Governo republicano era em princípio o único reconhecido internacionalmente. Contava com a legitimidade institucional e dispunha dos recursos mais centralizados do Estado (reservas de ouro e prata do Banco de Espanha).

Os rebeldes careciam inicialmente de todo status internacional, não tinham mais recursos que os adquiridos pela força, e a sua projeção para o exterior era mais limitada, concentrando-se essencialmente nas potências fascistas.

Dentro da Espanha, para estimular um apoio mais efetivo do exterior, o conflito foi colocado nos termos de pugna fascismo-antifascismo por um lado, e de comunismo-anticomunismo por outro. O processo de internacionalização da guerra esteve marcado inicialmente por essas assimetrias.

Os sublevados encontraram ao seu lado os regimes fascistas: Alemanha e Itália, com a colaboração simpatizante de Portugal. Mais tarde, à medida que a guerra foi alastrando-se, a direita europeia e americana apoiaram em geral “os cruzados” contra o comunismo ateu e destruidor dos valores da civilização ocidental. As vacilações táticas do Vaticano não impediram, por outro lado, que um amplo setor do catolicismo militante ajudasse material ou espiritualmente àqueles que se opunham à “Espanha roja”.

Para a República, a situação foi menos nítida e o apoio que esperava obter das democracias ocidentais não se materializou na quantidade e qualidade necessárias.

Na França, a guerra civil, contribuiu para aumentar as tensões internas e o frágil governo de Leon Blum se dividiu imediatamente a respeito do tema. A ajuda foi esporádica e superficial.

Na Inglaterra, ao sobressalto provocado pelo fracasso do apelo estatal republicano e os excessos da revolução, se une o temor de que na Espanha, se instalasse um regime incapaz de manter a lei e a ordem burguesas. A simpatia do governo conservador do momento, não se

inclinou inequivocamente para a República, sendo apoiado nessa posição pelos círculos ligados à indústria e às finanças, que tinham interesses substanciais na Espanha ocupada pelas tropas de Franco. Dessa forma, nos meios governamentais ingleses, a República somente encontrou reticências quando não hostilidade, embora esta nem sempre aparecesse acobertada pela diplomacia. O apoio vindo dos EEUU limitou-se àquele de natureza humanitária.

É dentro dessa perspectiva que se constrói ou se chega à denominada “política de não intervenção” sob proposta francesa, com a aprovação entusiástica da Inglaterra. Organiza-se uma comissão internacional com sede em Londres. Mas esta política, não demorou em transformar-se numa farsa, porque diante do conflito, de fato, ninguém permaneceu neutro.

Junto à timidez e reticências das potências democráticas ocidentais, os regimes fascistas (Alemanha e Itália) foram desenvolvendo uma atitude agressiva e de apoio crescente a Franco. O denominado Eixo entre o III Reich e a Itália de Mussolini, começou a materializar-se em outubro 1936.

“A Legião Condor” levou homens e armamentos alemães à Espanha e a presença de tropas regulares italianas foi um fato conhecido nas chancelarias européias e descaradamente confessado pelos embaixadores de Mussolini.

O processo de internacionalização seguiu por estes caminhos no contexto oficial da política de não intervenção.

Nesta situação, a República somente pôde receber ajuda por três vias:

Uma, pela apelação ao mercado negro de armamentos. Outra através do esforço organizado pelos partidos comunistas da Europa ocidental, principalmente o francês, que canaliza o entusiasmo antifascista para Espanha, dando lugar às “Brigadas Internacionais”, que fizeram ato de presença nas frentes espanholas a partir de novembro de 1936. Estas brigadas de voluntários estavam formadas por antifascistas convencidos, muitos ex-combatentes da primeira Guerra Mundial, esquerdistas de todas as cores possíveis, desempregados, românticos e aventureiros procedentes de países europeus, americanos e até asiáticos e africanos. Entre eles encontramos escritores como Hemingway e Malraux.

A terceira via, procede da ajuda soviética, cautelosa e lenta. Nunca foi nem demasiado ativa nem implicou riscos que pudessem por em perigo os objetivos da política exterior de Stalin. Limitou-se ao envio de armamentos e assessores para o exército.

Como conseqüência, “a indiferença para com o destino da República (indiferença que esta se negava a aceitar: teimosamente segundo

uns, ingenuamente, segundo outros) e o contínuo apoio a Franco de Hitler e Mussolini decidiram o processo de internacionalização”⁶.

Passado o primeiro ano da guerra, já não era verossímil que ultrapassasse dos confins peninsulares e como consequência, o interesse internacional decresceu. A Conferência Internacional de Nyon (setembro, 1938) é o marco da política de “apaziguamento” patrocinada por Chamberlain, e nela, não se reconhece a situação de beligerância na Espanha, a qual teria liberado o tráfico de armas.

Ao governo de Londres, o único que parecia interessar-lhe agora, era que alemães e italianos não obtivessem bases permanentes na península Ibérica depois do conflito, e que o débil regime franquista não desviasse as matérias primas que confluíam para a Inglaterra, sobretudo o minério de ferro.

Por outro lado, a partir de 1938 Alemanha empreende a sua política de anexões às custas de Áustria e Checoslováquia, apenas temporariamente brecada nos Acordos de Munique entre os representantes de Inglaterra, França e Alemanha. Depois destes acordos, onde se sacrificava Checoslováquia, afastava-se, momentaneamente, a eminência da guerra mundial, porque não se eliminava o desígnio de Hitler de formar o grande Reich através do “espaço vital” que precisava a “raça ariana”. De fato, a guerra continuava no horizonte das relações internacionais.

Para muitos, em Munique se condenou a República espanhola cuja esperança estava ainda na internacionalização da guerra. Ao longo do terceiro ano de luta, o isolamento e a desmoralização da Espanha republicana tinham minado a vontade, e ainda mais, a capacidade de resistência da mesma. Nesse mesmo ano (março, 1939) Inglaterra e França reconhecem Franco. Outros países, incluídos os EEUU seguiram o mesmo caminho.

No futuro, os vencedores deviam se acomodar às repercussões de insegurança internacional sob os compromissos tácitos ou explícitos assumidos durante os três anos de guerra.

Os vencidos, que se exilaram, depararam-se com a prisão, a humilhação ou a execução.

Tinham-se esgotado o prazo das negociações entre os dois bandos. Três anos de luta tinham aberto barreiras e posicionamentos de mútua rejeição. A inflexibilidade dos vencedores não cooperou para a conciliação de todos os espanhóis.

(6) VIÑAS, A. — “La internacionalización de la guerra de España em Historia 16: Siglo XX História Universal, nº 14 pág. 108.

A VIDA CULTURAL EM CAMPINAS NO SEGUNDO REINADO

Duílio Battistoni Filho

É inegável que, na História de Campinas, a cidade passa a ter uma projeção cultural, no Segundo Império, à medida que os fazendeiros começam a auferir lucros com a comercialização do café, imediatamente investidos em melhoramentos urbanos.

Terra de barões e de doutores, binômio perfeito, passa a se destacar como um dos maiores centros da aristocracia imperial do Brasil. O primeiro campineiro a receber o título de nobreza foi Joaquim Antonio de Arruda, em 1862, passando a ser chamado de Barão de Atibaia. Tamanha era a importância da cidade que, chegou a possuir vinte e um titulares, número este maior que o da própria cidade de São Paulo.

A riqueza do café propiciou a estes titulares, a construção de palacetes urbanos dotados de todo o requinte, como aquele de Felisberto Pinto Tavares, mais tarde adquirido pelo Barão de Ibitinga e que teve a honra de hospedar o imperador D. Pedro II, em 1846. O interesse dos novos barões em ter na cidade faustosas residências atraiu os mestres carpinteiros, engenheiros práticos capazes de grandes construções, como atestam os numerosos sobradões, alguns ainda existentes.

Com a inauguração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1872, grande impulso teve a cidade em todos os setores. Assim, as comunicações com a capital foram facilitadas; o comércio foi favorecido, especialmente o de construção, com a abertura de casas especializadas com variado estoque de artigos para as mais diversas aplicações. Mesmo com a implantação da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, três anos mais tarde, a fisionomia da cidade se modifica, pois a estrada de ferro permite canalizar para cá toda a riqueza, todas as novidades e um bom contingente populacional. Com isso, as cidades se aproximam, assim como as pessoas, além de incrementar as relações comerciais e culturais.

Com a chegada, em 1879, do Dr. Ramos de Azevedo, eminente arquiteto formado na Bélgica, as perspectivas urbanas se alterariam com a construção de importantes edifícios públicos e religiosos, dentre eles, o Grupo Escolar Francisco Glicério, a Cadeia Nova, o palácio episcopal e o término, em 1883, da imponente catedral. Portanto, se destacam no meio do casario arcaico de largos beirais, as linhas avançadas e modernas destes novos edifícios.

Os solares urbanos se destacavam pelo fino acabamento externo, sendo alguns adornados de figuras de animais e majestosas grades de ferro que tanto embelezavam as sacadas. Alguns sobrados representam verdadeiras jóias arquitetônicas na época áurea do café. É quando a platibanda vai substituir o beiral, como o magnífico Palácio dos Azulejos, de 1878, com seus imensos salões dando num imenso jardim e uma abertura para que as carruagens pudessem entrar e sair. Está preservado e hoje abriga uma repartição da Prefeitura Municipal.

No início dos anos 80, o neoclássico se faz presente nesta arquitetura, caso do magnífico Palácio dos Alves (demolido), de 1882, obra de Próspero Belinfanti, italiano radicado em Campinas e que o embelezou inclusive com mármore de Carrara. Chegou a ser sede da Primeira Exposição Regional do Município de Campinas, em 1885, de repercussão nacional. Foi a residência durante muitos anos da família de Custódio Manoel Alves, daí a razão do nome.

Outro exemplo do neoclássico imperial foi a residência do Barão de Itapura, na rua Marechal Deodoro, cuja planta foi confiada ao engenheiro Luís Pucci. O edifício data de 1883, mas, infelizmente a sua fachada foi totalmente descaracterizada com inoportunos acréscimos. Alguns cursos da PUCCAMP funcionam ali.

Nestes solares o luxo campeia e as recepções são grandiosas e neles podemos observar pelas fotografias antigas objetos valiosíssimos: talheres de ouro e prata, bules com anéis de marfim, bandejas de prata tão pesadas que necessitavam duas pessoas para carregá-las. O visconde de Indaiatuba e os barões de Itapura, Atibaia e Itatiba não dispensavam as alfaias, quadros franceses e louças de Sevres. Conta-se que o Barão Geraldo de Rezende chegou ao cúmulo do exagero ao importar da França, maçanetas de cristal.

Nesta época, a sociedade campineira apresentava um índice tão alto de refinamento que, a podemos comparar com a sociedade que brilhava na Corte, sendo certo que a vida social campineira era superior às de outras cidades vizinhas. Os álbuns antigos revelam como a mulher vestia-se com apuro e elegância. O seu preparo intelectual e o alto grau de sociabilidade chamaram a atenção do visconde de Taunay, quando de sua passagem pela cidade, em 1865. Chegou mesmo a dizer que as mulheres campineiras eram mais expansivas e alegres que as da capital e que era muito grande o número de bailes e saraus.

A influência cultural francesa era enorme em Campinas no Segundo Reinado. O grande pólo de irradiação era a Casa Genoud, fundada em 1876, pelo francês Alfred Genoud, intelectual na acepção do termo que, procurava importar as novidades francesas, especialmente peças de vestuário, livros, brinquedos e instrumentos musicais. Era o centro da

intelectualidade campineira. Muitas famílias se correspondiam em francês e o mesmo Barão Geraldo de Rezende obrigava que a baronesa e as suas três filhas falassem e cantassem em francês como prova de bom gosto.

Com o progresso de Campinas, o grau de adiantamento, notadamente no campo educacional, é digno de relevo. Assim, começam a surgir os primeiros internatos, sendo o mais importante, o Colégio Florence, fundado a 3 de novembro de 1863, pela alemã Carolina Krug Florence e destinado exclusivamente à educação das meninas. O seu corpo docente era formado de intelectuais como: Francisco Rangel Pestana, Miguel Feitosa e Júlio Ribeiro, para citar alguns deles.

Com a vinda das missões presbiterianas norte-americanas a Campinas, no final dos anos 60, os ministros George Nash Morton e Edward Lane imediatamente fundam o Colégio Internacional aproveitando o grande progresso econômico da cidade, o aumento populacional e a localização de um bom número de emigrados norte-americanos, vindos após a Guerra de Secessão, para a região. Com o início das aulas, em 1872, puderam os alunos conhecer as novas práticas pedagógicas americanas, até então, desconhecidas pelos campineiros.

Depois de prestar relevantes serviços à comunidade, em virtude da epidemia da febre amarela que grassaria na cidade ao final dos anos 80, este Colégio foi obrigado a transferir-se para Lavras, no sul de Minas, onde existe até hoje, com o nome de Instituto Gammon.

Entretanto, o maior acontecimento na história educacional de Campinas, no Segundo Reinado, foi a fundação, em 1874, do Colégio Culto à Ciência, obra de cidadãos eméritos ligados aos ideais positivistas e que, em 1894 passaria para o governo estadual. Foi em torno deste estabelecimento de ensino que a população culta campineira pode se desenvolver ao lado de um corpo docente rico e uma excelente biblioteca.

De grande importância para a vida cultural e artística da cidade, foi a construção, em 1850, do Teatro São Carlos. Era uma construção bonita e espaçosa, com ordens de camarotes e galerias. A platéia era para trezentos lugares. Havia um salão para reuniões. O viajante português, Augusto Emílio Zaluar, ao visitar Campinas, em 1860, observou que o teatro era superior ao da capital, pela sua grandiosidade e beleza.

Espectáculos de boa categoria e de grande variedade como óperas, operetas, dramas, comédias, sessões de música e de prestigitação foram levados nesta casa de espetáculos, com a participação de renomadas companhias estrangeiras. Um dos grandes acontecimentos foi a apresentação da artista francesa Sarah Bernhardt, em 1886, quando ali se apresentou com a Dama das Camélias.

No campo musical a maior expressão foi o maestro e compositor Antonio Carlos Gomes (1836-1896). Desde menino mostrou pendores

para o estudo do piano, graças à influência de seu pai, o maestro Manuel José Gomes, o primeiro professor de música da região.

Carlos Gomes era grande admirador de Verdi e do romantismo europeu. O imperador D. Pedro II sentindo o enorme talento do rapaz ofereceu-lhe uma bolsa de estudos para aperfeiçoar os seus estudos na Itália. Depois de algum tempo estudando no Conservatório Nacional do Rio de Janeiro, Carlos Gomes foi estudar em Milão. Compositor de mérito, encontrou no bel canto, o meio de expressão para desenvolver o seu gênio de melodista. Sua extensa obra revela vigor dramático, imaginação e sensibilidade. Ao lado de aprimorada técnica operística em obras como: Maria Tudor, Salvador Rosa, Fosca e Guarani, compôs peças para piano, para canto, inclusive modinhas como a conhecida "Tão longe de mim distante".

Quando vinha a Campinas era comum passar pelos salões da Casa Livro Azul, onde permanecia horas dedilhando algumas fantasias no piano ou conversando com amigos e admiradores.

Importante papel tiveram os grêmios musicais de Campinas, destacando-se o Clube Mozart, fundado em 1882. Primava pela organização, com estatutos próprios, realizando saraus trimestrais muito concorridos e sempre divulgando autores, especialmente nacionais.

Também se salientaram as bandas musicais e a primeira delas foi a de Manuel José Gomes, a chamada Orquestra e Banda Campineira e que, em 1846, recebeu referências encomiásticas do imperador D. Pedro II. Em 1857 fundava-se a Filarmônica somente de senhoras. Outras foram surgindo como a Sociedade Carlos Gomes (1878) e a Banda Italiana (1881). Algumas delas foram formadas nas fazendas como a Sociedade Musical Mato Dentro e a da Fazenda Santa Maria. Esta última chegou a abrilhantar os festejos de inauguração da Companhia Paulista de Estradas de Ferro.

A mais antiga agremiação social de Campinas foi o Clube Semanal de Cultura Artística, fundado em 1857 e que inicialmente contou somente com dezesseis associados, escolhidos depois de criteriosa seleção. O novo clube promovia suas reuniões culturais, nas residências destes sócios, animadas por pequenos grupos orquestrais. Com o crescimento do corpo associativo, novo prédio foi construído na esquina das ruas Regente Feijó e Barreto Leme, tendo o seu primeiro baile, realizado a 1^o de janeiro de 1873.

Um exame dos jornais da época revela como as festas eram empolgantes e muito comentadas. O clube realizava saraus tão a gosto da época, onde intercalavam música e poesia, debates sobre literatura, homenagens a autores e personalidades importantes. A sua biblioteca uma das mais ricas da cidade, era muito freqüentada.

O setor de Imprensa foi um dos mais ativos em Campinas. Suas origens estão ligadas às atividades de Hércules Florence (1804-1879),

intelectual francês radicado na cidade e que iniciaria o ensino do desenho artístico aos jovens campineiros. Aliás, sua documentação visual sobre costumes paulistas é riquíssima a ponto do historiador Afonso d'Escragolle Taunay chamá-lo de "Patriarca da Iconografia Paulista". Em 1833 com o auxílio do botânico Joaquim Corrêa de Melo descobriu um processo para fixar imagens por meio de sais e nitrato de prata, culminando com a invenção da Fotografia. Pois bem, em 1836, compra no Rio de Janeiro uma tipografia que mais tarde seria adquirida pelos irmãos João e Francisco Teodoro de Siqueira e Silva, os quais dariam início à feitura do primeiro jornal aparecido na terra, "Aurora Campineira", em 1858.

Com apenas dois anos de vida cessava a sua publicação para surgir com o nome de O Conservador, em 1860, ainda de propriedade dos irmãos Teodoro. Por circunstâncias várias, este semanário, seis meses depois deixaria de circular.

Somente em 1869 surgia a Gazeta de Campinas, obra do poeta e advogado Francisco Quirino dos Santos e que saía as quinta-feiras e domingos. Somente a partir de 1879 passou a ser editada diariamente e assim permaneceu até 1889, quando cessou de circular, reaparecendo em 1921 e permanecendo até 1930, quando por razões políticas foi empastelado.

De suas oficinas saiu o primeiro livro impresso em Campinas, o Almanack de Campinas para 1870, obra do jornalista José Maria Lisboa, de 176 páginas, contendo informações gerais sobre a cidade. Cumpre assinalar que muitos literatos campineiros iniciaram sua carreira escrevendo em suas páginas. A Literatura passa a ser melhor divulgada e lia-se muito folhetim de Alexandre Dumas para baixo: Raoul de Navery, Jules Sandiou, Otave Feuillet, Júlio Ribeiro e outros.

Chamam-nos a atenção, notícias literárias, compra e venda de livros, e autores consagrados como, Zola, Eça de Queirós, Machado de Assis, Lamartine, Daudet, Musset e Balzac, passam a ser melhor divulgados. A "Genoud" constantemente anunciava em suas páginas, as últimas novidades recebidas de Paris.

Outros jornais surgiriam no final do século passado como: O Constitucional (1874), Diário de Campinas (1875) e o Correio de Campinas (1885). Foram jornais de tendência as mais variadas: abolicionistas, monarquistas, republicanos, conservadores ou liberais.

Para terminar, podemos dizer que Campinas foi um dos maiores centros culturais da Província de São Paulo, graças à sua pujança econômica e à sua gente imbuída de um forte espírito de brasilidade voltado para os mais nobres ideais.

ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO NAZISMO NO BRASIL: A EXPERIÊNCIA RIOGRANDENSE

João Ribeiro Júnior

No início do verão de 1933, no majestoso terraço do Adlerhorst (Ninho da Águia), em Berchtesgaden, região dos Alpes Bávaros, onde estava sepultado Frederico II, o Grande (1712-1786), Adolf Hitler, brincando com seu dobermann de estimação, dizia ao industrial Hermann Rauschning, presidente nazista do Senado de Dantzig:

“Edificaremos uma nova Alemanha no Brasil. Ali encontraremos tudo o que for necessário” (**Hitler me disse**, p. 78).

Assim, em 1935, Hitler ampliou a **Auslands-Organization** (Organização-Exterior), cuja finalidade abrangia a congregação organizada e o amparo coletivo de todos os alemães residentes além das fronteiras do **Reich**. Para tanto, criou a verba de 262 milhões de marcos para a ação nazista no estrangeiro. A partir de então, em quase todos os países do mundo, onde se encontravam alemães, teve início o trabalho para atraí-los ao Partido Nacional-Socialista, com a organização de **Landesgruppen** (Grupo-países), chefiados por um **Landesgruppenleiter** (Chefe-de-país).

A atividade de tais grupos estendia-se por todo o território do respectivo país. Nos países onde o círculo de atividades era demasiado pequeno para a existência de um **Landesgruppen**, devido ao número reduzido de alemães ali residentes, existiam somente **Selstaedige Kreise** (Círculos Autônomos) ou então **Ortsgruppen** (Grupos Locais). Os chefes dos Grupos-Países, dos Círculos Autônomos e dos Grupos Locais estavam subordinados diretamente ao **Gauleiter** (Chefe máximo do Partido Nazista, que só era responsável perante o supremo chefe, Adolf Hitler), de cuja sede em Berlim, partiam todas as diretrizes e instruções.

Na América do Sul foram organizados **Landesgruppen** no Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Peru e Bolívia.

O **Landesgruppe-Brazil** (Grupo-país-Brasil) teve sede inicialmente no Rio de Janeiro, sendo que o primeiro **Landesgruppenleiter** foi o dentista Herbert Guss; mais tarde substituído por Hans Henning von Cossel, adido político-cultural da Embaixada Alemã, (A Alemanha mantinha duas representações no Brasil, a diplomática e a política, que era uma delegação do Partido Nazista), que transferiu a sede para São Paulo, e depois para o Rio Grande do Sul, onde a campanha nazista, já perfeitamente organizada, entrou em uma fase de intensa agitação.

No Rio Grande do Sul, núcleo da colonização alemã no Brasil, formou-se, de início, uma **Zelle** (Célula) e **Block** (Bloco) nos bairros, para a divulgação do Nacional-Socialismo, que aos poucos cresceram em **Ortsgruppen** (Grupos Locais), que representavam o Partido nas cidades; e finalmente no **Kreis** (Círculo), representante do Partido no Estado, chefiado pelo **Kreisleiter** Walter Horning.

A administração nazista da região ou do Estado se concentrava na chamada **Deutsches Hauss** (Casa Alemã), que após a proibição imposta por Getúlio Vargas, foi instalada nos consulados. (Em Porto Alegre havia uma **Casa Alemã** na rua Voluntários da Pátria, que era o centro de toda atividade nazista no Rio Grande do Sul).

O Nazismo passou então, de modo ostensivo, a estender a sua rede partidária, e para tanto foram utilizados jornais, filmes e livros. Teve início uma campanha anti-semita com a difusão de panfletos, (As palavras “judeu”, “mulato” e “negro” começaram a surgir com sentido depreciativo ou insultuoso), e cresceu o contrabando de armas e explosivos para oportunas sabotagens.

Os futuros partidários (**parteigenossen**) do Nazismo deviam alistar-se voluntariamente. Os que não aderiram de imediato eram apenas tachados de “hesitantes”. Aos poucos a ação dos nazistas foi se transformando num movimento de massa que, agora até pela força bruta, foi absorvendo esses “vacilantes”. Para isso muito concorreram as Escolas particulares alemãs, espalhadas pelo Rio Grande do Sul, que recebiam subvenções do governo alemão através do seu consulado. Controladas as escolas, catequizavam-se os alunos; e estes logo traziam os pais para o seio do Partido. Até na Igreja fazia-se doutrinação nazista. Sabe-se que vários pastores da Igreja Evangélica Alemã intercalavam trechos da Bíblia com a doutrina nacional-socialista.

A seguir, os agentes nazistas controlaram todas as sociedades recreativas, esportivas ou puramente beneficentes. O sistema empregado era o do “cavalo de tróia” (infiltração) ou “quinta-coluna”, isto é, os partidários pediam a inscrição nestas sociedades (ou já eram sócios) e o Partido pagava a jóia e as mensalidades. Quando chegavam a constituir maioria absoluta, convocavam uma assembléia, e após serem eleitos diretores, passavam a sociedade para a direção do Partido. Foi o que aconteceu com a antiga Sociedade dos Atiradores Alemães (**Deutscher Schuetzen Vereine**), com mais de 70 anos de existência na capital gaúcha. Assim, a maioria das sociedades teuto-brasileiras, em mãos dos nazistas, passaram a constituir uma federação denominada **Verband Deutscher Vereine** (Liga das Sociedades Alemãs) que, contra as leis brasileiras, tornou-se subordinada a **Verband Deutscher Vereine im Ausland**, de Berlim (Liga das Sociedades Alemãs no Estrangeiro), essencialmente nazista.

Como complemento da organização partidária existiram ainda no Rio Grande do Sul, a **Deutsche Arbeitsfront** (Frente Alemã do Trabalho), a **Arbeitsgemeinschaft der Deutschen Frau im Ausland** (União das Mulheres Alemãs no Estrangeiro), a **Bund Deutscher Maedchen im Ausland** (Sociedade de Moças Alemãs no Estrangeiro) e a **Deutschbrasilianischer Jugendring** (Juventude Teuto-Brasileira), cujos membros recebiam aperfeiçoamento na Alemanha.

Apesar da intensa campanha nazista, muitos alemães e descendentes de alemães das várias colônias do sul do Brasil, como de outros Estados, resistiram à investida do Partido Nacional-Socialista. Estes antinazistas contavam com o apoio da **Deutscher Voksblatt** (Gazeta do Povo Alemão), de Porto Alegre, que tudo fez para esclarecer a população dos perigos do Nazismo.

Em abril de 1938, o presidente Getúlio Vargas assinou decreto proibindo os partidos políticos estrangeiros de funcionarem no Brasil; submeteu a imprensa estrangeira à censura; e as escolas estrangeiras à fiscalização do Governo. Logo a seguir, o interventor federal do Rio Grande do Sul, Oswaldo Cordeiro de Farias, concitou a população de maioria alemã a ser exclusivamente brasileira, e assinou um decreto nacionalizando o ensino em seu Estado; o mesmo fez o interventor de Santa Catarina, Nereu Ramos, que combateu durante o proleto nazista.

Em 1940, a vasta rede tecida pelo Nazismo no Brasil foi finalmente desfeita com a prisão e expulsão de vários agentes nazistas, provocando espanto no Embaixador Alemão Karl Ritter, que não esperava essas medidas por parte do Governo brasileiro, que, na época, já estreitava suas relações com os Estados Unidos.

Por outro lado, muito embora o **Integralismo** ("o fascismo caboclo") de Plínio Salgado tenha sido acusado de entreguismo às emergentes potências do Eixo europeu, Alemanha e Itália, ao que parece a conspiração nazista, que se espalhou a partir do Rio Grande do Sul, não teve ligações com esse movimento nacionalista de direita que, em 11 de maio de 1938, deflagrou seu **putsch** contra o governo Vargas. (É de se notar que salvo as repercussões naturais na Itália e Alemanha, a imprensa internacional não deu maior destaque ao malogro do golpe integralista, que não era levado muito a sério).

Não se confirmou que os integralistas tivessem alguma vez perseguido à **Quinta Coluna** da espionagem nazista em terras brasileiras.

A REVOLUÇÃO CONSTITUCIONALISTA NO ROMANCE HISTÓRICO PAULISTA

Antônio Barreto do Amaral
(Academia Paulista de História)

O romance histórico tem origem na frustração do poeta Walter Scott que, desiludido ante o sucesso de Lord Byron, que publicara **Perigrinação de Child Harold** e, com isso, obscurecera-lhe a popularidade, retornou a um romance que iniciara em 1805, e deixado de lado a fim de dedicar-se à composição de seus poemas.

Assim, em 1814, estava editado **Waverly**, o primeiro romance histórico.

O sucesso inesperado da obra, levou o autor a escrever novos romances, baseados no passado da Escócia e, a seguir da Inglaterra, o que lhe deu a primazia desse gênero literário de ficção, atingindo com **Ivanhoe**, em 1820, o apogeu da popularidade.

A nova estrutura dada ao romance, seduziu Alexandre Dumas, que cantou os feitos heróicos da França em várias obras, entre as quais a conhecida trilogia **Os Três Mosqueteiros, Vinte Anos Depois e O Visconde de Bragelone**, que o tornaram mundialmente famoso.

Não desprezaria a ficção levada à História o notável escritor e historiador português, Alexandre Herculano que, no fim do segundo quartel do século XIX, publicou obras notáveis de reconstituição da civilização gótica, árabe e portuguesa da Idade Média.

No Brasil, João Manuel Pereira da Silva, autor de obras apreciáveis, abrangendo discursos parlamentares, poesias, prosa de ficção e outras, tornou-se, em 1839, o precursor do movimento, o primeiro a introduzir, no país, o novo gênero literário, publicando, no Rio de Janeiro, **O Aniversário de D. Miguel em 1828**, que não passa de pequena novela de não mais de 33 páginas e, a seguir, **Rebelião, Amor e Pátria**, este de pouco maior extensão, publicado no "Jornal do Comércio" e no "Arquivo Popular" de Lisboa.

Outros o seguiram, como Justiniano José Pereira, Luís Carlos Martins Pena e, mesmo Francisco Adolfo Varnhagen, o futuro grande historiador brasileiro, então contando apenas 24 anos de idade, na esteira do romance histórico andaria. Publicou, em 1840, no órgão de renovação literária portuguesa, "Panorama", a **Crônica do Descobrimento do Brasil**,

obra curta e medíocre, espécie de novela, na qual procurou tornar mais conhecida a Carta de Pero Vaz de Caminha.

Anos passados, José de Alencar estreou, em 1857, com o **Guarani**, de temática indianista e, sete anos mais tarde escreveu **As Minas de Prata** com o propósito de apresentar, em seus romances históricos, aspectos e motivos brasileiros tradicionais, como tema central.

Sua terra, sua gente e seus feitos, foram levados para o romance histórico pelo cearense Franklin Távora e pelo mineiro Bernardo Guimarães.

Em São Paulo, somente em 1895, apareceria, editado em Itu, o primeiro romance histórico, **O Paulista**, de autoria de Augusto César de Barros.

Trinta anos depois, em 1925, novo romance histórico viria à luz: **A Marquesa de Santos**, do inesquecível filho de Tatuí, Paulo Setúbal, o mestre do romance histórico paulista.

Outros autores seguiram-no tratando, com habilidade, temas históricos, os fastos de São Paulo. Os primórdios da Vila de Piratininga, o ciclo das Bandeiras, a escravidão, a imigração, o ciclo do café, o desbravamento do sertão, o surgimento das cidades, ofereceram painéis habilmente apresentados por Alfredo Ellis Júnior, Nuto Santana, Plínio Salgado, Afonso Schmidt, Rolmes Barbosa, Francisco Marins, José Herculano Pires e outros.

Entretanto, a grande saga paulista, a Revolução Constitucionalista, está, ainda a merecer uma grande apresentação por parte dos ficcionistas de São Paulo, pois a epopéia de 1932, não encontrou, até agora, o seu grande romancista, embora, não como tema central, haja figurado em quase uma vintena de obras.

Terminado o movimento, no ano seguinte, o destacado homem de letras, JOÃO PEDRO DA VEIGA MIRANDA, natural de Minas Gerais, autor, entre outros dos romances **Mau Olhado**, **Redenção** e **A Serpente que Dança**, publicou o romance **O Voluntário de Santa Teresinha**.

A maior parte do enredo passa-se na época da colheita em uma fazenda de café, situada no interior do Estado de São Paulo, onde se misturam, com os nacionais, imigrantes italianos, sírios, portugueses e lituanos.

São os primeiros dias da Revolução. E o autor escreve: "Os mais eloqüentes oradores ocupavam o microfone, exaltando a Causa, convocando aos outros Estados do Brasil numa exortação constante. Nesse ínterim, sucediam-se os apelos à generosidade paulista. O mais recente fora

a Campanha do Ouro. Dos escrínios, dos cofres, dos porta-jóias, das velhas arcas tradicionais começaram a despejar-se as coisas de valor, o ouro, a prata, as pedras preciosas”.

No ano seguinte, DAVID ANTUNES, sob o pseudônimo de Iago Joe, escreveu o romance **Incenso e Pólvora**. É o dia-a-dia, em uma residência da classe média, no interior do Estado, onde o assunto predileto é o “causo paulista”. Desenvolvem-se as cenas preparando o espírito do leitor para o tema central do romance, a Revolução Constitucionalista, narrada pelo autor da maneira irônica e satírica que caracteriza grande parte de seus livros, peripécias daqueles dias vividos na cidade. A Revolução, sentida longe das trincheiras, ganha, nas páginas desse romance, um colorido diverso de outras narrativas do mesmo gênero.

MOACIR CHAGAS, em seu romance naturalista aparecido em 1938, sob o título **Romance de um Coração**, lembra combates travados em Eleutério pelo regimento comandado pelo heróico Romão Gomes e os derradeiros dias da epopéia de São Paulo: “Quando aos festivos clarões da alvorada as metralhadoras adversárias começaram o sinistro e ininterrupto matraquear, e os projéteis, zunindo e ricocheteando, atingiram as trincheiras em meia-lua das tropas constitucionalistas, a inquebrantável intrepidez bandeirante repeliu galhardamente o impetuoso ataque. Após quinze horas de fuzilaria consecutiva e violentíssima, o trem blindado e as “costureiras” escorraçaram o inimigo da barranca do rio...”

O romance **Majupira**, publicado no mesmo ano, narra, com tamanha exatidão, em poucas páginas, os fatos que, na Serra da Mantiqueira, pouco acima de Cruzeiro, tiveram lugar, que é impossível não haver o autor JOÃO BATISTA DE MELO E SOUZA, deles participado. É todo o romance vivido em Piqueri, na serra, logo a cavaleiro do Túnel, pequeno povoado, sem importância, simples distrito de paz do município de Cruzeiro, encarapitado entre a Estrada de Ferro Sul Mineira e o precipício. Uma centena de casas, não mais, muito pobres, na única rua e uma pequena praça. Das mais empolgantes são as cenas descritas da luta que, naquelas cercanias, foi travada. Os célebres combates e o canhoneio sem cessar do setor Túnel, onde as forças atacantes, dez vezes superiores às dos constitucionalistas, sofreram revezes enormes e os paulistas que defendiam a garganta do Piqueri não cederam suas posições.

Têm, aqueles que lêem este romance oportunidade de tomar conhecimento, através das poucas páginas dedicadas à Revolução, de fatos acontecidos naquela frente de combate, quando a coluna de defesa do Túnel, posicionada no sítio de Cascata, articulava-se por Cruzeiro com os contingentes que combatiam na linha Pinheiros-Vila Queimada-Silveiras, enquanto, lá embaixo, no Vale do Paraíba, troava o canhão e o pipocar das metralhadoras espalhava ondas de terror por toda parte.

Leiamos: "... Deolindo sabia que o contingente vindo de São Paulo para guarnecer a passagem do Piqueri era constituída de algumas centenas de soldados e meia dúzia de oficiais, dispondo de pouco armamento e escassa munição. Contra esses espartanos das Termópilas brasileiras atirava a ditadura mais de cinco mil homens fortemente aparelhados, com metralhadoras do melhor modelo, canhões possantes e carros de salto.

Vieram os últimos dias de julho, os combates e o canhoneio continuaram sem cessar, no setor do túnel; as forças atacantes, dez vezes maiores de que os constitucionalistas, sofreram revezes tremendos e os paulistas que defendiam a garganta do Piqueri, não cederam suas posições. ... O Túnel não caiu. A Santa Casa de Cruzeiro estava cheia de feridos; o Orfanato e a casa grande do Itaitê eram hospitais de emergência; o cemitério do Piqueri recebeu muitas cruzes de madeira tosca, em que se liam os nomes de obscuros heróis tombados na luta; mas o Túnel não caiu".

FLÁVIO SEABRA PIRES DE CAMPOS, jornalista, após estreitar nas letras como poeta, escreveu o romance **O Planalto**, em 1939, história de um grupo de rapazes e de suas conquistas amorosas, incluindo no texto aspectos da cidade de São Paulo, durante a década de trinta.

A fim de compor um retrato autêntico da Paulicéia, não deixou de ilustrar os quadros com o episódio ocorrido na noite de 23 de maio de 1932, na Praça da República, com a campanha do ouro para o bem de São Paulo e aspectos da Revolução: "9 de Julho. À noite, do Pátio da Faculdade de Direito, entre as arcadas sob as quais sonharam Castro Alves, Fagundes Varela e Álvares de Azevedo, desfila, muda e entusiasmada, a mocidade de São Paulo. Batalhão Acadêmico, Batalhão Borba Gato, Pais Leme, 14 de Julho, Piratininga... Durante o dia inteiro as pedras de São Paulo, espantadas, sentem os tacões dos moços que preferem morrer a viver no que julgam vergonha. Por isso, lá vão eles, rumo ao Norte, onde está o adversário. Eles não entendem nada daquilo tudo, nunca dispararam um fuzil, nunca manejaram uma metralhadora, mas é preciso partir e para morrer em defesa da honra não é preciso aprender..."

Cinco anos passaram até que, em 1943, a SENHORA LEANDRO DUPRÉ, em seu mais popular romance, **Éramos Seis**, apresentou um quadro doloroso da Revolução: "Nessa noite chegaram trens com feridos e mortos; o clube da cidade (Itapetininga) já estava transformado em hospital. Um grande silêncio caía como uma sombra sobre a cidade todas as vezes que vinha da frente um trem de feridos; todos se lamentavam e sofriam quando viam os soldados pálidos e doentes descenderem do trem apoiados uns aos outros ou deitados em macas, tão pálidos como o próprio lençol que os cobria. E um silêncio pesado se fazia quando surgia um morto, carregado com cuidado e carinho. O povo se afastava

respeitosamente para o morto passar e lá se ia levado pelos amigos, cheio de glória e de feridas para um canto qualquer da terra.

Em **Dona Lola**, romance publicado em 1949, a SENHORA LEANDRO DUPRÉ, voltou a lembrar, em dois pequenos trechos desse livro, a grande epopéia: “Nove de Julho de 1932. Foi a data mais bela da história paulista. A data magna. Os meses sangrentos de 32 foram trágicos mas em meio à tragédia houve o mais arrebatador dos heroísmos. Nunca mais essa data se apagará da memória dos paulistas, principalmente daqueles que a presenciaram...” “... Sabem como foi? Foi como se um vento de loucura tivesse varrido a cidade, uma loucura de grande elevação moral, acima dos preconceitos, das vaidades, das diferenças sociais; irmanava a população. Igualava. O ideal era muito alto e nada podia pairar acima dele. Era, apenas, o ideal, a Causa”.

Em 1948, RUI COSTA GODOI estreava nas letras de ficção com o romance **Vida em Tormento**, peça dramática, comovente e singela, um libelo contra a sociedade reputada injusta. Na parte histórica narrou episódios da Revolução, a partir do momento em que se incorporou no Batalhão Francisco Glicério: sua participação no combate travado em Caconde e a retomada da cidade; os momentos angustiosos da luta: “Após quase quarenta horas de fogo recebemos ordem de retirada. O fato é que éramos poucos soldados, pois parte dos nossos havia seguido para outros setores, dias antes. E não tínhamos recebido reforço até o momento da retirada”. Páginas adiante prossegue: “As nossas metralhadoras tocavam zé-pereira noite e dia. Mas, quando o fogo se tornava cerrado e o inimigo despejava balas dum-dum, sem dó nem piedade em cima de nós, tínhamos uma noção exata do perigo e sabíamos que a nossa vida estava por um fio”.

Publicado no mesmo ano, porém escrito de janeiro a maio de 1933, quando o autor estava exilado, na França, em virtude de sua destacada participação na Revolução Constitucionalista, é o romance **Palmares pelo Averso**, de PAULO DUARTE. Embora obra de ficção, é este o único romance inteiramente voltado para os acontecimentos de 1932, permitindo que se compreenda muito do que se passou no Brasil, desde os dias que antecederam ao Movimento Constitucionalista e toda a história da campanha militar.

Não Sei Se Voltarei, é o romance de ANTONI DI MONTI, publicado em 1951. Sua obra é uma evocação da terra onde nasceu, oferecendo ao leitor oportunidade de passear, em pensamento, pela cidade de Campinas. E entre suas afetuosas recordações não deixou de incluir aquelas que, em sua memória, bem gravadas ficaram, os fatos relacionados com a Revolução Constitucionalista.

MARIA DE LOURDES TEIXEIRA, ocupante da cadeira nº 12, da Academia Paulista de Letras, intelectual paulista que se alinha

entre as mais notáveis escritoras do país, publicou, em 1960, o romance **Raiz Amarga**, a história da burguesia de São Paulo, no período transcorrido das vésperas do grande desastre financeiro de 1929, até a década de cinquenta, com destacada referência ao Movimento de 1932.

É um período triste lembrando a morte, em combate, de um voluntário paulista, o transporte de seu corpo e o funeral em São Paulo, concluindo com a menção dos últimos dias dessa epopéia: “De fato a gloriosa revolução estava perdida militarmente. Por falta de munição, do prometido apoio do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais e por ter falhado a cooperação de Mato Grosso. Os efetivos do Exército da Força Pública, bem como os batalhões de voluntários e a população do Vale do Paraíba, conheceram afinal o drama da retirada (...) Uma tarde correu com insistência o boato que havia negociações para o armistício. Dias depois, informes ainda confusos falavam em rendição incondicional”.

O **Desembargador Ruival**, publicado em 1954, romance de ANTÔNIO BENEDITO MACHADO FLORENCE que, descrevendo a sociedade de São Paulo, a partir de 1914, lembra a Capital em 1930, com seus dias conturbados de após a revolução, interventores a se sucederem e revolucionários a se desentenderem, dividindo-se, formando alas, esfalecendo-se em grupos, alcançando a noite de 23 de Maio de 1932, quando é derramado o primeiro sangue, o dos quatro jovens, mortos na Praça da República, Martins, Miragaia, Drauso, Camargo. Depois a nossa Revolução e o quadro heróico que o autor apresenta, tantas vezes realmente verificado: “Dentro de dias a situação se agravara. As tropas adversárias fortemente armadas e dispoendo de copiosa munição ameaçava romper a linha de frente. (...) O inimigo procurava forçar dia e noite uma passagem. Porém, em manifesta inferioridade de homens, armas e munições a tropa resistia e a posição continuava sendo titanicamente defendida”.

Os primeiros dias do Movimento Constitucionalista são narrados no romance do mesmo ano, **Tarsila, A Mulher que Não Pecou**, de E. FERNANDES MURIEL: “Ao cair da noite já se sabia que o Embaixador Pedro de Toledo havia renunciado a interventoria, para aceitar corajosamente o posto altamente honroso de Governador de todos os paulistas que lhe era conferido pelo povo e pelo exército revolucionário.

Três dias após, os postos de recrutamento já não mais davam vazão à faina de recrutamento, tantos e tantos eram os jovens que num crescente de patriotismo e de valor se apresentavam resolutos e dispostos a seguir para as primeiras linhas de combate ! Sem distinção de credo, cor ou lugar de nascimento, todos os cidadãos residentes em São Paulo se julgavam no dever de acorrer ao chamado, para lutar pela grande causa”.

Sob o pseudônimo de Aluísio de Almeida, o conhecido historiador radicado em Sorocaba, Padre LUÍS CASTANHO DE ALMEIDA, publicou, em 1964, um pequeno romance, **Campina do Monte Alegre**, elaborado em duas partes, a história de uma professora que vai exercer o magistério em um bairro do município de Angatuba, onde contrái

matrimônio com a personagem central da segunda parte da obra. Aí são descritos fatos e cenas da Revolução, dos combates na Região Sul do Estado, de momentos vividos pelo destacamento Tenório de Brito e dos últimos dias do épico acontecimento, desenrolados no Parque do Ibirapuera, junto ao monumento do Soldado Constitucionalista.

Após o aparecimento desse romance, onze anos passaram até que nova obra viesse recordar os fatos de 1932. Foram eles lembrados, em breve trechos, em um dos livros do falecido acadêmico **IBIAPABA MARTINS, A FLOR e o Estandarte**. É, na parte inicial, um retrospecto de fatos ocorridos na capital paulistana, logo após o término da Revolução, quando, participantes dela, são envolvidos por elementos do Partido Comunista. A parte segunda do romance é vivida em São Domingos, cidade fictícia. São páginas soberbas e pungentes daqueles dias inesquecíveis: “Sopra o vento no planalto beijando os túmulos do cemitério situado no topo da alegre descuidada São Domingos (...). Sob sete palmos de terra roxa estão os ossos de um soldado morto por bala que, meses antes, regou com sangue as batalhas de 32. São Domingos espera os restos mortais de mais três heróis que hão de chegar, depois de recolhidos em desconhecidas grotas, em difíceis barrocas e fraldas de montanhas. **ESPE-RATOR!** A cidade espera os nossos ossos espalhados dos heróis de 32, que nasceram, criaram-se ou viveram um dia em São Domingos.

Arrastando-se na noite, os cotovelos fincados no morro, avançam levando uma metralhadora. À frente, uma arma pesada atira sem parar e as hastes de jaraguá são ceifadas como asas de borboletas que se aproximam de lâmpioes. A noite é escura, mas, nas fímbrias da serra, há indefiníveis revêrberos das luzes da madrugada. Espaçadamente, urra, como um touro na campinas o canhão.

Quando o sol iluminou a barroca, dezenas de corpos começaram a adquirir a rigidez da morte”.

Participante que foi da Revolução Constitucionalista quando contava 15 anos de idade **AURIPHEBO BARRANCE SIMÕES** escreveu, em 1979, o romance **Um Punhado de Nada**.

Para elaborá-lo, serviu-se de aspectos inexplorados da Revolução, utilizando-os como pano de fundo para a narrativa. Nela há períodos que se referem ao bombardeio de Cruzeiro pela aviação inimiga: “Subitamente, em rajadas curtas, uma metralhadora pôs-se a pipocar perto. Alguns soldados ergueram molemente as cabeças, procurando distinguir alguma coisa no céu cuja claridade feria a vista (...) Muito Alto, perdido no azul brilhante, sem ruído, voava um pequeno avião. Era um “vermelhinho”.

... Um soldado ajoelhou-se e com seu fuzil começou a fazer fogo contra a aeronave. Quase todos os que estavam armados seguiram o exemplo. O avião baixou, numa espécie de mergulho sobre o pátio ferroviário. A multidão dispersou-se rapidamente e os soldados atiraram-se no chão. Em algum outro ponto uma metralhadora começou a latir furiosamente”.

O último romance contendo referências à Revolução de 1932, foi publicado em 1978. De autoria de VINÍCIO STEIN DE CAMPOS, **Teruko**, romance da imigração japonesa, registra episódios da chamada República Velha, a vida urbana de São Paulo na “belle-epoque”, a rebelião de 1924, a eleição do paulista Júlio Prestes para a Presidência da República e outros relacionados com a história de São Paulo.

A respeito da Revolução Paulista o autor escreveu: “A Revolução Constitucionalista nascia, pois, como uma autêntica explosão popular. Mal deflagrada, foi tão vulcânica a adesão total das massas, que se inverteu, por assim dizer, a ordem natural das coisas, transformando-se ela numa revolução de baixo para cima, isto é, o povo indignado tomava em suas mãos, em arrancada irresistível, a bandeira da guerra”.

AS MISSÕES JESUÍTICAS NA LITERATURA BRASILEIRA *

Hernani Donato

(Academia Paulista de Letras e
Academia Paulista de História)

A Literatura — exercício da imaginação criadora, freqüentemente auxilia a História, ciência sustentada por rígida metodologia, na compreensão de certos eventos. A recíproca, é perfeitamente verdadeira. A recente exibição do filme “A Missão”, suscitador de vigorosa polêmica, sugeriu à História e à Literatura o rediscutir de tema apaixonante e controvertido. Trata-se da atividade da Companhia de Jesus, durante século e meio, nas Missões ou reduções.

Debates a propósito raramente são conduzidos com a moderação que leva ao conhecimento correto e ao ajuizamento equilibrado. A atividade jesuítica junto ao guarani ou é exaltada como obra salvífica, espiritual e fisicamente considerando, ou é execrada como tirania deformadora da natureza inocente do selvícola.

A visão condenatória refletiu muito do posicionamento anti-Igreja da metade do século dezoito. A Sé romana perdia força política e, até, influência religiosa. A Reforma fortalecera o poder laico dos Estados nacionais. O liberalismo, o iluminismo, mantinham ofensiva permanente contra a religião e o Papa. A tipografia, quase toda em mãos protestantes, favorecia a impressão de livros e de opúsculos anti-católicos, especialmente anti-jesuíticos. As Missões resultaram em alvo preferido dessa conjunção de adversários de romanidade e da Companhia. Mas a visão condenatória corporificou-se e identificou-se com o gênio literário de Voltaire que, em 1759, fez publicar o “Cândido”, cuja personagem Cacambo descreve o império jesuítico, densamento povoado, trezentas léguas em diâmetro, no qual os guaranis seriam absolutamente miseráveis e os jesuítas fabulosamente ricos. A fantasia do autor robusteceu-se como se descrição e não criação, sendo guindada ao nível de verdade-denúncia. As Missões passaram a ser sinônimo de opressão, exploração, violência. Tal o poder da criação literária produzida por um gênio.

Curioso que o mesmo Voltaire assinou uma das frases mais enaltecidas dentre as que, personalidades eminentes quanto ele, redigiram para definir as Missões. Disse em *Essai sur les mœurs, Oeuvres*, volume

(*) Conferência na Academia Paulista de Letras em 25 de junho de 1987.

X, página 59: “L'établissement du christianisme dans le Paraguay par les seuls jésuites espagnols paraît à quelques égards le triomphe de l'Humanité”.

D'Alembert afirmou quase o mesmo: “Souverains dan ce vaste pays, ils y rendent hereux, à ce qu'on assure, les peuples qui leur obéissent et qu'ils sont venus à bout de soumettre sans employer la violence”. Buffon, exaltou a obra da Companhia, com mais entusiasmo: “Rien n'a apporté au christianisme plus d'honneur que d'avoir “moralisé” ces peuples et d'avoir établi un État sans autre arme que la vertu”. Montesquieu, coroando o pronunciamento dos grandes vultos franceses do tempo, não deixou por menos. No capítulo VI, livro IV, de **Esprit des lois**, registrou: “Il est glorieux pour elle d'avoir été la première qui ait montré dans ces contrées l'idée de la religion jointe a celle de l'humanité; en réparant les dévastation des Espagnols, elle a commencé à guérir une des plus grandes plaies qu'ai reçues le genre humain”.

Mas Raynal, à página 305, tomo III da **Histoire philosophique des deux Indes**, foi além, descrevendo, quase, uma redução jesuítica dos guaranis: “C'est là que la religion est aimable et c'est d'abord dans ses ministres qu'elle s'y fait aimer. Rien n'égalé la pureté des moeurs, le zèle doux et tendre, les soins paternels des jésuites du Paraguay. Chaque pasteur est véritablement le père, comme le guide de ses paroissiens. On n'y sent point son autorité parce qu'il n'ordonne, ne défend et ne punit que ce que punit, défend et ordonne la religion qu'ils adorent et chérissent tous comme lui-même”.

C. Lugon, que recolheu tais pronunciamentos às páginas do seu **La République Communiste Chrétienne des Guaranis — 1610-1768** (Les Éditions Ouvrières, Paris, 1949, páginas 231/232) arrolou outros importantes depoentes pró-Missões: “On trouve d'autres textes nom moins élogieux, chez Rousseau, Diderot, Lessing, Wieland, A. de Heller, Jean de Muller, Robertson, etc.”

Sobre os porques de as Missões terem despertado oposição para além dos campos religiosos e liberalizantes, é bastante esclarecedor o escrito por Dalton Sala Júnior, professor de História da Arte Colonial na Fundação Armando Alvares Penteado, São Paulo, na revista “Skultura”: “... a região prosperava muito rapidamente (...) o jugo suave e musical dos padres, apesar dos castigos e das mortificações, era um fardo leve se comparado com o regime das “encomiendas” implantado pelo absolutismo espanhol (...) instalou as primeiras fundições de ferro da América colonial e seus campos estavam cobertos de algodoeiros que forneciam matéria-prima para os inúmeros teares construídos nas próprias Missões (...) o que resultou em um produto de qualidade a um preço que, se chegasse aos mercados europeus, não teria competidor. Tudo isso inquietava os senhores dos projetos de industrialização, principalmente a Inglaterra, a qual

manobrou habilmente, por meio de sua diplomacia, uma questão de fronteiras entre Espanha e Portugal...”

Pois a velha e militante rivalidade entre Espanha e Portugal, transplantada para a América meridional, militou fortemente contra as Missões jesuíticas. O governo de Lisboa via-as como redutos ofensivos do poder madrileno pronto a restaurar a linha das Tordesilhas. Os espanhóis, autoridades na região, sentiam-se especialmente prejudicados no usufruto do trabalho indígena, que julgavam lhes caber por direito de conquista. O nascente empresariado europeu, temia a introdução nos mercados continentais dos produtos missionários realizados com fartura de matéria-prima e mão-de-obra gratuita. E é bem sabido o que os bandeirantes paulistas viam nas Missões: fartos currais onde os padres, propostos a proteger a liberdade dos guaranis, na verdade os reuniam, aos milhares, facilitando a caçada dos predadores. A não ser aquelas vozes de intelectuais, nenhuma força influente e executiva, amparou as Missões e os missionários. Muitas, coligaram-se contra eles.

Por fim, (31-1-1750), Portugal e Espanha acordaram o Tratado de Madri. Permutavam cidades, terras, posições fortificadas. Portugal cedia em definitivo a Colonia do Sacramento, sobre o estuário do Prata e recebia o território das Missões Orientais do Uruguai, isto é, o atual oeste do Rio Grande do Sul. Mas o queria vazio de índios. Os aproximadamente trinta mil homens, mulheres, velhos e crianças das reduções dos Sete Povos ficavam obrigados a deixar a casa, roça, fábrica e igreja e transferir-se para o outro lado do rio. Estavam ali há bem mais de um século e acreditavam no que os padres lhes haviam ensinado: a terra era um dom divino, dado a eles por intermédio de São Miguel. A vontade de rei algum podia mais do que a de Deus.

Assim pensando, fizeram voltar a primeira Comissão de Limites. Depois do que, a vontade dos reis ibéricos foi mandada cumprir por dois poderosos exércitos. Andonaégui, general chefe, assegurou a respeito do conjunto de forças mobilizadas: “En la América, no se a visto otro igual”. Os jesuítas receberam ordens rígidas: apoiar a transferência de população. Por documento público, a Companhia obedeceu, abrindo mão das responsabilidades. Os índios, dividiram-se. E houve, entre eles, espécie de luta civil, conflitando os caciques fiéis aos padres e os que se decidiram pela resistência. Num breve hiato, o regime do caciquismo retornou à algumas reduções que tomaram a si conduzir a vida social e econômica, já sem os padres. Mas no final, a guerra, entrada para a História como a Guerra Guaranítica. Inferiores em tudo, bravos porém desordenados, sem a firme coordenação dos padres, os guaranis sucumbiram. Em Cai-

boatá (10 de fevereiro de 1756), os luso-espanhóis contaram 44 baixas em suas fileiras e provocaram cerca de duas mil mortes entre os missioneiros.

Estes, nem assim se entregaram. Padre Antônio Sepp (**Viagem às Missões Jesuíticas e trabalhos apostólicos**) registrou que “custou arrancá-los de lá, devendo ser levados a ferro; mais, fez-se mister atear fogo ao próprio templo, porque se abraçavam aos altares, colunas e postes do templo, principalmente o sexo feminino, que, cabeleira solta e esparramada pelos ombros, se arrojava entre amaríssimas lágrimas, teimosamente ao chão, para antes morrerem de fome que serem arrancados de lá”.

O drama das Missões, difundido na Europa principalmente pelos adversários da Companhia de Jesus e os espíritos afinados com o pomalismo, despertou muitas e vivas reações. Houve algumas lamentosas, como a do poeta inglês Gilbert Keith Chesterton que assinou o poema **To the Jesuits**. Nele, insinua, mesmo, que interesses comerciais estiveram presentes na condução da guerra: “You bade the Red Man rise like Red Clay/Of God’s great Adam in his human right, / Till trailed the snake of trade, our own time’s blight / And, man lost Paradise in Paraguay”. (“Vós anunciastes o Homem Vermelho elevando-se com a Argila Vermelha / Do grande Adão de Deus em seus direitos humanos, / Até que surgisse a serpente do comércio, a doença do nosso próprio tempo / E o homem perdeu o Paraíso no Paraguai”.

A maior parte das vozes ouvidas na ocasião, ergueram aplausos à destruição do sistema jesuítico de reduções, acreditando que o acontecimento abria para as massas indígenas horizontes claros para o exercício da liberdade individual. Toda sorte e toda gradação de anátemas foram endereçados contra os jesuítas, apontados como dominadores, tiranos, deformadores da bondade natural do índio. Só não lhes foi negada capacidade intelectual e inteireza religiosa.

Da habilitação dos mesmos nos passou certidão um autor responsável como Erico Veríssimo, para não ir mais longe. Deles, disse: “vindos de além-mar: pregadores, cartógrafos, músicos, naturalistas, astrônomos, matemáticos, arquitetos — chegavam, ficavam por algum tempo e depois se iam, deixando uma marca de sua passagem: um mapa, um relógio, uma imagem, um livro, uma idéia...” Outro autor brasileiro que incursionou literariamente pelo assunto missioneiro, Manoelito de Ornellas, no “Pórtico”, do seu livro **Tiarajú**, fixou o mesmo retrato falado do jesuíta missioneiro: “eram artífices, construtores, pintores, músicos (...) trabalharam a pedra de cantaria... plantaram árvores frutíferas... trouxeram os primeiros rebanhos de gado vacum... os campos receberam as primeiras sementes e o trigo, a vinha, o algodão e o fumo floresceram. Surgiram os primeiros teares... cozeu tijolos e construiu fornos. Fundiu o ferro, malhou foices, lanças e machados. Mas o artífice era também um músico. Ensinou os índios a cantar e fez grandes orquestras de charamelas, de pífanos, de flautas, de clavicórdios”.

O guarani missioneiro foi preparado para absorver todo esse preparo e ensinamento. Logo em 1611, ano e pouco depois de fundada a primeira redução, foi implantado o ensino obrigatório. Tornou-se compulsório nas selvas o que na culta Europa era privilégio de poucos. José de Acosta, s. j., em **De promulgacione evangelii, apud barbaros, sive de procuranda indiorum salute** (Salamanca, 1589) traduzido para o espanhol com o subtítulo **Predicación del Evangelio en las Indias**, por Francisco Mateos, s. j., Madrid, 1952, Livro III, capítulo XIX, página 293, confirma a disposição de ensinar: “Primero hay que cuidar que los barbaros apreendam a ser hombres y después a ser christianos”.

Houve, pois, e largamente, técnicos e artistas, entre os reduzidos. Tecelões, escultores, músicos, ourives. E escritores? Josefina Plá, em **El barroco hispano-guarani** informa que em todas as missões havia um registro, crônica das atividades, geralmente escrita em guarani, por um índio. Mas nada se conhece, desses diários. Como exceção, o curioso depoimento de Crisanto Nerando, em folhas de couro, registrando sua amarga experiência de prisioneiro dos portugueses depois do segundo ataque à Vila do Rio Pardo. Mais nada. Terá sido discreta, se houve, a atividade de relatar por escrito, entre uma população reconhecidamente apta para certas atividades culturais.

O padre Antonio Sepp (**Relación de viaje a las Misiones Jesuíticas**) nos oferece uma explicação: os reduzidos aprendiam tudo muito facilmente “pero como no tienen ideas, ocurrencia, imaginación y fantasia, no son capaces de inventar algo”. Saint Hilaire (**Viagem ao Rio Grande do Sul — 1820-1822**) confirmou: “os guaranis como todos os índios não têm idéia alguma do futuro. Aprendem com facilidade o que se lhes ensina, mas não inventam e nem compõem nada”.

Mas a grandiosidade, a permanência, as conseqüências do episódio missioneiro não poderia deixar de sugerir a autores americanos e europeus, poesia e prosa, abundante e apaixonada. Afinal, tinha razão o bom Homero ao afirmar que “os deuses mandam tribulações aos mortais para que as gerações seguintes tenham o que contar. Foi o que repetiu, com menos poesia, o poeta Mallarmé: “por fim, tudo acaba em livros”. E houve muitos livros, centenas de livretos, opúsculos, folhetos, depois que Voltaire expediu o seu **Cândido** e o malazarteano criado Cacambo a mostrar o caminho.

Nossa tarefa é cuidar das produções exponenciais, redigidas em português.

No Brasil, a literatura popular quase toda fixou-se na figura de Sepé Tiarajú, magnificando-a até à santificação. Simões Lopes recolheu em **Lendas do Sul** a culminação do mito: Sepé transformado em estrelas. O mesmo entusiasmo pelo chefe menor favorecido pela morte

e pelo mito, está presente em escritores de variada tendência e orientação. Basta referir Teschauer, Alcy Cheuiche (**Sepé Tiaraju**), o já citado Manoelito de Ornellas, Amyr Borges Fortes (**Compêndio de História do Rio Grande do Sul**), Anselmo F. Amaral (**Sepé Tiaraju**), Rui Nedel (**Esta terra teve dono**) e até textos sociológicos e históricos quais os de Lugon, Guilhermino César, Moacyr Flores.

Dois livros, verdadeiramente chefes-de-fila, merecem nossa atenção, inclusive porque não dispomos de tempo/espaço para mais. Um em prosa, outro em verso. **O Sobrado**, de Erico Veríssimo e **Uruguai**, de José Basílio da Gama.

O texto de Erico é parte da série monumental **O Tempo e o Vento**. Se todo "O Sobrado" é fortemente épico, as páginas dedicadas às missões e seus personagens, são líricas, dolorosas e marcadamente épico-poemáticas.

Tocado pelo amavio que envolve a quantos penetram o território emocional das Missões, Veríssimo se dá por inteiro ao índio. Sofre com ele, acompanha-o no trabalho, na oração, na revolta, na guerra, na derrota, na destruição dos Sete Povos, o germinar de uma raça nova — a mameluca, a mestiça. Ela, a gente adequada ao domínio do pampa, nasce da união ocasional, mais violência do que amor, mais destino histórico do que culminação de romance, do misterioso andarengo Pedro Missioneiro com a humilde sorocabana descida para o chão continentino, a suave Ana Terra.

Desfiando o seu compromisso de estima para com o indígena, o romancista justifica a presença e a atuação do jesuíta, desde o entusiasmado e longo solilóquio do padre Alonzo: "Um dia, esses eternos humilhados, esses eternos escravos haveriam de tomar consciência de sua força e erguer-se. Mas era indispensável que tal levante se fizesse não em nome do ódio, da vingança e da destruição, mas sim em nome de Deus e da Suprema Justiça (...) O trabalho da Companhia de Jesus já havia começado na América. Era preciso conquistar o Novo Continente, livrar o índio da influência do homem branco, organizar uma grande república teocrática que depois, aos poucos, poderia estender a outras terras a sua influência e o seu exemplo. Ah! Mas para conseguir esse supremo bem os jesuítas seriam obrigados a usar meios aparentemente ignóbeis. Teriam de ser obstinados e implacáveis. No princípio seria necessário exercer uma ditadura justa mas inexorável. Não havia outra alternativa..."

O autor nos introduz na intimidade da redução, percorrendo o hospital, a oficina onde escultores produzem imagens, a padaria, a casa dos teares, a olaria, o moinho, o Cabildo sede administrativa da Missão. Até mesmo, Erico nos faz bisbilhotar carta que Alonzo escreve para a família: "Se pensais que vivo no meio de bárbaros, estais completamente enganados. Nos Sete Povos começa a nascer uma das mais belas civiliza-

ções de que o mundo tem notícia (...) muitos desses selvagens sabem além da língua nativa, o latim e o espanhol, e são hábeis escultores, pintores, oleiros, ourives, tecelões, fundidores de bronze e músicos”.

A história, melhor dizendo o romance que aí é História, segue, urdido pelo talento de Erico. Uma jovem indígena, estranha à redução, vai morrer na enfermaria dando à luz o filho que o seu violentador — identificado por Alonzo como um vicentista, vale dizer, um paulista — gerara despreocupadamente. O menino, Pedro, cresce, tão misterioso quanto talentoso; meio índio, meio bandeirante; meio rebelde, meio submisso aos ensinamentos dos padres. Dotado daquele que é o mais formidável dos poderes: enxergar o futuro, ver além do horizonte.

O padre Alonzo, seus conhecimentos e sua angústia de homem culto e sacerdote devotado, estabelece a ligação com o presente, a trama real que ameaça o até ali sereno viver missioneiro. Por ele o leitor é informado sobre o emaranhado da disputa territorial luso-espanhola, o Tratado de Madri, a chegada do padre Altamirano com autoridade para afastar os padres e transferir os índios.

A objetividade do padre na análise dos problemas terrenos e a sua fé nos desígnios divinos resultam abaladas pela terrível simplicidade com que o menino Pedro desdobra suas visões; com as quais atualiza o padre, os guaranis e o leitor acerca do andamento da guerra. O final da incursão de Veríssimo pelo drama das Missões é também narrado pela vidência de Pedro, calmamente relatada ao padre estupefato. É que, pouco a pouco, talvez até sem uma deliberada conviência do autor, o mestiço que jamais saíra da selva se agiganta, domina o fascinado e por isso apequenado europeu instruído em universidade, severamente treinado pela disciplina jesuítica:

“— José Tiaraju morreu, padre.

— Morreu? Quem te disse?

— Eu vi.

Mau grado seu, o padre sentia que as pulsações de seu coração se aceleravam.

— Vi o combate. O alferes foi derrubado do cavalo por um golpe de lança. Vi quando ele quis erguer-se e um homem... um general... de cima do cavalo varou-lhe o peito com uma bala.

(...)

— Onde estava ele quando te falou?

— Lá em cima. A alma de Sepé subiu ao céu e virou estrela.

Alonzo largou a cabeça do menino que fez meia-volta e se encaminhou para a janela, puxando o padre docemente pela manga da sobretúnica. Ergueu o dedo e mostrou o crescente:

— Deus botou também na testa da noite um lunar como o de São Sepé.

— São Sepé? — repetiu o padre, meio estonteado”.

O romancista não chega a reprovar a ação dos europeus cuja vontade, aplicada em nome dos reis e de Deus, impunha exílio, sofrimento e morte a trinta mil criaturas reunidas nas missões em nome do mesmo Deus. Porém mostrou claro e forte enternecimento pela causa dos missioneiros. Seu personagem melhor trabalhado é Pedro porque precisou dele, tecnicamente, como fio condutor de outros sucessos do romance. Mas seu herói, como de todo gaúcho tradicionalista, é Sepé; enquanto a sua admiração foi para Alonzo, que desenha idealista, apaixonado pela obra que desenvolve entre os aldeados.

Erico encerra a sua participação na literatura missioneira relatando a tragédia final dos Sete Povos, especialmente o de São Miguel: “Três meses depois, quando o exército dos Sete Povos já havia sido completamente desbaratado numa batalha campal, e os habitantes do povo de Alonzo, desesperados, prendiam fogo à catedral e às casas, para que elas não caissem intatas nas mãos do inimigo vitorioso que se aproximava — Pedro montou num cavalo baio e, levando consigo apenas a chirimia e o punhal de prata, fugiu a todo galope na direção do grande rio...” Quero ver, nesse punhal de prata, um simbolismo que Erico preferiu não explicitar. O punhal era de Alonzo e o ligava amargamente a um passado mundano e pecador. Levava-o consigo como quem teme, odeia, renega o passado porém não pode livrar-se dele. Quando as Missões ardem e acabam, um mestiço, fermento de uma estirpe, sem pedir licença, toma o punhal — que é cultura, é história, é vivência — e mergulha com ele e a chirimia, um distintivo da cultura indígena — em plena noite e em pleno futuro.

Com habilidade de arquiteto capaz e com ritmo de ficcionista habilidoso, Erico Veríssimo usou a técnica do contraponto, alternando páginas movimentadas da vida da redução, do menino vidente e das galopadas de Sepé (1756) com a grave e letal monotonia de outra guerra (a dos maragatos, em 1893), com o episódio do cerco do Sobrado. Em um dos quartos do Sobrado, a então bem velha Ana Terra, modorra na sonolência da agonia prolongada, amaldiçoando as lutas que interminavelmente levaram os homens à morte e as mulheres à solidão. Nas páginas de que se ausenta o jovem Pedro, envolvido nas guerras fronteiriças, Ana Terra lembra acontecimentos da infância e da juventude, detendo-se naqueles poucos minutos, únicos em sua vida, de exaltação sensual, quando um miste-

rioso mestiço missioneiro de nome Pedro, a surpreende na sanga, satisfaz ao clamor físico que a dominava e a ela, plantando na moça, ali feita mulher, o filho que dará continuidade à história e início a novas famílias gaúchas.

E aqui chegados, me permito uma digressão, Ignoro se Erico o fez propositadamente nem tenho ciência de que alguém tenha chamado a atenção para o detalhe. Mas me parece curioso que Pedro Missioneiro, filho de vicentista-paulista, saído menino nas Missões destruídas, reapareça, homem feito, no pátio da casa dos Terra e se detenha o tempo de gerar um filho, seu único filho, em Ana Terra, uma paulista de Sorocaba. E que por esse crime imperdoável fosse morto, sabendo que o seria e admitindo que deveria sê-lo, pelos irmãos da moça, dois paulistas de Sorocaba. Agrada-me o acreditar que com tais circunstâncias Erico desejou significar a presença paulista no povoamento do Rio Grande.

Em **O Sobrado**, Erico Veríssimo trabalhou o melhor texto literário em prosa sobre o tema das Missões. Fez Novela e fez História. Uma e outra, épicas, líricas, pretendendo-as justas, promessa de civilização, cultura, liberdade projetada num futuro indefinido. No seu todo, compreensivo para com as Missões e os missionários, simpático para com os missioneiros.

Também simpático em relação aos missioneiros porém radicalmente contrário às Missões e aos missionários é o texto principal da poesia inspirada nas reduções e na rebeldia guarani ante a prepotência dos tronos ibéricos. Texto anti-jesuítico por excelência, produzido por um ex-seminarista jesuíta: José Basílio da Gama.

Trata-se do poema **Uruguai**. Há que distinguir nele a obra poética e a política. E, ainda, entre a política pessoal e a política colonial portuguesa, embora, no caso, elas se emaranhem.

O valor poético do **Uruguai** é geralmente exaltado com entusiasmo, diante de poucas restrições. Péricles Eugenio da Silva Ramos o considera “o mais categorizado poemeto épico de que dispomos na literatura brasileira”. José Aderaldo Castelo viu nessa poesia “caráter inovador e vigor poético, colorido e plasticidade da linguagem”. Garrett, (**Bosquejo de História da Poesia e Língua Portuguesa, Obras**, volume XXIV, Lisboa, 1817, páginas 104/105) o considera “o moderno poema que mais méritos tem (...) Cenas naturais mui bem pintadas, de grande e bela execução descritiva; frases puras e sem afetação, versos naturais sem ser prosaicos e, quando cumpre, sublimes, sem ser guindados; não são qualidades comuns. Os brasileiros principalmente lhe devem a melhor coroa de sua poesia, que nele é verdadeiramente nacional e legítima americana”. Soares Amora identificou nele “ressaios barrocos — busca do colorido em contraste, pictórico exótico, simbologia cabalística — e, nos grandes momentos líricos, a osmose com o romantismo já se faz clara”.

A fim de conhecermos alguma restrição à qualidade poética, ouçamos Afrânio Peixoto, falando na Nota Preliminar ao *Uruguai*, edição da Academia Brasileira de Letras, 1941: “Em técnica literária se há de dizer que é mal composto o poema. E o enredo não tem nexos, nem senso comum (...) A matéria narrada no **Uruguai** não daria para um conto medíocre... Se a fabulação é assim, o épico dos combates não é melhor: não há nenhum vislumbre de epopeia...”

As restrições quanto à intenção do autor, são tanto ou mais explícitas e numerosas quanto aquelas referentes ao valor criativo. Capistrano de Abreu (**Ensaio e Estudos**, volume III, página 84) disse: “Um poeta de mais talento que brio cometeu a indignidade de arquitetar um poema épico sobre esta campanha deplorável”. Massaud Moisés (**História da Literatura Brasileira**, volume I, página 273, Ed. Cultrix, SP, 1983) observou que “do ponto de vista ideológico, o **Uruguai** acusa profunda identificação com a atmosfera cultural pombalina. O comprometimento do poeta com uma causa exterior ao seu assunto patenteia-se não só pelas notícias biográficas como pela própria obra”.

Sejam os méritos ou seja a indicada inserção na atmosfera político-cultural do tempo, dominante não só em Portugal mas e principalmente nos países cultos da Europa, o fato é que raramente uma peça literária influe tão funda e duradouramente na História. Descendente do “Cândido”, o “*Uruguai*” formou e carregou para determinadas opiniões, expressiva parcela da população pensante de Portugal e do Brasil. Sua influência chega aos nossos dias.

Em Portugal, a moda, ao tempo, era seguir os “estrangeirados” que sob a proteção do Conde Oeiras, depois Marquês de Pombal e outros nobres de postura dita liberal, atiravam-se à modernização material e espiritual do país. Nessa campanha, hostilizavam o passado, a tradição, os poderes incrustados na sociedade. A Companhia de Jesus, alvo predileto.

A partir de 1757, os leitores de língua portuguesa foram abundantemente supridos de livretos saudando a glória de Gomes Freire de Andrade, justificando o “bom selvagem” guarani e atacando os jesuítas. Em sua maioria, essa prosa foi vertida prontamente para o espanhol, o italiano, o francês e o alemão, conforme constam da preciosa **Bibliografia Sul-riograndense** preparada por Abeillard Barreto. Não admira que *Uruguai* entrasse para a linha de frente da campanha, com efeito bem superior aos dos muitos folhetos, pois como observou Moacyr Flores “a criação poética permanece mais tempo na memória das gerações, influenciando na produção de autor intelectuais”.

O poema foi estruturado sobre cinco cantos, tendo no terceiro o ponto que dá equilíbrio às duas partes distintas e que são: a primeira, cantos um e dois: histórica, fatural, narrando e justificando a política real e a guerra; a segunda parte, cantos quatro e cinco: é simbólica, projetando

o pensamento, o julgamento e as intenções do autor. Simbolismo assim desvendado por Wilson Martins (**História da Inteligência Brasileira**, volume I): “Esses acontecimentos simbolizam o desaparecimento inevitável da cultura indígena (tão anacrônica, aos olhos do poeta, quanto a religião jesuítica) diante do processo histórico (representado pelo avanço do Herói). Não é sem motivo que o canto III termina com a visão da feiticeira Tanajura, na qual o terremoto e reedificação de Lisboa respondem simbolicamente a destruição das Missões e sua implícita reconstrução como parte da civilização brasileira”.

No canto primeiro, Basílio nos dá a ler a explicação-resposta de Gomes Freire de Andrade ao representante espanhol (que fingidamente, para o poeta, ignorava o porque de estarem duas potências européias enfrentando misérrimos nativos): “Vossa fica a Colônia; e ficam nossos / Sete Povos que os bárbaros habitam / Naquela oriental campina, / Que o fértil Uruguai discorre e banha. / Quem podia esperar que uns índios rudes, / Sem disciplina, sem valor, sem armas, / Se ativessem no caminho aos nossos, / E que lhes disputassem o terreno !”

Resulta clara a intencionalidade do poema: pombalino, colonialista, antijesuítico tanto mais contundente quanto o autor conhecia bem a Companhia por haver estado muito perto dela, no Brasil e na Itália. Isso dito torna necessário o melhor conhecimento do autor e sua trajetória. José Basílio da Gama nasceu em 1741 na hoje Tiradentes, Minas Gerais. Frequentava o colégio jesuíta do Rio de Janeiro quando se tornou conhecida a ordem de expulsão dos padres e dos que não os abandonassem publicamente. Ele o fez. Mas de modo no mínimo curioso porquanto sem muita demora está novamente entre aqueles padres, em Roma onde recebe a orientação pessoal de dois dos mais doutos sacerdotes da casa que o aconselham no fazer poético e na vida social. Tendo por si o esforço da Companhia, foi eleito, ao redor dos vinte anos, para a prestigiosa Arcadia Romana, adotando o nome arcádico Termindo Sipilio. Alguns anos depois circula pelo Rio de Janeiro, planeja concluir estudos em Coimbra mas foi preso em Lisboa. Acusação: jesuitismo. A polícia pombalina não teria dado crédito a abjuração feita no Rio mas sim acompanhado os sucessos de Roma. Pena: viver o resto da vida em Angola, África.

O perigo fez valer a capacidade poética. Compôs um epitalâmio em louvor da filha do Conde de Oeiras, futuro Marquês de Pombal. Não disfarçou a intenção de obter a graça do perdão. Versejou: louvando a noiva: “Eu não verei passar teus doces anos, / alma de amor e de piedade cheia; / esperam-me os desertos africanos, / áspera, inculta e monstruosa areia... / Ah! tu fazes cessar os tristes danos, / que eu já na tempestade escura e feia / mas diviso e me serve de conforto / a branca mão que me conduz ao porto”.

Isso bastou para suspender o degredo. Mas ele precisa e quer mais. Última o **Uruguai**, fazendo-o anti-jesuítico, anti-Missões, altamente elogioso ao colonialismo português erigido em farol da cristandade, da civilização européia, da liberdade. Em vez das agruras angolanas o poeta foi levado a provar as delícias da corte, recebendo carta de nobreza. Mesmo quando Pombal foi apeado do poder, Basílio continuou a usufruir a situação fidalga, feito escudeiro da rainha, com direito a pensão vitalícia. Correspondeu, produzindo um segundo poema de louvor à atuação colonial portuguesa: **Quitúbia**. Nele, enalteceu um capitão negro decididamente fiel ao trono lusitano.

Se o **Uruguai** é impediçoso para com os jesuítas, mostra-se compreensivo em relação aos guaranis. Estes seriam vítimas, menos dos atacantes portugueses do que da perfídia dos religiosos que os mandavam combater com o propósito oculto de conservar o domínio do vasto império, centro e caminho para as riquezas sul-americanas. José Aderaldo Castello (**Literatura Brasileira — Era Colonial**), reconhecendo no poema uma “obra de combate, de ataque ou de crítica, mais injusta do que imparcial” indica que o autor “critica e censura aos jesuítas, dados como hipócritas, traidores, autores de um plano sinistro de implantação de um poderoso império que iria de encontro aos interesses da Monarquia Portuguesa, manifesta ostensiva simpatia pelo indígena”,... “Sua bravura, suas intrepidez, seus brios de guerreiro selvagem, sua destreza e seu vigor físico, tudo é ressaltado com acentuada simpatia, enquanto se insinua que ele é instrumento dos interesses ocultos dos jesuítas e se aponta o português como seu legítimo defensor e protetor”.

Assim é que, no canto segundo, Gomes Freire procura convencer aos que vai atacar, das boas intenções reais, dizendo-lhes: “Esse absoluto / Império ilimitado, que exercitam / Em vós os padres, como vós, vassallos, / É império tirânico, que usurpam. / Nem são senhores, nem vós sois escravos. / O rei é vosso pai: quer-vos felizes. / Sois livres, como eu sou; e sereis livres, / Não sendo aqui, em outra qualquer parte. / Mas deveis entregar-nos estas terras. / Ao bem público cede o bem privado. / O sossego da Europa assim o pede. / Assim o manda o rei. Vós sois rebeldes, / Senão o obedecéis mas os rebeldes, / Eu sei que não sois vós; são os bons padres, / Que vos dizem a todos, que sois livres, / E se servem de vós como de escravos. / (...) Eu quero à vossa vista despojá-los / Do tirano domínio destes climas, / De que vossa inocência os fez senhores”.

Não passou despercebida ao poeta a questão da liberdade do homem nativo, da tomada do seu chão manu militari. Assumiu o dever da justificação. O que fez pela voz de Gomes Freire, explicando aos missionários porque deveriam entregar sua terra e submeter-se ao rei lisboeta: “Fez-vos livres o Céu; mas se o ser livres / era viver errantes, e dispersos, (...) com as armas nas mãos, em duras guerras, / ter por justiça a força e

pelos bosques / viver ao acaso, eu julgo que ainda fora / melhor a escravidão que a liberdade”. A tese, terrível, talvez seja uma das mais vivas defesas do colonialismo europeu sobre povos de abaixo do equador.

Mas, para o poeta, a rebeldia do indígena ante a disposição dos reis, era o menor dos males. Maior, o verdadeiro mal a combater estava na organização e na atuação dos jesuítas. No combate a esses objetivos, faz do padre Balda — personagem realmente existente mas cuja presença sequer é documentada no momento e na área — o vilão maior do poema. Basílio, que com a habilidade dos versos escapara ao exílio angolano, com a mesma habilidade remete o padre Balda ao degredo infamante da vilania a mais completa. Faz separar o casal romântico — Cacambo e Lindóia, por desejar a mulher para seu filho Baldeta. Manda prender o líder indígena ao seu regresso da ação espetacular do incêndio do acampamento português e, está implícito, o faz envenenar. (De fato, no domínio da História, Cacambo foi preso e ao que parece executado por seus iguais sob acusação de entendimento secreto com o inimigo europeu.) À pobre Lindóia restou a alternativa: pertencer ao filho do padre ou morrer. Preferiu morrer. Como Cleópatra. O episódio da fuga e morte da heroína é unanimemente referida como das páginas mais perfeitas e emocionantes da poesia em língua portuguesa. Curioso que o próprio censor ao qual coube opinar sobre o texto terá sido o primeiro leitor e crítico entusiasta a louvar os primores do canto quarto:

- 135Não faltava,
Para se dar início à estranha festa,
Mais que Lindóia. Há muito lhe preparam
Todas de brancas penas revestidas
Festões de flores as gentis donzelas.
.....
- 145 Um frio susto corre pelas veias
de Caitutu, que deixa os seus no campo;
E a irmã por entre as sombras do arvoredo
Busca coa vista, e teme de encontrá-la.
.....
- 165 Fogem de a ver assim sobressaltados,
E param cheios de temor ao longe;
E nem se atrevem a chamá-la, e temem
Que desperte assustada, e irrite o monstro,
E fuja, e apresse ao fugir, a morte.
.....
- 185 Conhece, com que dor! no frio rosto
Os sinais do veneno, e vê ferido
Pelo dente sutil o brando peito.

Os olhos, em que Amor reinava, um dia,
 Cheios de morte; e muda aquela língua,
 Que ao surdo vento, e aos ecos tantas vezes
 Contou a larga história dos seus males.

.....

190 Inda conserva o pálido semblante
 Um não sei que de magoada, e triste
 Que os corações mais duros enternece
 Tanto era bela no seu rosto, a morte!

O último verso citado — “tanto era bela no seu rosto a morte!” faz ecoar os de Petrarca — “Morte bella pareo nel sul bel viso”. José Veríssimo, crítico atilado, decidiu que o verso de Basílio da Gama “é muito mais belo e mais expressivo que o do cantor de Laura”. O nosso cantor da nossa Lindóia também produziu um dos versos superior da poética vernácula com o de número 148 — quando Caitutu procura a irmã: “busca coa vista, e teme de encontrá-la”.

É freqüente o destacar, na louvação dos feitos guerreiros de Gomes Freire de Andrade contra os guaranis e os jesuítas, feitos que compõem história de política, guerra, morte e destruição, a contrapartida constante da história de Lindóia, toda ternura, devotamento, sacrifício por amor. O poeta conhecia e praticava bem o seu ofício.

Mas não haja enganos na interpretação do leitor de hoje como não terá havido de parte do vigilante censor dos dias pombalinos. A finalidade do poema está clarificada na abertura do mesmo quando o autor convida a inspiradora: “Musa, honremos o herói que o povo rude / Subjugou do Uruguai, e no seu sangue / Dos decretos reais lavou a afronta”. Está claro: o poema foi elaborado para lavar a afronta que os jesuítas, liderando os “bárbaros da oriental campina” teriam feito ao pretender resistir à decisão dos reis ibéricos.

Deu resultado. O Uruguai fez tanto mal à Companhia de Jesus quanto um dos decretos que a eliminou de alguns países. E, aos olhos de muitos homens perquiridores, justificou a destruição dos Sete Povos das Missões. O poema inclui-se entre as peças de campanha contra a Companhia e a sua presença nas reduções. Entre outras conseqüências costuma-se creditar-lhe o haver sugerido a Teixeira de Freitas o romance **Tardes de um pintor ou As intrigas de um jesuíta**. E a José de Alencar o drama histórico **O jesuíta**.

Em 1786, o padre Lorenz Kaulen, s.j., publicou vigorosa contestação ao poema. Foi a sua **Resposta Apologética**, onde esmiuçou, com pertinácia e entusiasmo, os episódios principais do Uruguai, especialmente o do padre Balda, suas implicações com Lindóia, a morte de Cacam-

bo, o incêndio da redução. Como de praxe, a resposta contribuiu mais para despertar curiosidade em torno dos ataques do que receptividade para a defesa.

Tendo sob os olhos da imaginação o fogo que destruiu o melhor de São Miguel conforme nos mostraram o poema e o filme, ouvindo os lamentos dos trinta mil missioneiros compelidos a deixarem sua pátria, convencidos ou não das razões que o Cinema e a Poesia nos trouxeram, pela palavra dos que cumpriram o mandato real; percebendo que o herói de Erico Veríssimo, o menino Pedro, conduzindo a sua chirimia — símbolo da cultura nativa e armado com o punhal de prata, objeto da cultura europeia, mergulha na distância e na noite para cumprir, mais adiante e mais tarde o seu destino de fundador de estirpe; concluímos o contorno do que de principal foi escrito por brasileiros a respeito das Missões. Entendemos os porquês desse interesse. Foi aquele um momento instigante e intrigante dos esforços e desencontros do Homem na luta pela formulação e a defesa do que entende serem os seus ideais de liberdade e de expressão ou de dominação.

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Abreu, Maria Morgado – Taubaté: de núcleo irradiador de bandeiras a centro industrial e universitário do Vale do Paraíba. 1985. 143p.

Um quadro geográfico, bastante sumário, mas bem reforçado pela primeira das “notas complementares” e uma súpula histórica, ambos de pleno conhecimento da autora, preparam-lhe o cenário para que possa mostrar como, de núcleo irradiador de bandeirismo, Taubaté veio a se tornar o grande centro industrial e universitário dos nossos dias.

Conhecemos a autora e sabemos de sua vocação para a pesquisa, demonstrada já em trabalhos anteriores, sempre sobre a “sua” Taubaté. Acentuo de propósito o “sua”, pois neste seu recente livro há muita vivência, uma das condições, segundo o velho Políbio, para que alguém possa se tornar historiador de verdade. Talvez haja excesso de informações. Mas, compreendemos – pelo menos assim acreditamos – a intenção e o espírito da autora: dar um retrato, se possível de corpo inteiro, de sua cidade, mas, ao mesmo tempo, mostrar que ela “não caiu do céu” tal como existe hoje. Resultou de uma evolução. Por outro lado, há no livro uma preocupação em mostrar (no que está certa) as “participações” de Taubaté. E destas, uma nos pareceu significativa: os taubateanos que dali saíram para fundar outras cidades. *Verbi gratia*, Campinas. Precisaríamos dizer mais para mostrar a afinidade, a irmandade das duas cidades? A ressaltar-se a “orelha”, redigida por Paulo Camilher Florençano, com boas informações sobre o livro e sobre a autora. ONM (Cortesia da autora).

Battistoni, Filho, Duílio – A vida cultural em Campinas nos anos 20. Campinas, 1986. 128p.

Oportuna publicação, uma vez que até o momento são bastante raros ou quase inexistentes mesmo estudos criteriosos sobre a problemática enfocada. Aborda o autor o papel desempenhado pela imprensa campineira nos anos 20, analisando a possibilidade irmanada dela aos intelectuais de então que, muitas vezes, se viam consagrados até mesmo fora do município, o mesmo ocorrendo no campo das artes em geral. Preocupou-se o Professor Duílio, como explicita à p. 7, “em demonstrar o papel das instituições e pessoas de destaque, como agentes de cultura”, sem contudo deixar de, cá e acolá, tocar na

infraestrutura sócio-econômica da cidade. Trata-se de livro de caráter didático-informativo que propicia e estimula os estudiosos da História a resgatarem este período significativo de nossa historiografia, e, principalmente, na proposta de um revisionismo historiográfico, uma análise detalhada dos periódicos, das peças teatrais, poéticas e musicais que permitam o palmilhar, no texto e no contexto, da transição vivida por Campinas na época, bem assim seu desdobramento posterior. (Nota da Professora Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci).

Costa, Iraci Del Nero da (org.) — Brasil: história econômica e demográfica. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo, 1986. 322p.

Com este volume — diz a nota de apresentação — inicia-se “uma série voltada à difusão de estudos demo-econômicos concernentes ao Brasil”, uma área de estudos que experimentou “grande desenvolvimento nos últimos lustros e está a merecer, portanto, maior espaço editorial a fim de que melhor se possa aferir seus avanços e achados”.

Justificando, informa que a divulgação de trabalhos como os estampados no livro ora dado a público, “faz-se necessária à vista do significativo número de pesquisadores e estudantes que vêm se dedicando à história demográfica brasileira, a qual, além de se ter firmado em vários centros de pós-graduação, já passa a ganhar lugar expressivo, ao nível de graduação, em muitos dos nossos cursos universitários”. Reconhece o organizador que “esta coletânea não se pretende exaustiva; trata-se de um primeiro passo no sentido de se estabelecer o inventário dos resultados alcançados neste dinâmico ramo do conhecimento científico no qual reúnem-se, frutífera e harmonicamente, a história, a economia e a demografia”. Eis as colaborações constantes do precioso volume que nos comprazemos em registrar: “A população do Brasil em perspectiva histórica” (Maria Luiza Marcílio); “O patrão não está: análise do absenteísmo nas fazendas de gado do Piauí colonial” (Luiz R. B. Mott); “A população escrava na Bahia” (Stuart Schwartz); “O tráfico de escravos africanos para o Rio de Janeiro, 1795-1811” (Herbert S. Klein); “A madrinha ausente: condição feminina no Rio de Janeiro, 1750-1800” (Renato Pinto Venancio); “Grandeza ou decadência? o mercado de escravos e a economia cafeeira da província do Rio de Janeiro, 1850-1888” (Robert Slenes); “Estrutura da posse de escravos em Minas Gerais, 1804” (Francisco Vidal Luna); “Minas Gerais no século XIX: aspectos demográficos de alguns núcleos populacionais” (Clotilde A. Paiva); “A constituição da família na população livre” (Eni de Mesquita Samara); “O mito da família extensa: domicílio e estrutura fundiária em Jundiá, 1818” (José Luiz de

Freitas); "A cidade de São Paulo e sua estrutura profissional, 1804-1825" (Elizabeth D. Rabello); "Demografia e economia: o empresariado paranaense, 1829-1929" (Altiva Pilatti Balhana e Cecília M. Westphalen); "Contribuição metodológica para estimativas de mortalidade: Curitiba, século XVIII" (Ana Maria de Oliveira Burmester); "A história demográfica da Ilha de Santa Catarina e o continente fronteiro" (Marly Mira). ONM (Cortesia do IPE/USP).

Irmão, José Aleixo – O liberalismo em Sorocaba, 1986. 90p.

Já é conhecida a tradição liberal de Sorocaba, no século passado. Não foi sem propósito que aí eclodiu a revolução de 1842. O presente volume é valiosa contribuição ao melhor conhecimento de como o liberalismo surgiu e se desenvolveu na grande cidade paulista.

O autor demora-se particularmente no estudo de Rafael Tobias de Aguiar, "líder liberal incontestado", "sem título honorífico ou nobiliárquico" e que se tornou, no entanto, a figura política mais significativa de seu tempo. Em "adenda" são transcritas as atas "revoltosas" da Câmara Municipal de Sorocaba, de 17 de maio e 2 de julho de 1842. ONM (Cortesia do autor).

Mello, Alexandre/Mello, Nilva R. – Paulistas nas lutas coloniais do Nordeste. São Paulo, 1986.

Informam os autores que com este livro pretendem "opor a necessária contestação ao conceito de alguns autores sobre a pretensa indiferença dos paulistas, ao longo do período colonial, em relação aos problemas da nacionalidade, sobretudo do Nordeste". O conceito parece aos autores profundamente injusto, porque a presença paulista marca acentuadamente numerosos episódios da história do Nordeste, "contribuindo definitivamente para a estruturação territorial e política da nação". Pondo de lado o caráter polêmico que o livro possa oferecer (e que, para nós, não é o seu aspecto mais importante), o fato é que o volume dos ilustres médicos e historiadores paulistas representa uma valiosa contribuição ao estudo da participação dos paulistas em episódios ocorridos em regiões bem longínquas: a guerra holandesa, a guerra dos Palmares e a guerra dos bárbaros. Se maior não foi o auxílio paulista ao Nordeste, deve-se isto não à preocupação pura e simples de isolacionismo de que porventura estivessem imbuídos, mas às necessidades, para eles mais prementes, de atender à defesa do sul do país, onde a invasão espanhola oferecia os mesmos perigos de desintegração territorial que a holandesa com relação ao Nordeste. Este, o ponto de partida dos autores, do qual se desenvolve todo o bem elaborado esquema do

livro. Num capítulo preliminar, oferecem elementos significativos para a compreensão da psicologia do homem do planalto. ONM (Cortesia dos autores)

Pessoa, Antônio Leite – História da civilização da Arábia e do Brasil, desde a Idade Média. Rio de Janeiro, Achiamé/CMB, 1983. 206p.

Embora com atraso, julgamos ainda oportuno o registro deste livro. Desenvolvendo tese já exposta em trabalho anterior (**A origem da palavra Brasil**), o autor trata com pormenores da história da Arábia desde a Idade Média, da expansão árabe pelo norte da África, da ocupação muçulmana na Península Ibérica, passando, depois, a biografar as figuras mais significativas da época, na linha de pensamento do autor, qual seja vincular esses fatos da história medieval ao Brasil. Para tanto, demora-se na apreciação de Bralj-Ibn, de quem já havia tratado em seu livro anterior. Os últimos capítulos são dedicados a fatos primitivos da história brasileira. Embora discutíveis certas proposições avançadas pelo autor, não podemos deixar de reconhecer não só a erudição com que a matéria foi tratada, mas a seriedade de propósitos que o levou a desenvolver sua tese, fascinante sob certos aspectos. Concluindo seu livro, diz categoricamente (p. 194): “desejamos afirmar que nossa maior preocupação foi observar, contemplar, impregnando de emoção e simpatia todas as coisas e fatos aqui narrados e mesmo os seus segredos. O que nos importa agora saber é o seguinte: não seriam bérberes muçulmanos essa raça mesclada que nos veio importada e mesclada também, na emigração de Al Andalus, de Espanha, da África e do Oriente, que soube conservar as raízes históricas de seus antepassados longínquos, figurando como expoente máximo a figura do Grande Califa de Cordova, Bralj-Ibn, como seu primeiro governador e chefe do Califado de Cordova, e que lhe deram o nome à terra do Brasil?” ONM (Cortesia do autor).

Souza e Silva, Joaquim Norberto – Investigações sobre os recenseamentos da população geral do Império/Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. Edição fac-similada. São Paulo, Instituto de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1986.

Duas preciosas fontes para a história econômica e demográfica encerra o presente volume em boa hora editado fac-similarmente pelo IPE da USP. As **Investigações** de Joaquim Norberto foram apresentadas originalmente como anexo ao relatório do Ministério do Império, apresentado em 1870 pelo titular da pasta, Conselheiro Paulino José Soares de Souza. Apenas este trabalho é de

Joaquim Norberto. O outro, anexado para completar o volume, não traz indicação de autor e foi publicado no volume primeiro do "Recenseamento do Brasil", realizado em 1920. Poder-se-á dizer que ambos se completam. As **Investigações** de Joaquim Norberto são bastante minuciosas e constituem documento significativo para um assunto um tanto problemático em nosso país, qual a carência de dados estatísticos para épocas mais recuadas. Se ainda nos nossos dias as informações estatísticas são precárias, que não se dizer de outrora? Ainda mais quando se considera que só em 1872 realizou-se o primeiro recenseamento geral no Brasil. Alvissareiro o final da "Nota Prévia" ao lembrar que a publicação deste volume decorreu de recomendação do Seminário sobre a Disponibilidade de Fontes e de Dados para a Pesquisa em História Econômica e da Sociedade Brasileira de História Econômica, o que nos faz esperar por novos volumes desta natureza. ONM (Cortesia do IPE/USP).

Vida, George – Das trevas à alvorada. São Paulo, Imprinta Planejamento Gráfico Ltda., 1987. 120p.

O livro *Das Trevas à Alvorada* é uma estória verdadeira e comovente. Conta passagens de admirável persistência e inquebrantável força de vontade dos que emergiram das trevas de Holocausto, de sua luta árdua para conseguir esquecer o mal que os levou ao "mundo refugiado". A obra é escrita com o intento de homenagear os injustiçados e mortos, e alertar os vivos para que não permitam a repetição da brutalidade de domínio do Homem sobre o Homem. No caldeamento do povo brasileiro, formado por múltiplas imigrações, muitos leitores irão encontrar sua própria história ou um trecho dela, neste interessante livro do Rabino Jorge Vida, capelão judeu, em tradução de Bella Herson. Compõe-se de dois capítulos: I – O mundo refugiado: 1945/196; II – ...Et nos mutamur in illis: 1952/1955 e de Postscriptum: Alemanha revisitada: 1958/1961. (Cortesia do autor)

*

PERIÓDICOS

Cadernos, série II, nº 1. Centro de Estudos Rurais e Urbanos. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, maio de 1985.
Conteúdo: Escolas de Samba do Rio Janeiro ou a domesticação da massa urbana (Maria Isaura Pereira de Queiroz); Carnaval e clientelismo político (Alba Zaluar); Os poderes públicos e a imprensa na transformação do carnaval paulistano no século XIX (Olga Rodrigues de Moraes von Simson); A fabrica-

ção do gaúcho (Ruben George Oliven); Vicente Celestino ou a força do destino (Marly Meyer); Cultura de elite, cultura popular, cultura de massas: interferências recentes no Nordeste (Roberto Benjamin); Ritmo, tempo e luta no processo de conhecimento da sociedade brasileira (Gláucia Villas Boas e Eduardo Jardim de Moraes; Resenhas bibliográficas; Índice geral de autores.

História: questões & debates, ano 5, nº 9; ano 6, nºs 10 e 11, 1984/85. Curitiba, Associação Paranaense de História **Sumários**: nº 9: O passado na profecia orwelliana (Charles Olivier Carbonell); Para uma história do campesinato: produção familiar e capitalismo (Marionilde Brepohl); Integração na avicultura no sudoeste paranaense (Aldair Rizzi); A "produção familiar" e o suposto fim do lucro e da renda da terra na agricultura dos Estados Unidos (Claus M. Germer); Agricultura familiar norte-americana: radiografia de um mito (Francisco Magalhães Filho); Depoimentos de índios kaingang sobre o trabalho volante que realizam no Paraná agrário (Cecília Maria Vieira Helm); Fundamentos para o ensino da História e da Geografia no primeiro grau (Maria Auxiliadora Schmidt e Roberto Filizola); Formas da transição da escravidão ao trabalho livre: a lei de locação de serviços de 1879 (Maria Lúcia Lamounier); Nota sobre o casamento de escravos em São Paulo e no Paraná (Iraci Del Nero da Costa e Horácio Gutierrez); notas de leitura; noticiário. **Nº 10**: Problemática da cidade colonial brasileira (Brasil Pinheiro Machado); Pensar a revolução na revolução francesa (Claude Lefort); O marxismo brasileiro originário (Kazumi Munakata); O gibi como recurso didático (Marco Aurélio Pereira); O estudo das estruturas agrárias no Departamento de História da Univ. Fed. do Paraná (Odah Regina Guimarães Costa); notas de leitura; noticiário. **Nº 11**: Linguagem: do signo ao discurso (Inês Lacerda de Araujo); Corpos disciplinares, corpos individualizados (Francisco Moraes Paz); O porquê dos estudos sociais (Maria Auxiliadora Schmidt); Estudos e transformações agrárias (Pulquério Bittencourt); Fontes inquisitoriais para o estudo da demografia histórica do Brasil (Luiz Mott); O bibliotecário e a documentação histórica (Maria Thereza Lacerda e Marilene Milarch). Contatos: Caixa postal 1538. CEP 80410 – Curitiba, PR.

Revista Brasileira de Filosofia. Instituto Brasileiro de Filosofia, São Paulo, vol. 36, fascículo 145. Janeiro/Março 1987. **Conteúdo**: Sobre o panteísmo hegeliano entre Berna e Frankfurt (Renato C. Czerna); O espírito do Positivismo na cultura brasileira (Aquiles Côrtes Guimarães); O pensamento de Merleau-Ponty sobre a fenomenologia de Husserl (Creusa Capalbo); Política e utopia na República de Platão (Maria das Graças de Moraes Augusto); Pode um cristão ser marxista? (Fernando Arruda Campos); Ciência e Religião: estudos recentes (Arthur Rudolph e Leônidas Hegenberg); Bibliografia de Leonardo Van Acker; Comentários às "Memórias" de Miguel Reale (Frederico Branco, João Leitão de Abreu, Austregésilo de Athayde, Gerardo Mello Mourão, Nilo Pereira, Erwin Theodor, Fátima Cardoso e Alcântara Silveira); Registro bibliográfico. (Contactos: R. Barão de Itapetininga, 88, 7º andar, 01042 São Paulo)

Revista Brasileira de História, nº 11 e 12. 1986. Publicação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, Caixa postal 8105. **Conteúdo**: Lógica e dissonância – Sociedade de trabalho: lei, ciência e resistência operária (Maria Stella M. Bresciani); O trabalho da linguagem (Marcos A. da Silva); Disciplina e controle no espaço fabril: o trabalhador têxtil em Minas Gerais (Heloísa Helena Pacheco Cardoso); Operários alemães no Rio Grande do Sul ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão (René E. Gertz); Representações sobre o trabalho livre na crise do escravismo fluminen-

se (Ana Maria dos Santos e Sonia Regina de Mendonça); A escola pública contemporânea: propostas curriculares e ensino de História (Elza Nadai); "Sociedade e Trabalho" e os primeiros anos de escolaridade (Ernesta Zamboni). **Nº 12:** Estruturas de dominação e de resistência camponesa no Haiti (Susy Cástor); A reforma agrária e o desenvolvimento rural em Cuba (Iliana Rojas, Mariana Ravenet e Jorge Hernandez); A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50 (Alcir Lenharo); Terra, trabalho e progresso na obra de Monteiro Lobato (André Luiz Vieira Campos); O café e o trabalho livre em Minas Gerais (Ana Lúcia Duarte Lanna); Escravos: fugas e fugas (Ademir Gebara); O trabalho sob contrato: a lei de 1879 (Maria Lúcia Lamounier); As roças e as propostas de modernização na agricultura fluminense no século XIX (João Luiz Ribeiro Fragoço); A subordinação dos lavradores de cana aos senhores de engenho (Vera Lúcia do Amaral Ferlini); As estratégias de exploração de recursos do vale do Guadaluquivir em época romana (Pedro Paulo Abreu Funari); Os registros de terra em São Paulo (Viviane Tessitore); Sobre "O escravismo colonial" (Philomena Gebran); "O escravismo colonial": modo de produção ou formação social? (Antonio Carlos Mazzeo); Condições de trabalho do professor e ensino de História (Joana Nevez e Zeluiza Brandão); Novas tendências da historiografia francesa nos anos 80 (Helene Rodrigues da Silva).

Revista de Antropologia, vol. 29. 1986. Departamento de Ciências Sociais da Universidade de São Paulo. **Sumário:** A formação da sociedade bororo: mitologia e considerações etno-históricas (Renate B. Viertler); A maloca Marúbo: organização do espaço (Delvair Montagner Melatti e Júlio César Melatti); Imigração, colonização e identidade étnica (Giralda Seyferth); Holandeses no Brasil e nos Estados Unidos: uma visão comparativa (Sônia M. Bible-Luyten); A morte nos estudos sociológicos e antropológicos sobre a imigração estrangeira no Brasil (João Baptista Borges Pereira); Minorias étnicas na política educacional do Brasil: escolas de língua estrangeira nos anos 30 e 70 (Achim Schrader); O perfil ideológico da escola estrangeira em Santa Catarina (Neide Almeida Fiori); Aspects socio-culturels de l'étude de la consanguinité dans les communautés rurales du Portugal (Manuel Laranjeira Rodrigues de Areia); Cultos afro-brasileiros no Recife (René Ribeiro). Comunicações; noticiário, etc...

Revista do Arquivo Municipal, vol. 197. São Paulo, jan./dez. de 1986. **Conteúdo:** Constituintes e constituições brasileiras (Coord. de José Antonio Segatto e Wladimir Saccheta); A Constituinte e o ensino superior (José Eduardo Faria); Constitucionalismo irracional (Miguel Reale); O major Molinaro e o voto múltiplo (Antônio D'Elia); A cidade em que as estátuas andam (Maria Lúcia Perrone Passos); Os relatórios de prefeitos como documentação do processo de evolução urbana da cidade de São Paulo; O precursor da história documentada (Tito Lívio Ferreira); Considerações sobre música e instrumentos musicais indígenas (Márcia Serra Ribeiro Viana); Origem histórica da Santa Casa de Misericórdia paulistana (Duílio Crispim Farina); Sítio Mirim: algumas considerações sobre sua história (Sílvia Haskel Pereira do Nascimento); Casa do Grito, Ipiranga (Programa de Arqueologia Histórica no Município de São Paulo). Contatos: R. da Consolação, 1024, São Paulo.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, volume XX, 1983-1985. Belo Horizonte. **Conteúdo:** Em defesa da bandeira de Minas Gerais (José Geraldo de Faria); Pioneiros desconhecidos (Aspásia Vieira Ayer); A bandeira de Fernão Dias como fator de integração; D. Henrique, o conquistador; Pombal e a política européia (todos de Benedito José de Souza); Efeméride mineira e

nacional: 28 de abril de 1826 (Carmem de Mello); O patriarcado nas origens da Zona da Mata mineira (Celso Falabella de Castro); Marco do Duque de Caxias em Rio Preto (Henrique Furtado Portugal); Um marianense antiescravista; As novas possibilidades da História; Distorções históricas; Antonil e a escravidão (todos do Cônego José Geraldo Vidigal de Carvalho); Arqueologia de Capela Nova (Pe. José Vicente César); De caixeiro a Presidente da República (Merolino de Lima Corrêa); Bernardes e a preservação de nossa riqueza (Paulo Krueger Corrêa Mourão); A região carbonífera de Santa Catarina e o problema ambiental (Ricardo Wagner ad-Víncula Veadó); José Felipe Filgueiras, herói da Guerra da Independência (Waldemar de Almeida Barbosa); A constituição democrática de 1934 (Vicente Porto de Menezes); Os 140 anos da Polícia Militar de Minas Gerais; Entradas, precursoras de bandeiras (ambos de Wilson Veadó); Sessões de posses de novos membros; atas; noticiário.

Revista da SBPH (Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica), nº 2, São Paulo, 1984/85. **Sumário:** O ouro de Paranaguá (Cecília M. Westphalen); O emprego da madeira e outras matérias primas do Brasil na construção naval (Lucy M. Hutter); Oliveira Lima, o dramaturgo da Independência (Nanci Leonzo); Historiografia goiana: caminhos e vivência (M. Augusta de Sant'Ana Moraes); Le discours baroque sur la science de l'histoire (Charles Olivier Carbonell); Les généalogies sociales: un des fondements de l'histoire sociale comparative et quantitative (Adeline Daumart); As greves e a questão social na República paranaense (Alcina Cardoso e Sílvia Araujo); textos, projetos de pesquisa, resenhas, noticiário. Contatos: R. Cardoso de Almeida, 788, sala 44 – 05013 São Paulo.

Revista da Universidade de São Paulo, nº 2, agosto de 1986; nº 3, dezembro de 1986. **Conteúdo:** nº 2: O fio da meada (Laurindo Leal Filho); Uma nova reflexão sobre os fundamentos da ética (Goffredo da Silva Telles Jr.); Análise crítica da história da ciência no Brasil (José Goldenberg); Representação contra a democracia no Brasil e na América Latina (Dalmo de Abreu Dallari); Universidade: depoimentos, comentários e proposições (Antônio B. de Ulhôa Cintra); A utopia camponesa (Octavio Ianni); Igrejas paulistanas de planta octogonal (Benedito Lima de Toledo); A propósito do cometa Halley (Sylvio Ferraz de Mello); Participação: a nova tônica da política científica nacional (Carlos Alberto Barbosa Dantas). Nº 3: A cultura brasileira como problema histórico (Carlos Guilherme Mota); Educação e Informática (Henrique Rattner); O "campus" e a metrópole (Aziz Ab'Sáber); Recordações da Universidade de São Paulo (Miguel Reale); Evolução da farmacêutica no Brasil (João Haikal Helou); A tradução e alguns de seus problemas (Orlando Marques de Paiva); Angústia: cultura e mediação (José Carlos Garbuglio); Jean Gagé, o consolidador dos estudos históricos (Maria Regina Simões de Paula); Cabeça de um adolescente (Marcelo de Almeida Toledo).

NOTICIÁRIO

ASSIS CINTRA

Passou despercebido o centenário de Assis Cintra, nascido a 3 de março de 1887 na vizinha cidade de Bragança e falecido em São Paulo a 22 de junho de 1937. Embora formado em Direito, dedicou-se mais ao magistério e ao jornalismo. Como escritor de História, deixou muitos livros. Comprazia-se com um tipo de História fescenina, pitoresca, escandalosa, procurando perscrutar os bastidores, a fim de deles tirar toda a malícia possível, fazendo, por isto mesmo, a delícia de seus muitos leitores que se divertiam com os escândalos e o lado ridículo de numerosos personagens de nossa História. Ou, quando não entrava pelo lado fescenino, procurava destruir símbolos e valores, negando aquilo que a historiografia tradicional havia consagrado. Assim fez com Calabar, Tiradentes e José Bonifácio. Talvez hoje, com a preocupação de certos autores modernos em proceder não a uma revisão da História, como pretensiosamente afirmam, mas a uma simples inversão (Chiavenatos, etc.), os escritos do autor bragantino tivessem novamente ambiente favorável à sua difusão.

Todavia, cumpre considerar em Assis Cintra um outro aspecto: seu interesse em divulgar documentário sobre a Independência, o que fez em dois livros — **O Brasil na Independência** e **D. Pedro I e o grito da Independência**. Devemos-lhe ainda a primeira edição, neste século, do famoso livro de Gandavo (**Nossa Primeira História**), que publicou em 1921. E deve-se-lhe ainda o belo livro **Alma Brasileira**, uma das melhores coisas já publicadas no Brasil no sentido de despertar espírito cívico na meninada que então freqüentava os últimos anos do primário. E lembre-se, também, que Assis Cintra dedicou-se ao ensino da língua portuguesa, escrevendo, com esta finalidade, excelentes livros, um deles merecendo prefácio de Rui Barbosa.

UM POUCO DE MÚSICA

UMA ÓPERA SOBRE PALESTRINA

Uma recente audição da grande ópera *Palestrina*, de Hans Pfitzner, levou-nos a recordar alguma coisa da vida e obra desse compositor alemão, nascido em 1869 e falecido em 1949 e sobre o qual esta publicação já estampou uma nota, precisamente por ocasião de seu centenário (nº 8, nov./dez. de 1969). Fora de seu país e fora dos círculos ligados diretamente à música, seu nome é praticamente desconhecido. Era filho de um casal de músicos que viveu algum tempo na Rússia. Tanto que foi em Moscou que nasceu. Menino de apenas dez anos, acompanhou seus pais no retorno à Alemanha, e foi em Frankfurt-sobre-o-Oder que realizou sua excelente formação musical. Uma vez diplomado, lecionou em Coblenz, passando, a seguir, a Berlim, Strassburg e Munich, onde veio a falecer, internado num asilo, por absoluta falta de recursos. Estranho, para quem tanto fez e tanto produziu. Óperas, cantatas, sinfonias, concertos, sonatas, canções e música de câmara constituem rico acervo, nada de se desprezar, mas praticamente esquecido em nossos dias.

Em 1917, viu encenada em Munich, sob a direção do grande regente Bruno Walter, sua maior obra, a ópera *Palestrina*. Ao tomar como tema de uma ópera a figura grandiosa de Palestrina, o maior vulto da música sacra do Renascimento, Hans Pfitzner enfocou um episódio que se sabe hoje lendário, mas tido por verdadeiro na época em que a ópera foi composta: a presença de Palestrina no Concílio de Trento a fim de salvar a música sacra, que o Concílio, devido aos abusos correntes desde os fins da Idade Média, tomara a iniciativa de abolir. Profundamente emocionados após ouvirem uma das missas de Palestrina, os padres conciliares modificaram sua decisão e, assim, a música na Igreja Católica, em vez de totalmente eliminada, foi apenas disciplinada. De acordo, pois, com essa tradição, Palestrina teria salvo da música sacra católica. Este episódio constitui o momento mais importante da ópera de Hans Pfitzner. Como se afirmou, sabe-se hoje que essa tradição nada tem de real, mas era corrente até há poucos anos, como se pode verificar em alguns livros sobre história da música.

Pfitzner não tem sido muito beneficiado pelo disco. É verdade que a ópera *Palestrina* recebeu um belíssimo tratamento discográfico. Mas, das outras conhecem-se apenas as aberturas. Dele, há ainda em discos duas

ou três sinfonias e algumas canções, mas tudo isto em gravações muito antigas, já inteiramente retiradas de catálogo. E nada reimpresso no Brasil, o que vem dificultar ainda mais o conhecimento da obra do compositor. Freqüentador assíduo de concertos durante mais de trinta anos na capital paulista, nunca tivemos o prazer de ouvir qualquer obra de sua autoria executada "ao vivo". Nosso conhecimento do compositor, como, aliás, de tantos outros, restringe-se ao disco, e ainda em proporção muito pequena. ONM

MEMÓRIA CAMPINEIRA (31)

CAMPINAS NUM GUIA FRANCÊS DE 1888

A cidade deste nome, que até 1842 chamou-se São Carlos, está edificada ao centro de uma dessas planícies que, no Brasil, são designadas pelo nome genérico de **campinas**. Em virtude de uma ordem régia, o governador de São Paulo, em 1797, erigiu em municipalidade a paróquia de São Carlos, com o mesmo nome e que só em 1842, ao ser elevada à categoria de cidade foi mudado para Campinas.¹

O município compreende duas paróquias: Nossa Senhora da Conceição e Santa Cruz.

A cidade goza de boa salubridade, situada ao centro de um vasto plano arborizado e quase circular, o que a torna ainda mais pitoresca. Está a 22° 58' de latitude meridional e aos 49°, 27' e 35" de longitude oeste de Paris, a 105km de São Paulo por estrada de ferro, a 44 de Jundiá, a 55 de Mogi-mirim, a 61 de Piracicaba, a 53 de Ita, a 27 de Belém², a 41 de Amparo, a 38 de Santa Bárbara, a 62 de Limeira e a 90 de São João do Rio Claro, ponto final da estrada de ferro Paulista, não considerando o ramal de Belém de Descalvado; a ferrovia prossegue além de Rio Claro em demanda de territórios habitados por indomáveis indígenas. A estação de Campinas encontra-se a 640 metros acima do nível do mar.

Campinas é muito procurada tanto por brasileiros como por estrangeiros devido ao ar puro e fresco que aí se respira.

A cidade tornou-se mais animada desde alguns anos, com grande desenvolvimento do comércio; as ruas cortam-se em ângulos retos; as casas são geralmente térreas, mas já existem alguns sobrados; os arredores são aprazíveis, pois as grandes árvores (bananeiras e palmeiras), cujas folhagens quase cobrem as casas, dão-lhe um traço de singularidade que agrada aos olhos. As ruas são iluminadas a gás.

A igreja paroquial, recentemente concluída, pode ser considerada uma das maiores e mais belas do Brasil; existem, ainda, as igrejas do Rosário e de Santa Cruz, esta já fora da cidade propriamente dita.

(1) Houve, aqui, evidente engano do autor do guia. Nunca existiu a paróquia de São Carlos em Campinas. Este nome só aparece quando da criação da vila, em 1797. Aliás, foi o mesmo erro em que incidiram, entre outros, o Marechal Daniel Pedro Müller e o Visconde de Taunay. ONM

(2) Atual Itatiba.

Campinas possui seis confrarias, diversas sociedades de beneficência, entre as quais distinguem-se a dos portugueses, e três alemãs (uma de instrução, outra de canto e a terceira de tiro). Por sua vez, a colônia italiana, que nos últimos anos alcançou considerável desenvolvimento, fundou diversas sociedades filantrópicas e escolas, onde são admitidas crianças sem distinção de nacionalidade. Há, ainda, um hipódromo, um rinque de patinação, um teatro denominado São Carlos e diversas associações de canto.

Há um edifício que serve tanto para as reuniões da câmara municipal, como para audiências dos juizes e tribunal do juri. Uma das faces deste edifício dá para uma pequena rua, o que pressupõe a facilidade de alguma passagem subterrânea para o cárcere.

Um bonde percorre diversas ruas indo até aos arrabaldes, tendo suas linhas a extensão aproximada de seis quilômetros. Custou 112 “contos de réis”, ou seja 47.000 francos por quilômetro. A companhia não distribui dividendos.

Um orfanato encontra-se em vias de conclusão, contando desde já com 250 crianças externas.

A cidade conta com dois tabeliães, vinte advogados, dezoito médicos, dez farmacêuticos, três engenheiros, três tipografias e três jornais diários (a **Gazeta de Campinas**, o **Correio de Campinas** e o **Diário de Campinas**), uma agência postal e telegráfica, sete hotéis, uma livraria, diversos colégios, sete escolas públicas e uma sucursal do Banco Mercantil de Santos.

Em Campinas, nasceu o compositor Carlos Gomes.

O município, que conta com mais de 30.000 habitantes, produz, café, açúcar e algodão. E aí se encontram fundições de ferro, bronze e outros metais.

(*Guide de l'Etoile du Sud*, pp. 124-127, 1888)

TEXTOS
(Sugestões para seminários)

A DISSOLUÇÃO DA CONSTITUINTE DE 1823
E A CONSTITUIÇÃO DE 1824
(Homem de Melo)

A dissolução da constituinte brasileira de 1823 ainda não foi julgada. O rancor das paixões políticas não é o juízo da posteridade.

A história, cúmplice do sucesso, santifica todas as injustiças, contanto que ao lado delas se ponha a força vitoriosa.

Sem um exame do que fez a nossa primeira assembléia nacional; sem a análise dos seus trabalhos e das suas discussões, muitos a condenam por força dos princípios políticos que professam.

Todas as constituintes são más, facciosas, anárquicas. Por isso a constituinte brasileira de 1823 deve ser condenada.

Entretanto, não se aponta uma só página do **diário** de suas sessões e dos seus trabalhos, em que não esteja estampado o mais profundo respeito, a mais severa circunspeção em suas relações com o Imperador.

Suas discussões seladas com o cunho da gravidade política e do patriotismo, aí subsistem; e atestarão ao futuro a verdade até hoje desconhecida.

Não houve uma só voz nesse congresso que não fosse pela monarquia.

Esta era um fato consumado: como tal o entendeu a constituinte e nunca se pôs isso em discussão.

(...) Nas próprias sessões de 11 e 12 de novembro, em que o monarca, mal aconselhado e arrastado pela impetuosidade de seu caráter, violentou com mão armada a dignidade da assembléia, nem uma palavra, nem uma queixa partiu dos lábios dos deputados contra ele.

Essa ata, eloqüente testemunho do passado, será perante a posteridade a glorificação da constituinte.

Dissolvida embora a constituinte, o triunfo da idéia constitucional estava obtido.

O impulso dado à causa dos princípios de liberdade estava consumado.

As idéias proclamadas pelo órgão da nação levavam em seu seio o segredo do seu triunfo.

Já não era dado deter o seu curso. Desde que foram lançadas à face do país, ficaram vencedoras.

Dessa glória não pode a história deserdar a constituinte.

No decreto de dissolução o Imperador prometera aos brasileiros um projeto de constituição duplicadamente mais liberal do que o da extinta assembléia, que aliás se pintou como um clube composto de homens dominados pelo furor revolucionário.

Tomou-se por base o **projeto de constituição** da constituinte; e cautelosamente esta circunstância, apresentou-se a nova constituição como uma dádiva graciosa do Imperador e dos conselheiros de estado, que a assinaram.

O povo brasileiro era incapaz de firmar por si a sua liberdade. Só por esmola podia gozar desse benefício, como o escravo liberto por uma carta de alforria.

Até hoje muita gente ignora que a atual constituição, que faria o orgulho da mais civilizada nação do globo, é calcada sobre o **projeto** feito pela constituinte.

Como um esboço destinado a servir de base à discussão, esse **projeto** apresenta grandes defeitos de redação e de forma, artigos ociosos; mas subsistirá sempre como um monumento dos princípios puros e liberais, que dominaram a constituinte.

A atual constituição tem sobre ele a superioridade da forma, do estilo e do método, contendo algumas disposições novas.

Feito o primeiro apanhamento das idéias, fixados os princípios, era mais fácil, aproveitando esse trabalho, fazer dele desaparecer os defeitos de forma, coordená-lo, suprir-lhe as lacunas, fazer uma melhor distribuição das matérias.

Foi o que fizeram os redatores da atual constituição, que tem sido considerados como os únicos criadores de nossas liberdades.

Comparado esse **projeto** com a constituição atual, difere principalmente desta nos pontos seguintes:

1º) O projeto só reconhece três poderes: legislativo, executivo e judicial; e nenhuma menção faz do poder moderador, cujas funções, marcadas na atual constituição, são ali definidas e atribuídas ao Imperador como ramo da legislatura, e chefe do poder executivo.

2º) Pelo projeto, o Imperador não pode dissolver a Câmara dos deputados. Só pode convocá-la, adiá-la ou prorrogá-la.

39) O herdeiro da coroa ou Imperador do Brasil que suceder em coroa estrangeira e a aceitar, entende-se que renunciou à do Império (art. 157).

49) Aos ministros condenados o Imperador só pode perdoar a pena de morte. (art. 142, § 8).

(A Constituinte perante a História, p. 17-21.
Rio de Janeiro, Tip. da "Atualidade, 1863)

*

A SITUAÇÃO RELIGIOSA DA FRANÇA NO SÉCULO XVI (M. T. Alves Nogueira)

A situação religiosa era tal na França, como nos demais países europeus, que uma insatisfação geral se fazia sentir contra a mesma. A primeira manifestação desse estado d'alma teve origem nas tendências culturais do humanismo e era uma atitude de protesto contra os abusos da igreja católica. Muitos bispos consideravam seus cargos como prebendas sem deveres; o baixo clero padecia a mais extrema pobreza; o povo vivia, sem párocos à altura de sua missão, na mais profunda ignorância ou em hedionda superstição. O humanismo atacou as exterioridades, sem tocar de leve no sistema doutrinário, mas levou todas as classes a um estado de profunda agitação. Briçonnet, bispo de Meaux, foi um dos primeiros a anunciar doutrinas heterodoxas. Começou-se a observar e julgar, e as cadeias que haviam algemado durante tantos séculos a razão humana foram quebradas tão subitamente, a transição foi tão instantânea, que os homens não tiveram tempo para se acostumar com a liberdade. Passou-se facilmente do campo da investigação teológica para o terreno escorregadio dos acontecimentos sociais e, do mesmo modo que se haviam partido os laços que atavam o pensamento à autoridade dos mestres antigos, também se queria, fora da razão, pôr abaixo os alicerces da ordem política. Os humanistas fizeram-se calvinistas e, como o estado e a igreja se encontravam intimamente associados, também inimigos do regime político vigente. Assim como, na Idade Média, pôde coexistir a dispersão sócio-política com a quase inatacada unidade de crença, do mesmo modo a nova era estava a exigir uma sólida estruturação da sociedade, consentânea com a agravação crescente das divergências confessionais: no primeiro caso, a soberania imperial-papal, coincidente com a total submissão do indivíduo; no segundo, um poder puramente político, cuja missão seria cuidar apenas do maior bem-estar da comunidade. O movimento refor-

mador não pôde propagar-se pacificamente. A coroa francesa agiu contra os seus fautores, pois era também partidária, com inflexível dureza, que só se diferenciou da fúria da inquisição espanhola por ter podido esta, sustentada pelo fervor religioso da população, agir livremente, quando a França não podia deixar de prestar contas aos protestantes de fora e tinha que lutar de todos os modos para se manter contra o poderio desmedido do gigante hispano-habsburguês.

(Villegagnon, 151-152. Trad. de Rodolfo Coutinho. Rio de Janeiro, Epasa, 1944).

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

ARRISON DE SOUZA FERRAZ (1908-1985)

Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci

Ao ser empossada na Cadeira nº 10, da Academia Paulista de História, a Acadêmica Maria Lúcia de Souza Rangel Ricci proferiu, como de praxe, o “elogio acadêmico” de seu antecessor, ARRISON DE SOUZA FERRAZ. Tomando-o como “vulto da historiografia brasileira” do presente número, julgamos oportuno transcrever o trecho do discurso, ainda inédito, em que a nova Acadêmica ocupou-se de sua vida e obra.

Como bom pernambucano, embora tendo vindo muito moço para São Paulo e em nossa terra realizado toda a sua brilhante carreira militar, era natural que Arrison de Souza Ferraz, ao ser escolhido para o grupo inicial da Academia Paulista de História, escolhesse como seu patrono neste sodalício o maior historiador de seu Estado, Oliveira Lima. Todavia, poucas são as afinidades entre o patrono e o fundador da Cadeira nº 10. Arrison de Souza Ferraz dedicou-se a uma das poucas áreas da história brasileira não perlustradas pelo grande autor de **D. João VI no Brasil**, qual seja a historiografia militar. Nesta área concentra-se toda a sua produção historiográfica. Militar de carreira da antiga e gloriosa Força Pública do Estado de São Paulo, da qual chegou a ser Comandante, cuidou da história de sua corporação, não em obra sistemática como seria de se desejar e como ele bem seria capaz de o fazer, mas em escritos esparsos, ora biografando figuras insígnies que a ela pertenceram, ora reunindo e divulgando subsídios que ajudassem à sua crônica.

Assim, os livros **Fragmentos da História da Tropa de Piratininga**, de 1942, e **Grandes Soldados de São Paulo**, de 1960; as biografias dos coronéis José Pedro de Oliveira e Luiz Tenório de Brito e do major Faustino da Silva Lima, que publicou nas páginas da “Revista do Arquivo Municipal” e da “Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo”.

Quando eleito para o Instituto Histórico, Arrison de Souza Ferraz não teve dúvidas na escolha de seu patrono: nada menos que o fun-

dador de sua corporação militar, o Brigadeiro Rafael Tobias de Aguiar, ao qual dedicou o último e certamente o mais importante de seus livros de biografias, publicado em 1973, com prefácio de Tito Lívio Ferreira. Prefácio que, tal como o do saudoso José Pedro Leite Cordeiro para outro de seus livros, soube ver no ilustre militar não apenas o soldado, mas o pesquisador da História, honesto e criterioso, e o escritor erudito e elegante. Arrison de Souza Ferraz acompanha o grande sorocabano da infância à adolescência, aos estudos humanísticos, nos quais teve três colegas que se tornaram, ao longo de suas vidas, três grandes companheiros: Diogo Antônio Feijó, Antônio Joaquim de Melo e Paula Souza: o Regente do Império, o grande bispo de São Paulo e o primeiro grande político de vocação parlamentarista. Acompanha seu biografado na vida pública, no parlamento, na presidência por duas vezes da província paulista e na revolução liberal de 1842, na qual teve como companheiro, já velho e alquebrado, o antigo Regente do Império. Depois, entrevemos Tobias de Aguiar na sociedade e na família e, finalmente, como criador da Força Pública de São Paulo, a corporação a que o biógrafo ligou toda a sua existência.

Ainda sobre história militar, embora não ligada à terra paulista, deixou-nos um estudo sobre a Batalha de Tuiuti e um belo artigo sobre o General Osório, a propósito do centenário de seu falecimento, em 1979, ambos acolhidos pela "Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo". Este último, sobre o General Osório, talvez tenha sido seu derradeiro escrito. Pouco depois, agravou-se seu estado de saúde, o que o obrigou a transferir-se para o Rio de Janeiro, junto a familiares seus, e onde veio a falecer aos 8 de fevereiro de 1985, longe de seu Estado natal e longe do Estado que adotou como seu, nele vivendo cerca de sessenta anos. Não chegou a completar seu octagésimo aniversário, pois nascera aos 26 de fevereiro de 1908, na pequena cidade pernambucana de Cabrobó, no sertão do médio São Francisco. Diga-se de passagem que um de seus livros, publicado em 1966, versou precisamente sobre a história de sua cidade natal.

(...) Outro traço significativo da personalidade de nosso antecessor, e que nos comprazemos em registrar, foi o seu interesse pela educação física. Diversos trabalhos escreveu sobre o assunto, propugnando por reformas que visassem a um melhor entendimento do importante tema. Discutiu o problema pela imprensa; apresentou teses substanciais pelo menos a três congressos, em São Paulo, em Porto Alegre e em Buenos Aires. Foi professor e diretor da Escola de Educação Física da Força Pública do Estado, escola pioneira em São Paulo. Interessava-lhe — e esta é a tônica de tudo quanto escreveu sobre o assunto — a educação física não apenas como ginástica, esporte ou exercícios corporais, mas como um complemento da educação do cidadão, numa linha muito semelhante à de Fernando de Azevedo, realmente o pioneiro em nosso País do que se poderia denominar a "filosofia da educação física".

Muitas vezes aliou os dois temas, a História e a Educação Física. Por exemplo, em **Washington Luís e a cultura física brasileira**, capítulo valioso do belo volume “Washington Luís visto pelos contemporâneos no primeiro centenário de seu nascimento”, publicação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo; em **O cerimonial esportivo através dos tempos** e, especialmente em **A Educação Física e a Igreja**, publicado em 1954, não só um dos seus livros mais interessantes, mas, diríamos mesmo, livro único na bibliografia brasileira. Nele, Arrison de Souza Ferraz vai buscar, ao longo dos séculos, os diversos conceitos religiosos sobre educação física, começando pelas páginas do Antigo Testamento, depois pelos grandes doutores da Igreja, pela literatura cavalheiresca medieval para chegar às manifestações papais dos grandes pontífices. E numa segunda parte, cuida da contribuição da Igreja à educação física no Brasil, respigando conceito de autores religiosos do passado e ressaltando o papel das diversas ordens e congregações — masculinas e femininas — para o desenvolvimento da educação física e do esporte entre nós. Reúne, assim, em trabalho fartamente informativo e apoloético, com erudita documentação, “o contributo precioso com que a Igreja tem favorecido e prestigiado a hígidez do corpo em benefício da saúde da alma”. Percebe-se que Arrison de Souza Ferraz, homem profundamente religioso, ao que fomos informada, pôs neste livro não apenas sua inteligência e cultura, mas igualmente seu coração. Vale ressaltar que este livro foi prefaciado por Dom Antônio Maria Alves de Siqueira, na época bispo-auxiliar de São Paulo e que dentro em breve viria a ser arcebispo metropolitano de Campinas.

Encerraremos estas considerações sobre nosso antecessor com uma referência a duas páginas que escreveu para a **Notícia Bibliográfica e Histórica**: uma comemorativa do cinquentenário da revolução paulista de 1924 e outra, evocativa de seu (aliás, de nosso) patrono nesta Casa: Oliveira Lima.

SELETA

RAFAEL TOBIAS DE AGUIAR, PRESIDENTE DE SÃO PAULO

Arrison de Souza Ferraz

Encerrados os trabalhos do parlamento imperial no ano difícil e tumultuado da abdicação, Rafael Tobias de Aguiar, como o fazia sempre, rumou para a terra bandeirante. Antes de deixar a Corte, porém, fora informado de que o seu nome encabeçava uma lista de prováveis para substituir, no governo de São Paulo, o coronel Manoel Teodoro de Araujo Azambuja, que solicitara exoneração do cargo. E na verdade, poucos dias depois de ter chegado, precisamente a 13 de novembro de 1831, foi nomeado presidente da sua Província. A Regência, ao dar-lhe ciência do ato, sugeriu que assumisse imediatamente as novas funções. Tobias recebe a sugestão como uma ordem, razão porque, quatro dias após, a 17 de novembro, investiu-se no exercício do cargo em cerimônia solene e festiva, prestigiada pela presença das figuras mais representativas e de grande massa popular.

Sua administração foi bem longa para aqueles tempos em que instabilidade dos governos provinciais, de nomeação do poder imperial, sempre sujeitos às injunções partidárias, era a regra. Longa, fecunda e brilhante. Isto porque o jovem governante, ao lado de outros atributos, elaborou um programa e o executou sem tergiversação.

A instrução pública foi a menina dos olhos do chefe do Governo. Encontrou a Província com 68 escolas criadas, das quais apenas 28 em funcionamento, pois não havia mestres e funcionários em quantidade suficiente. Nomeou os professores e auxiliares que estavam faltando, providenciou as instalações necessárias e colocou a máquina nos trilhos. Lançou suas vistas também para os seminários da Glória e de Santana, na metrópole, e para o de Itu, no interior. Deu vigoroso impulso à Casa das Educandas, de São Paulo, e enviou projeto ao Conselho propondo a criação de um estabelecimento do gênero junto à Capela de Nossa Senhora da Aparecida, em Guaratinguetá. Para o problema da educação dos indígenas, teve uma idéia magnífica pelo seu alto sentido pedagógico-psicológico. Mandou recrutar, em cada uma das tribos da vizinhança, dois índios dos mais atilados e os fez matricular em escolas metropolitanas. Concluído o curso, determinou-lhe a volta aos seus aldeamentos para ensinarem as primeiras letras aos seus irmãos nativos. Entrozou a medida com a obra missionária dos catequistas e os resultados foram auspiciosos.

A saúde pública e a assistência social constituíram preocupações constantes de seu governo. Os hospitais dos Lázaros, de São Paulo, Santos e Itu, mereceram atenções e providências especiais. Interesse especial dedicou à Roda dos Enjeitados, aquinhoando-a de recursos do erário e donativos pessoais, estes sempre de maior monta do que aqueles.

No setor das vias de transporte, sua obra governamental assinalou uma época. Argumentava ser imperioso diminuir as distâncias no interior do território provincial e criar condições para que as colheitas chegassem aos grandes centros comerciais. Construiu e melhorou as seguintes estradas: São Paulo-Santos; Taubaté-Areias; São Paulo-Serra da Cantareira; Sorocaba-Rio Negro; Bananal aos mares da Ilha Grande; Curitiba-Antonina e a da Constituição, atual Piracicaba. Entregou ao tráfego a ponte de São Vicente e deixou em adiantado estado de construção a ponte sobre o rio Cubatão.

Homem do campo, conhecedor profundo dos problemas agrícolas, soube enfrentá-los com segurança. De início, fez uma representação ao governo central sugerindo a vinda de colonos do Velho Mundo, mediante condições estimuladoras e convênios com os países de origem, tendo em vista os resultados deficientes do trabalho do índio e da produção da mão de obra servil. A indústria açucareira que se achava estagnada tomou vigoroso impulso, graças ao estímulo técnico e financeiro recebido da administração. A Fábrica de Ferro de Ipanema recebeu uma injeção de sangue vivificante. Tobias a conhecia bem. Fora nela que se iniciara no serviço público.

Reorganizou a máquina fazendária para pôr um paradeiro na deficiência da escrituração e na evasão das rendas. Como medida imprescindível, criou a Tesouraria Geral, em substituição à obsoleta Junta da Fazenda. Tomou medidas radicais contra os funcionários desidiosos e desonestos. Suspendeu e responsabilizou por incúria e improbidade funcional vários juízes de paz e inúmeros funcionários graduados do tesouro. Só na capital, quatro altos servidores fazendários foram alcançados por providências saneadoras. Outros departamentos do poder público foram objeto de medidas da mesma natureza. Os resultados não se fizeram esperar: a máquina administrativa passou a funcionar com mais presteza e eficiência e a arrecadação subiu a índices compensadores.

A segurança pública foi considerada como ponto principal do seu governo. Como providência no setor, deu início à organização da Guarda Nacional, que existia apenas nos mandamentos de uma lei regencial. Por ter tomado tal medida foi acusado pelas autoridades da Corte de invasão de esfera nacional. Não passou recibo à diatribe, uma vez que estava certo de ter agido dentro de suas atribuições. Àquela, seguiu-se uma decisão de suma relevância, a mais importante de sua administração. Merece este ato de Rafael Tobias de Aguiar, pela sua significação na época e pelas

repercussões no futuro, um estudo mais demorado. Fá-lo-emos, mais tarde, em capítulo especial.

Dirigiu-se aos homens de empresa e aos responsáveis pelos trabalhos agrícolas, advogando um tratamento humano para os escravos que declarava pessoa humana e digna de respeito e consideração e não apenas instrumento de troca e servidão. Fê-lo com autoridade, fundada no exemplo, pois mandava tratar com benignidade e afeição o elemento servil e os mamelucos agregados às suas fazendas.

Compenetrado das responsabilidades do cargo e meticoloso, procurou escudar a programação dos seus empreendimentos em dados concretos. Nesse sentido, ordenou a elaboração de um trabalho geral de estatística da Província. Não é preciso ir mais longe para demonstrar que o governo de Rafael Tobias de Aguiar foi dos mais profícuos. No dia 11 de maio de 1835, após três anos e meio de fecundas realizações, deixou o poder. Deixou-o cercado da estima e do respeito do povo paulista.

Na era imperial, a permanência nas funções dos governantes provinciais era sempre exígua. Analisando o problema em São Paulo, Aureliano Leite fez interessante observação: durante os sessenta e sete anos do regime monárquico, apenas dois presidentes paulistas foram além de um triênio no exercício do cargo: Manoel da Fonseca Lima e Silva, com três anos e cinco meses, e Rafael Tobias de Aguiar, com três anos, cinco meses e quatro dias.

Nem sempre os governadores voltam a ocupar os cargos que souberam dignificar. A São Paulo, no entanto, foi dado o privilégio de contar, pela segunda vez, à frente dos seus destinos, com um varão do porte moral e das qualidades administrativas do jovem político sorocabano. Nomeado pelo Gabinete da Maioridade, investiu-se do cargo a 5 de agosto de 1840. Desta feita, todavia, sua gestão foi de rápida duração. Não chegou a um ano: foi apenas de onze meses e onze dias. Os conservadores não sossegaram enquanto não alijaram do poder o gabinete dos liberais, também conhecido como Ministério dos Andradas por dele participarem Martim Francisco na pasta da Fazenda e Antônio Carlos na do Império. Conseguido isto, aquela facção afastou, um a um, os governos provinciais filiados ao partido contrário. Tobias foi dos últimos a ser atingido pela medida, mas não escapou ao destino dos demais correligionários.

Não obstante a curta duração do mandato, reeditou Tobias de Aguiar a eficiente administração anterior. Começou aumentando o número de comarcas, provendo-as dos respectivos juízes, promotores e demais funcionários, para desemperrar o funcionamento da justiça. Planejou, criou e fez entrar em ação o Gabinete Topográfico, célula primaz da Escola Politécnica de São Paulo, por onde se diplomaram os primeiros engenheiros piratininganos. Reorganizou e dotou de maiores recursos o Departamento

Vacínico para dar mais eficiência à defesa da saúde pública. Denunciou contrato de arrendamento da tipografia da Província a uma firma particular e a fez voltar aos trabalhos das repartições governamentais. Data daquele momento a publicação dos atos oficiais em órgão próprio e de circulação efetiva. Por esta razão, pertence-lhe, por direito e justiça, o título de criador da imprensa oficial em nosso Estado.

(...) Com fundamento em lei do Império, criou os cargos de prefeito e sub-prefeito para administração das comunas paulistas, disciplinando as condições para nomeação, exoneração, direitos e deveres inerentes à função dos titulares. Cabe-lhe, destarte, o florão de revigorador do municipalismo na terra bandeirante.

(...) No terreno das comunicações e vias de transporte bisou a grande obra da passada administração. Providenciou melhoramentos nas estradas que de São Paulo demandavam Atibaia, Sorocaba, Mogi das Cruzes, Itu, Porto Feliz e Piracicaba; criou um serviço permanente de conservação da estrada da Corte. Determinou novas construções. Instituiu a taxa de pedágio nas estradas principais, com a denominação de "direito de portagem". O destino desse tributo era específico: conservação das estradas existentes e abertura de outras.

Dedicou, de outro lado, atenção especial às comunicações fluviais. Assim é que mandou executar a desobstrução do canal do rio Iguape, entre o Mar pequeno e a barra oceânica, para permitir a passagem franca das embarcações, e para ligá-lo com o Ribeira. Ordenou estudos sobre a navegação no rio Tietê e no Grande, com o objetivo de entrosar os sistemas de transportes terrestre e aquático.

(...) Esta ligeira resenha é um atestado eloquente e insofismável da operosidade e do dinamismo de dois períodos governamentais, nos quais foram equacionados os mais diversos problemas e realizadas obras de vulto em setores fundamentais, como educação, saúde, assistência social, comunicações, economia, finanças, segurança pública e justiça. A Assembléia Legislativa manifestou ao governante que deixava o poder apreço e admiração pelos grandes serviços prestados à coletividade. A gente de Piratininga também o iria fazer nas urnas, em várias pleitos, elevando-o a outras e importantes investidas.

(Rafael Tobias de Aguiar, pp. 45 a 54. São Paulo, 1973.)

Nota: A "decisão de suma relevância" de Rafael Tobias de Aguiar, a que se refere o autor, digno de merecer um capítulo especial de seu livro, é a criação da **Força Pública**, que Arrison de Souza Ferraz historia às pp. 114 a 132 de seu livro.

RABISCOS DE UM ESCRIVINADOR

(Nessa seção reproduzimos algumas das crônicas semanais publicadas pelo responsável por esta revista às quartas-feiras, no **Correio Popular**, de Campinas. Para identificação e referência bibliográfica, indicam-se as datas em que foram publicadas).

158. AROUCHE

“Arouche” é um dos topônimos mais conhecidos na capital paulista. Designa uma pequena, mas importante rua e um enorme largo, um dos maiores logradouros da grande cidade. O nome relembra uma das figuras mais expressivas de São Paulo de outrora: o Marechal-de-Campo-José Arouche de Toledo Rendon (1756-1834), de tradicional família de origem espanhola, como o demonstram os seus três sobrenomes, “Arouche”, “Toledo” e “Rendon”. Ocupou cargos políticos e administrativos de relevância, tendo sido o primeiro diretor da Faculdade de Direito, criada em 11 de agosto de 1827. Arouche dirigiu-a até 1833, ou seja até pouco antes de seu falecimento. Introduziu em São Paulo a cultura do chá, que cultivou em sua chácara localizada onde, mais tarde, foram abertas as vias públicas que receberam seu nome.

Deixou Arouche numerosos trabalhos jurídicos, literários, históricos e científicos. Um dos primeiros volumes da preciosa coleção “Paulística”, esplêndida realização de Paulo Egídio Martins quando governador do Estado, foi inteiramente consagrado a Arouche, reunindo os seguintes escritos de sua autoria: **Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo**, **Memória sobre a plantação e cultura do chá**, **Memória sobre as aldeias de índios da Província de São Paulo**, e ainda uma curiosa “oração problemática”, indagando se “a um governador resulta mais glória ser aluno de Marte ou de Minerva”. E para completar o volume, diversos poemas.

Assinale-se que este precioso volume, reunindo o que há de mais substancial na produção do grande paulista e intitulado simplesmente **Obras**, foi sobremaneira enriquecido com a introdução e as numerosas notas que lhe apôs o ilustre historiador e acadêmico Paulo Pereira dos Reis, meu preclaro confrade da Academia Paulista de Letras e da Academia Paulista de História. Não querendo ser repetitivo, reproduzindo o que outros já haviam escrito, o prefaciador preferiu abordar a vida e a obra de Arouche

Rendon sob um ângulo novo, ainda não explorado: as suas idéias filosóficas, ainda que subjacentes, mas que se podem entrever em seus escritos, gestos e atitudes de um homem justo e servidor público dedicado. E lembrou bem, afirmando que duas das proposições de Arouche, no início do século passado, são ainda atuais: a condição social do índio e o constitucionalismo. E concluindo a apreciação da obra do grande paulista, deixou claro que em sua vida e obra encontramos uma hierarquia de valores que deveria, até hoje, presidir a vida e as relações humanas: o primado do espírito humanístico, “porque uma visão antropocêntrica do homem tornaria o profissional mais gente e menos animal...” (16-6-1987).

*

159. MONTOYA E O UNIVERSO MISSIONEIRO

A publicação, há cerca de três anos, da primeira edição brasileira do famoso livro do Padre Montoya (**A Conquista Espiritual**), magnífico empreendimento editorial levado a efeito pelo editor Martins, de Porto Alegre, parece ter estimulado os promotores do Sexto Simpósio Nacional de Estudos Missioneiros a tomar a vida e a obra do grande jesuíta como centro da importante reunião que a Faculdade de Filosofia Dom Bosco, de Santa Rosa, promoveu em outubro de 1985. Já tenho me ocupado, neste local, dessas importantes reuniões missioneiras. Embora não tenha tido, ainda, oportunidade de delas participar, acompanho com interesse suas realizações e recebo os respectivos anais que regularmente são publicados.

O que, a meu ver, mais digno de nota se apresenta — escrevi de certa feita — é a conscientização que se sente a todo instante do interesse em torno dos estudos multidisciplinares que o mundo missioneiro propicia. Rara a cidade da região que não tenha um centro de estudos dedicado à temática missioneira e a preocupação de simpósios bienais vem, efetivamente, coroar todos os esforços, propiciando numerosas atividades — exposições, conferências, debates, mesas-redondas, enfim tudo aquilo que, publicado após a necessária triagem, vem constituindo precioso subsídio, avolumado cada dois anos, à bibliografia de uma das mais significativas áreas culturais do País.

É de se louvar a regularidade com que os anais dos “Simpósios Missioneiros” são publicados. Seis volumes até agora já foram distribuídos, contendo o balanço dos trabalhos realizados na linha cidade gaúcha de Santa Rosa, bem como o texto integral das conferências pronunciadas. E com a colaboração de elementos de outras regiões do Brasil e dos países vizinhos igualmente interessados na temática missioneira.

Assim, é com muita satisfação que registro o aparecimento dos **Anais do Sexto Simpósio de Estudos Missionários**, trazendo, como título geral "Montoya e as reduções num tempo de fronteiras", no qual se aprofunda "a análise do sentido histórico das missões jesuítico-guaranis do período vivenciado por Montoya, que se caracteriza pelo encontro de dois colonialismos sobre os índios e pela experiência jesuítica de organização reducional". A análise da vida e obra do famoso jesuíta tem implicações que evidenciam o sentido humano e evangelizador da ação missionária na América do Sul. Daí, o interesse deste volume, que encerra quatorze artigos e mais oito "comunicações" apresentadas ao Simpósio de Santa Rosa, realizado em outubro de 1985. (15-7-1987).

*

160. BARÃO DA VILA DA BARRA

Mais de cinquenta anos não me fizeram esquecer uma aula de Arthur Mota na antiga Faculdade Paulista de Letras e Filosofia, simpática iniciativa surgida em São Paulo lá por 1931 ou 32, a cuja frente se encontravam figuras expressivas da intelectualidade de nossa terra: Antônio Piccarolo, Alcântara Machado, Otoniel Mota, Alberto Seabra, Alfredo Ellis Júnior, Francisco Isoldi, Yan de Almeida Prado, Marques da Cruz, Ricardo Severo e o já citado Arthur Mota. De toda esse plêiade brilhante, apenas sobrevive Yan de Almeida Prado, para alegria de seus amigos e confrades da Academia Paulista de Letras, aonde comparece infalivelmente todas as quintas-feiras.

Arthur Mota era engenheiro, dirigia na ocasião da Repartição de Águas da Capital, mas era como professor de Literatura que pontificava naquela Faculdade, precursora, por vários anos, da Faculdade de Filosofia oficial, que veio a ser criada com a fundação da Universidade de São Paulo. Diante desta, a modesta entidade que funcionava à noite no edifício da Escola Normal da Praça da República perdeu sua razão de ser e acabou encerrando suas atividades. Tive oportunidade de freqüentá-la em seu último ano de funcionamento. Arthur Mota era autor de uma importante **História da Literatura Brasileira**, em dois volumes, tendo deixado inéditos outros dois, que só vieram a ser publicados pela Academia Paulista de Letras mais de quarenta anos após o seu falecimento, que ocorreu em 1936.

Na aula a que, de início, me referi, Arthur Mota tratava da **Divina Comédia** e externou os mais louváveis conceitos sobre a tradução do imortal poema feita pelo Barão da Vila da Barra. De tal modo, que desper-tei-me interesse em conhecer alguma coisa sobre Francisco Bonifácio de

Abreu, nascido a 29 de novembro de 1819, na localidade de que tomou o título — a Vila da Barra, hoje apenas Barra — às margens do trecho baiano do rio São Francisco. E ao percorrer, anos mais tarde, o vale do São Francisco e passar pela velha “Barra”, paupérrima e quase em vias de desaparecimento, não foi sem emoção que me lembrei de que ali nascera quem ligou seu nome a uma das maiores criações do gênio humano, qual o imortal poema de Dante Alighieri.

Francisco Bonifácio de Abreu formou-se em medicina e como médico participou da Guerra do Paraguai. Posteriormente, veio a ser professor de Química da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e médico da Casa Imperial. Ingressando na política, foi deputado em várias legislaturas e presidiu as províncias do Pará e Minas Gerais. No Rio de Janeiro, faleceu a 30 de julho de 1887, transcorrendo, pois, amanhã o centenário de seu passamento. Dedicou-se à literatura, publicando vários livros, mas, como bem o lembra Lycurgo de Castro Santos Filho, que dele cuidou em sua **História da Medicina no Brasil**, seu maior mérito literário é a tradução da **Divina Comédia**, que não chegou a ver publicada, pois só apareceu no ano seguinte ao de seu falecimento. (29-7-1987).

*

161. GILBERTO FREYRE

Estava concluindo o curso secundário (1933), quando apareceu **Casa Grande e Senzala**, saudado encomiasticamente como um marco profundamente significativo da cultura brasileira. Não me senti suficientemente preparado para lê-lo. Só o fiz dois ou três anos depois, à espera de melhor amadurecimento que me tornasse em condições de usufruir de toda a grandeza e de todo o significado livro.

Tanto quanto o texto, bastante alentado, interessou-me o prefácio dessa primeira edição, reproduzido em todas as outras edições. Inútil ler o livro sem esse prefácio. Nele, o autor informa não apenas o porque de o haver escrito, como (e principalmente) a técnica que empregou e o material que utilizou. Fontes preciosas eram pela primeira vez (este o grande pioneirismo de Gilberto Freyre) usadas na pesquisa histórica. Desnecessário dizer o quanto isto abriu perspectivas para os estudos de história social.

Casa Grande e Senzala, no qual o autor estudou a sociedade patriarcal do Nordeste, teve prosseguimento com **Sobrados e Mucambos**,

que trata da decadência do patriarcado rural e do desenvolvimento urbano no Brasil do século XIX. Este apareceu em 1936 e foi consideravelmente aumentado para posteriores edições.

À margem do grande tema dos seus primeiros livros, mestre Gilberto produziu uma obra imensa, que atinge dezenas e dezenas de volumes. Além dos mencionados, guardo minha preferência por mais três obras da grande produção gilbertiana, tanto quanto as primeiras, exemplos modelares de pesquisa: **Nordeste**, no qual se estuda a influência da cana-de-açúcar na paisagem humana e social da região; **Inglese no Brasil**, em que se estuda — como o título o indica — a influência inglesa na vida brasileira, não apenas na economia, mas igualmente na cultura, na política e na sociedade; e **Um engenheiro francês no Brasil**, em que o autor analisa particularmente a influência de Vauthier em Pernambuco.

Tão grande quanto a obra que realizou, foi a influência que exerceu sobre a nova geração de sociólogos, antropólogos e historiadores do Nordeste, todos eles — uns mais, outros menos — sofrendo a poderosa marca do mestre. Para estímulo desses novos foi que fundou, no Recife, o Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, ora transformado na Fundação Joaquim Nabuco, que constitui inegavelmente o maior centro de pesquisa existente no Brasil, na área das ciências sociais, como o demonstram os importantes trabalhos que tem publicado.

É-me grato evocá-lo, saudosamente nesta nota. Tive o privilégio de conhecê-lo. Saudei-o, há mais de trinta anos, numa reunião de geógrafos realizada em Garanhuns, no interior de Pernambuco, e foi com alegria que o ouvi, vinte e tantos anos depois, lembrar-se de minhas palavras naquele momento para mim tão significativo. Uma simples nota como esta, para Gilberto Freyre é muito pouco. Ainda voltarei a dele me ocupar. (5-8-1987).

*

162. MEMÓRIAS DE MISSIONÁRIOS

Isnard Rocha, ilustre pastor metodista, de quem já me ocupei neste local a propósito de um dos seus livros sobre a história de sua comunidade religiosa, publicou há pouco, no jornal de sua Igreja, pequena mas oportuna nota sobre o livro de memórias de um antigo missionário que por cerca de meio século viveu no Brasil: o rev. Charles A. Long, falecido nos Estados Unidos em março do ano passado, com a excepcionalidade de cento e cinco a anos. Em 1972, publicou sua autobiografia

(*Memoirs*), traduzida pouco depois para a nossa língua, com um prefácio de Luiz Angelo Milazzo, meu antigo companheiro dos bancos escolares do Granbery, de Juiz de Fora, há muito radicado em Goiânia, onde lecionou e exerceu importantes cargos administrativos e eletivos.

Tive oportunidade de ler, logo que apareceu a edição brasileira, as *Memórias* de "Mister" Long, que muito me interessaram, especialmente porque tive o privilégio de conhecê-lo. A princípio em Petrópolis e, mais amiudamente, em Juiz de Fora. Long integrava o Conselho Diretor do Granbery, na época em que nele estudei, e isto lhe propiciava ir com freqüência à grande cidade mineira. Enquanto lia suas memórias e, particularmente, depois da nota de Isnard Rocha, a que fiz referência, fiquei a pensar no valor extraordinário dessas narrativas autobiográficas, não só pela experiência que refletem, mas pelo que podem servir ao conhecimento do País, ou de certos aspectos dele, na época em que esses missionários por aqui andaram e aqui viveram.

Tanto quanto os missionários católicos (um Tapie ou um Colbacchini, por exemplo), os evangélicos, de quaisquer denominações (presbiterianos, metodistas, batistas) podem gabar-se de profunda vivência do Brasil. Notadamente aqueles que, além de pastores, foram professores e diretores de grandes estabelecimentos de ensino, como os fundados pelas missões protestantes em quase todo o País. Ou então os que se dedicaram a obras sociais. Já lembrei neste mesmo local o interesse de livros como os de Tucker e Glass, aos quais acrescentam-se, agora, os de Long e Buyers, seu companheiro de comunidade. E quantos outros não existirão, ainda por traduzir?

Long e Buyers chegaram até os nossos dias. Fico pensando igualmente naqueles que viveram no século passado, os quais, à moda de Kidder e Fletcher, conheceram bem o Brasil e sobre ele certamente escreveram. A época em que começa a propaganda protestante no Brasil (segunda metade do século passado) é de profunda significação social, cultural e religiosa em nosso País. Será interessante conhecer as impressões e os depoimentos desses homens de outra confissão religiosa. Eis uma pesquisa a ser feita nos arquivos das comunidades evangélicas do Brasil. Que fonte magnífica à espera de pesquisadores! (9-9-1987)

*

163. "ÁGORA"

Pelo nome de *ágora* designavam os gregos as praças públicas de suas cidades, o local preferido para assembléias, comícios, manifesta-

ções políticas, enfim tudo aquilo que, pela sua natureza, devesse atrair muita gente. Nas **ágoras** debatia-se, discutia-se, cada qual defendendo seus pontos de vista, seus princípios. Era, pois, a **ágora** parte essencial, vital mesmo para a vida cotidiana da **polis**.

Esta evocação da **ágora** grega vem a propósito de uma publicação, surgida em Florianópolis, e que me apraz registrar. Constitui ela a revista da Associação de Amigos do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Foram buscar os "amigos" do arquivo catarinense a histórica palavra para designar o veículo de divulgação e debate sobre os problemas que motivaram a criação da Entidade, os quais, em última análise, são todos os pertinentes ao Arquivo e, por extensão, à própria memória catarinense.

A simpática revista surgiu em junho de 1985 e até agora sete números já foram publicados, contendo matéria bastante variada, porém sempre dentro da temática arquivística. Nela tem colaborado com frequência expressivas figuras das letras históricas de Santa Catarina, como, entre outros, Walter F. Piazza, Iaponam de Araújo (diretor do Arquivo), Ana Lúcia Coutinho Locks, Jali Meirinho e Edison Mueller, este com um extenso e substancioso estudo sobre a heráldica municipal catarinense, com o qual procurou corrigir diversos erros de Afonso de Taunay, quando este grande historiador se propôs a compor brasões para várias cidades catarinenses. A registrar-se, também, a colaboração de Heloisa Liberalli Bellotto, da Universidade de São Paulo e grande especialista em arquivos.

Simpática a capa de um dos últimos números, e estampando fotografia dos quatro irmãos Boiteux, ilustre família catarinense, quase todos dados a estudos históricos, notadamente Lucas Alexandre Boiteux, realmente um dos grandes nomes da historiografia catarinense e da historiografia militar (naval) brasileira, como brilhante oficial da Marinha que foi.

Longa vida à **Ágora** é o que podem e devem desejar todos os interessados na pesquisa histórica. (30-9-1987)

UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

I – INSTITUTOS

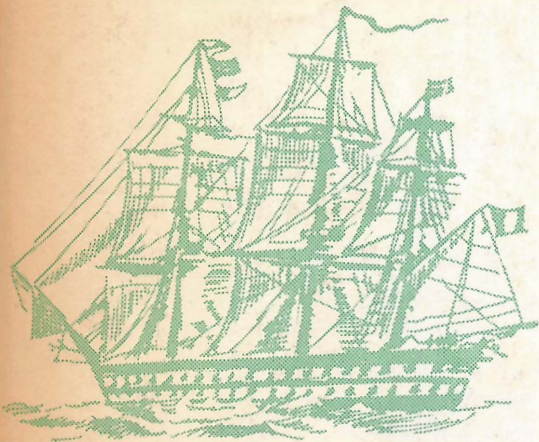
1. Instituto de Artes e Comunicações
2. Instituto de Ciências Biológicas
3. Instituto de Ciências Exatas
4. Instituto de Ciências Humanas
5. Instituto de Filosofia
6. Instituto de Letras
7. Instituto de Psicologia
8. Instituto de Teologia e Ciências Religiosas

II – FACULDADES

1. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
2. Faculdade de Biblioteconomia
3. Faculdade de Ciências Econômicas, Contábeis e Administrativas
4. Faculdade de Ciências Médicas
5. Faculdade de Ciências Tecnológicas
6. Faculdade de Direito
7. Faculdade de Educação
8. Faculdade de Educação Física
9. Faculdade de Enfermagem
10. Faculdade de Odontologia
11. Faculdade de Serviço Social

III – INSTITUIÇÕES COMPLEMENTARES

- a) Biblioteca Central
- b) Centro de Ensino
Colégio de Aplicação "Pio XII"
Colégio Comercial da Academia "São Luís"
- c) Centro de Processamento de Dados
- d) Museu Universitário



DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA